UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

Laís Regina da Silva Paiva

GESTAÇÃO JUVENIL, FALANDO DE UM LUGAR: UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARAÇATUBA/SP

MARÍLIA
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

Laís Regina da Silva Paiva

GESTAÇÃO JUVENIL, FALANDO DE UM LUGAR: UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARAÇATUBA/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Ensino de Sociologia.

Linha de pesquisa: Educação, escola e sociedade.

Orientadora: Prof.ª Dra. Lídia Maria Vianna Possas.

MARÍLIA
2020

P149g

Paiva, Laís Regina da Silva

GESTAÇÃO JUVENIL, FALANDO DE UM LUGAR : UMA

ESCOLA PÚBLICA DE ARAÇATUBA/SP / Laís Regina da Silva Paiva. -- Marília, 2020

167 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Lídia Maria Vianna Possas

1. Gravidez juvenil. 2. Sexualidade. 3. Política educacional. I.

Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LAÍS REGINA DA SILVA PAIVA

GESTAÇÃO JUVENIL, FALANDO DE UM LUGAR: UMA ESCOLA PÚBLICA DE ARAÇATUBA/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Ensino de Sociologia.

Linha de pesquisa: Educação, escola e sociedade.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora: Prof.ª Dra. Lídia Maria Vianna Possas
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

_____

Prof.ª Dra. Sueli Guadelupe Mendonça
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

_____

Prof.ª. Dra. Ângela Inês Liberatti
Centro Universitário Toledo, Campus de Araçatuba.

Marília, 17 de abril de 2020.

AGRADECIMENTOS

É chegado o fim um ciclo de muito crescimento profissional e pessoal. Sendo assim, agradeço a todos que fizeram parte desta etapa da minha vida. Agradeço àqueles/àquelas que marcaram essa minha existência enquanto mãe, companheira, filha e pessoa. Primeiro e com muita emoção, agradeço as pessoas mais especiais dessa caminhada, minha filha Larissa e o meu esposo Murilo, pelo apoio incondicional que ofereceram a mim ao longo dessa jornada. Sou muito grata pelo carinho e amparo de vocês em todos os momentos, especialmente pela compreensão que tiveram com as minhas horas de ausência. O amor de vocês é o que me move! Essa conquista também lhes pertence! Amo muito vocês!

Agradeço aos meus pais que estão sempre presentes em minha vida, obrigada por toda dedicação e empenho de vocês na minha educação e formação. Sei o quanto foram generosos comigo em todos os aspectos para que eu conseguisse chegar até aqui.

Meus agradecimentos aos amigos Alexandre Darros, Luís Birello, Jamilly Nicácio, Carolina Fernandes e Carlos Santiago, por serem corresponsáveis, de uma forma ou outra, dessa conquista. Eterna gratidão à minha professora da graduação Ângela Liberatti, que de forma muito afetuosa tem sido minha mentora e companheira a mais de uma década. Agradeço também a essa instituição e aos meus professores, em especial a minha orientadora Lídia Vianna, pela dedicação e carinho durante o desenvolvimento desse trabalho, a professora Sueli Guadalupe e a professora Ana Paula Cordeiro, pessoas que levarei eternamente dentro do meu coração.

Gratidão aos meus familiares e amigos, especialmente Marlene Donizete, Mara Helena, família Sanda, família Araújo e aos pais e chefes da Alcateia Samurai por participarem ativamente do grupo de pessoas que ajudaram a cuidar da minha filha para que eu pudesse estudar e tornar esse sonho uma realidade. Grata por ter convivido com Daniely Nascimento, Adriana Ronchi, Ana Carolina Oliveira, Wilian Marques Dias e Valéria Botaro, companheiros de luta e pessoas sem as quais essa etapa teria sido quase impossível.

Também agradeço à equipe gestora e agentes de organização da escola que serviu de lócus para esse estudo - especialmente Loize Bernadete Carvalho e Doralice Ravani - e a todos que direta ou indiretamente contribuíram ou não para a realização dessa pesquisa. Também agradeço aos meus alunos e alunas que me inspiram cotidianamente, especialmente Ana Beatriz Ribeiro, Raiane Dias e Andressa Porto que se tornaram mais que alunas e participaram da rede

de solidariedade que me deu suporte durante o processo de pesquisa. Manifesto minha gratidão à Willian Casari, Marly Garcia, Aparecida Casari, e Nilza Frazatti Garcia, pela dedicação e compreensão comigo e com minha pesquisa. Muito obrigada à todxs!

RESUMO

A pesquisa procura entender os enunciados discursivos que envolvem questões de gênero, sexualidade e gestação na juventude. Procuramos compreender como a sexualidade e a reprodução juvenil têm sido abordadas em diferentes práticas discursivas. A partir de análises de documentos oficiais e de organizações internacionais sobre o tema, levantamento da legislação pertinente, de pesquisas sobre reprodução e sexualidade juvenil das área da saúde, educação e humanidades, e de uma obra escolar intitulada *Gravidez na adolescência – gravidez não é brincadeira*, produzida em 2013 com textos e ilustrações de estudantes e docentes de uma escola pública do interior do Estado de São Paulo, além de entrevistas semiestruturadas com profissionais da escola que produziu a obra analisada, procurou-se compreender a visão que a comunidade escolar tem sobre a sexualidade e reprodução juvenil. A referida publicação também permitiu evidenciar como a problemática da gravidez na juventude está presente na escola, sendo, na época de sua produção, uma preocupação do cotidiano escolar. Observamos que as práticas sexuais entre os entre os jovens ainda estão repletas de estereótipos, medos, proibições e relações assimétricas de gênero, em que há predominância da figura masculina; ao mesmo tempo em que as moças são implicitamente responsáveis pela reprodução e contracepção. Embora essa temática já esteja superficialmente contemplada em algumas propostas curriculares, identificamos a urgência e a necessidade de se abrir espaço nos currículos escolares para a discussão sobre educação em sexualidade, principalmente de Sociologia e de outras disciplinas escolares da área das Ciências Humanas. A juventude, entendida como uma etapa de transformações físicas, sociais e econômicas na vida dos indivíduos, de passagem da infância para o mundo adulto, coloca mais do que nunca a exigência de que a geração de jovens seja adequadamente preparada para enfrentar as conjunturas atuais e os fenômenos sociais e culturais que interferem na sua formação como pessoa e cidadãos/cidadãs.

Palavras-chaves: Gravidez juvenil. Educação em Sexualidade. Ensino de Sociologia.

ABSTRACT

The research seeks to understand the discursive markers that involve issues of gender, sexuality and pregnancy at a young age. We seek to understand how sexuality and youth reproduction have been covered in different discursive practices. Based on analyzes of official documents and international organizations on the matter, evaluation of appropriate legislation, research on reproduction and youth sexuality in the areas of health, education and humanities, and a school work entitled Teenage Pregnancy - pregnancy is not a joke. , produced in 2013 with texts and illustrations by students and teachers of a public school in the countryside of São Paulo state, in addition to semi-structured interviews with professionals from the school that produced the analyzed work, we sought to comprehend the vision that the school community has on youth sexuality and reproduction. Such publication also granted a possibility to show how the problem of pregnancy in youngsters is present at school, therefore being, at the time of its production, a concern in the school routine. We observed that sexual practices among young people are still full of stereotypes, fears, prohibitions and asymmetric gender relations, in which there is a predominance of the male figure; whilst girls are implicitly responsible for reproduction and contraception. Even tough this topic is already superficially covered in some curricular proposals, we identified the urgency and the need to open space in school curriculum for the discussion on sexuality education, most importantly in Sociology and other school subjects in the Human Science area. Young people, interpreted as a stage of physical, social and economic transformations in the individuals lives, moving from childhood to the adult world, places more than ever the requirement that the generation of young people be properly prepared to face the current scenario and the social and cultural phenomena that interfere in their upbringing as a person and as citizens.

Keywords: Juvenile pregnancy. Sexuality Education. Sociology Teaching.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 1097
Figura 1 10909
Figura 2 1100
Figura 3 1122
Figura 4 1133
Figura 5 1155
Figura 6 1222
Figura 7 1233
Figura 8 1277
Figura 9 1288
Figura 10 1300
Figura 11 1322
Figura 12 1333

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (do inglês acquired immunodeficiency syndrome)
AMB	Associação Médica Brasileira
ATPC	Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CIOMS	*Council for International Organizations of Medical Siences*
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DPU	Defensoria Pública da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EERP/USP	Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ES	Espírito Santo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GDE	Projeto Gênero e Diversidade na Escola
GRAVAD	Gravidez na adolescência. Gênero e Sexualidade: Estudo multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil
GO	Goiás
HIV	*Human Immunodeficiency Virus*
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMS/UERJ	Instituto de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IMS/UFBA	Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia
INED	*Institut National d'Études Démographiques*
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBT	Lésbicas, gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTTQI	Lésbicas, gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais, *Queers* e Intersexuais
MEC	Ministério da Educação e Cultura (1953)
MESP	Movimento Escola Sem Partido
MG	Minas Gerais
MS	Ministério da Saúde
NUPACS/UFRGS	Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
OCN	Orientações Curriculares Nacionais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS/OMS	Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde

PBSH	Programa Brasil Sem Homofobia
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PL	Partido Liberal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
PR	Partido da República, atualmente conhecido como Partido Liberal
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PROFSOCIO	Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSC	Partido Social Cristão
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SARESP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SEE/SP	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
SP	São Paulo
SPE	Programa Saúde e Prevenção nas Escolas
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNFPA	*United Nations Population Fund* (Fundo de População das Nações Unidas)
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	**AS RELAÇÕES DE PODER E SABER SOBRE OS CORPOS.....**	21
1.1	**O dispositivo da sexualidade.....**	22
1.2	**Verdade e poder.....**	27
1.3	**Gênero e relações de poder-saber.....**	30
2	**REPRESENTAÇÕES E JUVENTUDE.....**	35
2.1	**Representações e formas de análise da categoria Juventude.....**	36
2.2	**Juventude e o olhar sociológico.....**	39
2.3	**Juventude, Sexualidade e Reprodução.....**	43
3	**GRAVIDEZ, JUVENTUDE E SEXUALIDADE FEMININA.....**	47
3.1	**Discursos sobre gestação juvenil e as relações de poder e saber sobre os corpos.....**	51
3.1.1	*Gestação juvenil e riscos biomédicos e psicossociais*.....**	53
3.2	**Alertas da Política de Saúde Mundial e Nacional.....**	57
3.3	**Considerações sobre reprodução juvenil e educação em sexualidade.....**	62
4	**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE.....**	73
4.1	**Parâmetros e Orientações Curriculares para a Sociologia e Educação em Sexualidade.....**	74
4.1.1	*Parâmetros Curriculares Nacionais*.....**	78
4.1.2	*Orientações Curriculares Nacionais*.....**	82
4.2	**Orientação sexual nas escolas e a onda conservadora no país.....**	84
4.3	**Alternativas para o enfrentamento.....**	98
5	**ESCOLA E INICIATIVA DE ENFRENTAMENTO: GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA – GRAVIDEZ NÃO É BRINCADEIRA (2013).....**	102
5.1	**O livro Gravidez na adolescência: gravidez não é brincadeira (2013).....**	106
5.1.1	*Capa e páginas iniciais*.....**	109
5.1.2	*Textos produzidos pela equipe de profissionais*.....**	111
5.1.2.1	*Dedicatória, Agradecimento e Apresentação*.....**	112
5.1.2.2	*Textos informativos*.....**	113
5.1.3	*Textos produzidos por estudantes*.....**	123
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141
	APÊNDICE A –Transcrição da Entrevista I.....	151
	APÊNDICE B –Transcrição da Entrevista II.....	153
	APÊNDICE C –Transcrição da Entrevista III.....	155
	APÊNDICE D –Transcrição da Entrevista IV.....	158

APÊNDICE E –Transcrição da Entrevista V..... 160
APÊNDICE F –Transcrição da Entrevista VI..... 162
APÊNDICE G –Transcrição da Entrevista VII..... 165

INTRODUÇÃO

Para início de conversa, gravidez não é brincadeira! Só é possível compreendermos a os fenômenos reprodutivos, em especial a reprodução juvenil, se, antes de qualquer coisa, também analisarmos as alterações pelas quais a categoria juventude passou nos últimos tempos, levando-se em consideração as próprias transformações no comportamento sexual, especialmente dos jovens, e perceber as modificações ocorridas nas relações familiares e nas manifestações de sexualidade nas últimas décadas. Tais alterações nos comportamentos sexuais conflitam com costumes tradicionais, notadamente no que se refere a questões de sexualidade, gênero e padrões corporais; e em como esse processo histórico é perpassado por relações de poder e de normalização das condutas, especialmente no entendimento atual sobre o casamento, maternidade e reprodução juvenil.

Esses temas são bastante atuais tanto nos meios acadêmico e científico, quanto no senso comum. Quando se trata de um ambiente escolar a questão passa a ser encarada com mais atenção, podendo tornar-se alvo de ações educativas internas. O que pôde ser constatado por mim desde que me juntei a equipe de uma escola pública na cidade de Araçatuba, interior do Estado de São Paulo.

Segundo dados do censo do IBGE de 2010, o município de Araçatuba contava com uma população cerca 181 mil pessoas. Estima-se que atualmente o município conte com quase 200 mil habitantes (IBGE, 2010). Ainda segundo o IBGE, em 2015 o município contava com 7.452 matrículas no Ensino Médio, 578 docentes no mesmo seguimento de educação, distribuídos em 37 escolas que atendem a esta última etapa na educação básica (IBGE, 2015). Especificamente sobre o Ensino Médio na rede pública, segundo membro do quadro de apoio escolar da unidade analisada, a Diretoria de Ensino de Araçatuba é responsável diretamente por 33 escolas públicas, distribuídas em 6 cidades – Araçatuba, Bento de Abreu, Guararapes, Rubiácea, Santo Antônio do Aracanguá e Valparaíso. Somente no município de Araçatuba são 22 escolas, nas quais em 2018 estão matriculados cerca de 7mil alunos no Ensino Médio (Membro do quadro de apoio escolar da unidade analisada (Entrevista I. [jun. 2018]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 152-153).

O cenário desta pesquisa foi uma escola pública situada na área urbana do município de Araçatuba. De acordo com dados coletados na unidade escolar, no ano de 2019, esta possuía cerca de 600 alunos matriculados e destes pouco mais de 220 estavam no Ensino Médio. Os

alunos estavam distribuídos em 19 turmas, sendo 11 de Ensino Fundamental (EF) e 8 de Ensino Médio (EM); além de 4 turmas de inclusão atendidas na sala de recursos. Todas as aulas eram ministradas no período diurno, uma vez que a escola já não funciona no período noturno desde o ano de 2015. As aulas do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental ocorriam no período vespertino e os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio eram recebidos no período matutino. À época da pesquisa, a escola atendia alunos do bairro onde se situa, mas boa parte dos discentes residiam em locais mais afastados da unidade e bastante distante do centro da cidade. Localizados nos arredores do município, os bairros em que habitavam parte considerável dos alunos da unidade são residenciais relativamente recentes e ainda carecem de muitas obras públicas de infraestrutura. Como até 2019, data em que se encerrou a pesquisa, tais localidades ainda não possuíam escolas que atendessem os estudantes de 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, estes eram deslocados em ônibus fretados pela prefeitura para escolas de outros bairros mais antigos (Membro do quadro de apoio escolar da unidade analisada (Entrevista II. [set. 2019]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação, p. 154-155).

Após minha aprovação no concurso público para professores de Educação Básica de 2013, assumi um cargo como professora de História na já mencionada unidade em 2014. Passei a lecionar aulas para o Ensino Fundamental, sempre no período vespertino, pois durante as manhãs eu atuava em escolas da rede privada. Apenas em 2016 assumi algumas aulas de Sociologia na escola, lecionando aulas de História no período vespertino para turmas do Ensino Fundamental e algumas turmas de História ou Sociologia no período matutino para alunos do Ensino Médio. A partir de então passei a ter mais contato com estudantes e docentes de ambos os ciclos desta unidade escolar. Desse momento em diante, foi possível perceber que os/as professores/professoras e a equipe gestora sempre demonstravam bastante preocupação diante de notícias que anunciavam uma nova gestação entre as estudantes da escola.

No fim do ano letivo de 2016, a partir das informações recebidas nas reuniões de professores, chamadas de Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), contabilizei informalmente cinco alunas que engravidaram nesse período. No ano de 2017, chegou ao conhecimento da equipe gestora e dos professores, por meio de relato de familiares e responsáveis, os casos de pelo menos seis jovens grávidas apenas entre as estudantes do Ensino Médio. Destes casos, também segundo professores e equipe gestora, 50% das meninas concretizaram uniões com seus parceiros. Em 2018, os relatos apontaram para seis novos casos de gravidez entre as adolescentes da escola. Destas, duas já coabitavam com o companheiro,

duas concretizaram uniões com o pai do bebê e as demais mantiveram-se morando com suas famílias de origem.

As práticas discursivas sobre a gravidez juvenil, considerada como "precoce" pela equipe de profissionais da escola, era assunto recorrente na sala dos professores e em reuniões ATPC, de planejamento e replanejamento. Não era incomum que a gestação entre jovens fosse associada a carências de toda sorte (afetivas, emocionais, sociais, econômicas), a pobreza (aí as falas dos docentes incluem o que era chamado de pobreza material e cultural), bem como ausência de base familiar "estruturada" e projeto de vida. Diante do exposto foi iniciado um levantamento bibliográfico em meios acadêmicos sobre a temática e no acervo da Sala de Leitura da escola. O intuito era compreender os aspectos socioemocionais que envolviam os índices de fecundidade entre as alunas da referida unidade escolar.

No início de 2018 fui aprovada na seleção para o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) e passei a ter aulas em um dos polos do Programa, a Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências na cidade de Marília/SP. A partir de então a pesquisa foi se materializando e ganhando forma dentro da linha de pesquisa Juventude e Questões Contemporâneas.

Nesse estudo foram abordadas diversas considerações sobre a sexualidade e reprodução juvenil presentes em pesquisas acadêmicas e livros sobre a temática. Observamos como orientações de organizações nacionais e internacionais bem como do poder público abordam a temática. Analisamos como normas, parâmetros, orientações e leis abordam esse assunto no Brasil. Além de realizar observações e levantamento de informações *in loco*, atuando como professora/pesquisadora. Foram reunidos dados tanto entre membros da equipe de profissionais como entre os estudantes, dando especial atenção às alunas gestantes matriculadas na escola no ano de 2018.

Inicialmente, essa pesquisa objetivava colher da comunidade estudantil, por meio de entrevistas e questionários, suas visões e expectativas quanto a sexualidade, reprodução e contracepção. Contudo, foi encontrada na Sala de Leitura da escola uma obra especialmente significativa produzida pelos próprios estudantes e docentes da unidade escolar, intitulada *Gravidez na adolescência: gravidez não é brincadeira* (2013). Essa publicação reúne diversos textos e ilustrações produzidas por estudantes e docentes da escola durante o ano letivo de 2012. A leitura dos textos e imagens proporcionou uma visão mais abrangente sobre como a comunidade escolar encarava a gravidez durante a juventude. O livro mostrou-se uma importante fonte de pesquisa e a partir do conjunto de produções que contém pudemos analisar

a gestação juvenil dentro de um ambiente escolar específico, bem como as ações tomadas para o enfrentamento da situação.

Embora a preocupação com a chamada gravidez na adolescência[1] seja uma realidade contemporânea, nem sempre foi assim. A idade considerada ideal para uma mulher iniciar-se na vida reprodutiva passou por variações significativas ao longo do tempo, especialmente no último século. Atualmente, tornar-se mãe nos anos iniciais da juventude pode não ser mais uma ideia amplamente aceita socialmente. O exercício da maternidade nessa fase da vida poder ser considerado como um obstáculo à trajetória escolar e profissional ou um desperdício de oportunidades na vida da jovem mãe. Sua prevenção, além de estar a cargo da família e implicitamente a outras instituições como a Igreja, passou a ser uma responsabilidade política do Estado.

A sexualidade e a reprodução juvenil têm sido alvo de diversas ações em campos variados no Brasil, daremos especial atenção àquelas que produziram efeito ou foram propostas diretamente para a Educação. Alguns fatores como o aumento do índice de fecundidade entre jovens e dos casos doenças sexualmente transmissíveis, especialmente o HIV[2], ainda nos anos 1980 podem ter sido influenciadores para a inclusão em 1996 da orientação sexual como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais. No tocante a educação em sexualidade no Brasil, observaremos ao longo deste trabalho como as políticas públicas educacionais têm se posicionado nas últimas décadas.

Após a redemocratização do país, o Brasil viveu na primeira metade dos anos 1990 várias iniciativas curriculares. Em 1997, no ano seguinte a aprovação da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)[3] (Lei 9.394/96), o Ministério da Educação e do Desporto lançam os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio. A orientação sexual

[1]O estudo realizado por Heilborn et tal (2006) entende por *gravidez na adolescência* aquela ocorrida até os 20 anos incompletos. A nomenclatura obedece a classificação oficial da OMS, que define adolescência o período compreendido entre os 10 e os 19 anos. Nessa pesquisa empregaremos *gravidez na adolescência*, *gestação juvenil* e *gravidez na juventude* como referências ao mesmo fenômeno, pois esses foram os principais termos utilizados nos estudos analisados. Embora não haja uma padronização muito rígida no uso de categorias como adolescência e juventude, neste estudo compreendemos por *gravidez na adolescência* aquela ocorrida entre os 12 e os 17 anos. Segundo o Art. 2º da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescente entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990).

[2] Segundo página na internet mantida pelo Ministério da Saúde HIV é a abreviatura em inglês de *Human Immunodeficiency Vírus*. Refere-se ao vírus causador da AIDS, *Acquired Immunodeficiency Syndrome*, ou Síndrome da Imunodeficiênica Adquirida. O HIV age no sistema imunológico dos indivíduos infectados, reduzindo a capacidade de defesa do organismo. Ser portador do vírus não é a mesma coisa que ter AIDS. Alguns soropositivos podem vivem anos sem manifestar qualquer sintoma, mas continua sendo transmissor do vírus, mesmo sem desenvolver a doença. Relações sexuais desprotegidas estão entre as principais formas de transmissão (BRASIL, 2019?).

[3] Lei de Diretrizes e Bases é a Legislação que regulamenta todos os níveis do Sistema Educacional brasileiro, público ou privado, em consonância com a Constituição (BRASIL, 1996).

entra nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)[4] como tema transversal que propõem que esse assunto seja trabalhado em todos os ciclos de escolarização pelas mais diversas áreas e não como conteúdo de apenas uma disciplina[5]. Contudo, apesar da relevância dos PCN, que apoiou a abordagem da temática da sexualidade e reprodução nas escolas, esses conteúdos continuam sendo considerados tabus e, às vezes, evitados pelas unidades escolares. Ou quando estão presentes no contexto escolar ainda se apresentam como fruto e esteio de discursos bio-médico-psicológicos, estando principalmente relacionados aos conteúdos de Ciências e/ou Biologia. Ao tratarem a temática da reprodução juvenil, por exemplo, as escolas muitas vezes pautam seus argumentos e observações em possíveis desdobramentos negativos de uma gestação na juventude, especialmente em seus anos iniciais, como os riscos à saúde física e psicológica e os riscos sociais que pode trazer a vida dos/das jovens, especialmente das garotas. São raras as vezes que as subjetividades dos/das estudantes quanto a sexualidade e gravidez, bem como suas trajetórias de vida e círculos pessoais, são levados em consideração.

A presente pesquisa tem por objetivo compreender o que mudou no discurso social quanto a idade ideal para se ter filhos a partir de uma abordagem inspirada nos estudos foucaultianos sobre discurso, disciplina, biopolítica e biopoder. Nesse sentido, a análise é focada em como se dão as manifestações de sexualidade entre os jovens - permeadas de estereótipos, proibições e relações assimétricas de gênero - atreladas aos discursos sobre a reprodução e sexualidade juvenil. Consideramos a relação entre poder, sexualidade e gênero a partir das obras de Michel Foucault, onde o poder é tido como instrumento normalizador de comportamentos, corpos e subjetividades dos indivíduos e das populações. Segundo esse autor,

---

[4] Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram apresentados como um referencial de qualidade para a educação Brasileira, necessidade de referenciais a partir cujo objetivo é "garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos" (BRASIL,1997, p.13). Primeiro o Ministério da Educação e Desporto (MEC) criou os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental - nos anos de 1997 e 1998, e, posteriormente em 1999 foram criados os PCN para o Ensino Médio.

[5] Os PCN apontam que a sexualidade é parte integrante do indivíduo e de sua formação, estando intrinsecamente relacionada a valores sociais e, portanto, o seu estudo coliga contribuições de diversas áreas, que vão desde a Educação, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia e até a Medicina (BRASIL, 1998, p. 295). Pelo documento, os assuntos que envolvem a sexualidade devem ser tratados primordialmente pela família e propõe que a Orientação Sexual oferecida a crianças e os jovens pela escola trate sobre os efeitos das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições sociais com o objetivo de preencher lacunas nas informações que os alunos já têm, oferecendo-lhes a possibilidade de desenvolver conceito a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A abordagem deve ser feita sempre de forma científica, direta e esclarecedora (BRASIL, 1998, p. 299-300).
Segundo os PCN, a escola deve debater dentro do termo sexualidade as diferenças, estereótipos, tabus, preconceitos, conceitos e crenças, porém mantendo um distanciamento das opiniões e aspectos pessoais do/da professor/professora. Mas o que tem sido trabalhado nas escolas - quando é trabalhado - é a prevenção de doenças, uso de preservativo, e conceitos científicos do corpo, como a função do sistema reprodutor (BRASIL, 1998, p. 302).

o poder age pela positividade, incentivando, por meio de práticas discursivas, condutas consideradas “normais” e desaprovando comportamentos tidos como desviantes. Sendo assim, as subjetividades dos sujeitos, bem como seus comportamentos, são construídas nas relações de poder com outros sujeitos. Logo, os discursos que tratam a reprodução juvenil como algo “precoce” ou “indesejado” podem ser enquadrados dentro dessa análise.

Assim, ao analisarmos algumas práticas discursivas sobre “gravidez na adolescência”, sexualidade juvenil e juventude é preciso considerar a origem desses enunciados. Quem fala? De onde fala? Quais instituições e saberes representa? Que status o enunciador ocupa na sociedade? Ponderar sobre essas indagações ao analisarmos qualquer enunciado facilita o estabelecimento de conexões entre as práticas discursivas e os contextos históricos e sociais que as produziram e que elas reproduzem.

Também buscamos compreender como o poder interfere na construção das identidades de gênero. Muito embora, essa não tenha sido uma temática na qual Foucault se debruçou, seus estudos foram relevantes para as teorias feministas a partir do século XX. Dessa forma, compreendemos que a medida em que as relações de poder controlam o corpo, as subjetividades e a sexualidade, constroem também as percepções e os papéis de gênero. Sendo assim, este trabalho centra-se nas práticas sociais que envolvem educação, sexualidade e múltiplos significados de uma gestação juvenil. Dada a complexidade dos comportamentos sociais, propõem-se uma reflexão estruturada sobre o tema, em que o intuito é contribuir para as discussões sobre esse assunto.

No próximo capítulo trataremos dos discursos sobre gestação juvenil e as relações de poder e saber sobre os corpos. Para Michel Foucault (1999), o corpo está diretamente mergulhado num campo político e de relações de poder que o marcam e sujeitam-no a trabalhos e cerimônias, principalmente quanto a sua utilização econômica, o corpo como força produtiva está envolto em relações de poder e de dominação. Dessa forma, segundo Foucault (1999), “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1999, p. 29). Aborda-se como a reprodução juvenil é tratada pelo discurso médico e os desdobramentos da análise médica para as políticas públicas e controle do exercício da sexualidade que atuam na produção de corpos jovens produtivos e submissos.

O segundo capítulo abordará algumas concepções sobre a juventude e como os discursos sobre o exercício da sexualidade, especialmente dos jovens, e sobre reprodução foram passando por modificações nos últimos tempos. No capítulo seguinte tratamos como a gestação nessa faixa etária foi recebida em um passado não tão distante e como é encarada atualmente. Apontamos algumas das construções sociais das concepções atuais acerca de gravidez,

juventude e sexualidade, e como estas têm sido interpretadas e reinterpretadas, tanto pelo senso comum como pelo meio acadêmico. Também são trazidos à baila os posicionamentos do Fundo de Populações das Nações Unidas e do Ministério da Saúde sobre a temática. Em suma, procura-se compreender como autoridades brasileiras e organizações internacionais traçam o perfil da jovem que engravida e as consequências da gestação juvenil. Também fazemos apontamentos acerca de orientações internacionais voltadas para a educação em sexualidade. As observações dessas instituições assinalam que uma das formas de preparar os jovens para a vida adulta é lhes propiciar espaços para o diálogo sobre temas que envolvem as manifestações de sexualidade, abordando preconceitos e tabus, que cercam essa temática para que os/as jovens possam usufruir de suas sexualidades de maneira saudável, prazerosa e segura.

O penúltimo capítulo, aponta para as questões de gênero e políticas públicas brasileiras voltadas para a educação em sexualidade, levanta-se algumas ações governamentais voltadas para a educação em sexualidade, como os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), o PNE (Plano Nacional de Educação) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). No Brasil, analisa-se a sociedade fortemente marcada pela assimetria de gênero, e de que modo a onda conservadora que o Brasil vivencia atualmente trouxe consequências para as políticas públicas voltadas para a educação em sexualidade. Aponta-se para a necessidade urgente de abrir espaço nos currículos escolares para a discussão sobre educação em sexualidade, que atualmente tem encontrado resistências na política educacional.

A última parte, isto é, o capítulo cinco, da pesquisa é destinada a análise de alternativas adotadas pela escola pública que foi cenário deste estudo para enfrentar as estatísticas de reprodução juvenil, em especial o livro *Gravidez na Adolescência: Gravidez Não é Brincadeira*, produzido por estudantes e profissionais de uma escola pública e publicado em 2013. O material chama atenção para incidência de gestações entre as estudantes matriculadas na unidade, especialmente nos anos de 2011-2013, e aponta para as ações tomadas pela escola diante de tal conjuntura. O intuito principal do presente estudo é compreender como as relações entre as categorias juventude, sexualidade e gênero são vivenciadas no âmbito desta unidade escolar, especialmente quando se trata de estudantes grávidas.

Durante a pesquisa reconhecemos a gestação juvenil não é um tema fácil de abordar. Embora esse seja um tema relevante em nossa sociedade e nos currículos de Sociologia no Ensino Médio, ainda percebemos que existe bastante dificuldade em tratar esse assunto dentro das unidades escolares, especialmente na escola que foi o local dessa pesquisa.

1 AS RELAÇÕES DE PODER E SABER SOBRE OS CORPOS

Não é possível falar de reprodução juvenil sem antes falar sobre exercício da sexualidade. Parte-se da premissa de que a problemática analisada - um tanto complexa, pois envolve as noções de juventude, gênero, sexualidade e maternidade - será melhor interpretada se articulada ao conceito de cultura, uma vez que todas as categorias acima citadas podem ser tidas como constructos históricos e sociais. Primeiro trataremos de uma abordagem sobre a sexualidade a partir dos estudos foucaultianos.

A metodologia de Foucault, análise genealógica[6], não tem o intuito de propor uma nova interpretação do objeto de estudo, mas busca compreender aquilo que foi cristalizado como verdade, descrevendo as diversas interpretações que foram feitas e as verdades por elas impostas. A genealogia é a história das morais, dos ideais e dos conceitos (FOUCAULT, 1979). Embora este estudo não se trate de uma genealogia da sexualidade e reprodução juvenil, compreende a problemática como um constructo socio-histórico-cultural e busca algumas explicações e convenções construídas socialmente acerca do assunto presentes em discursos atuais.

Talvez uma das principais preocupações de Michel Foucault foi compreender a formação do sujeito moderno. Para o autor, os sujeitos são formados a partir das relações de poder e saber que são postas em funcionamento pelos discursos. “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1986, p. 135). Também cabe ressaltar que o discurso não é algo que existe a *priore* dessas relações, ele é produzido e reproduzido por elas. Assim, as relações e os discursos estão intimamente relacionados e ao analisar um discurso pode-se encontrar em seu interior as relações históricas e sociais que o construíram. As práticas e ações dos sujeitos, bem como a sua própria forma de enxergar a si e aos outros, seriam norteadas por um discurso. O discurso escolhido, por sua vez, não estaria livre de interesses políticos e/ou econômicos.

Logo, se todo o campo social, bem como os próprios sujeitos, é produzido a partir enunciados e relações de poder e saber, que o discurso faz funcionar, ao se analisar as práticas discursivas sobre “gravidez na adolescência”, também se está avaliando as relações de poder e

[6] Para Foucault (1979), a genealogia seria o acoplamento do conhecimento com os saberes locais “que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (p. 171). Para o autor, a genealogia seria, portanto, um método para libertar os saberes históricos da sujeição dos discursos científicos, verdadeiros, unitários e formais. Reativar os saberes menores, locais. Foucault explica que genealogia é uma batalha dos saberes contra os efeitos de poder do discurso científico. “A questão de todas estas genealogias é: o que é o poder” (p. 174), quais são os seus dispositivos, seus mecanismos e efeitos.

saber sobre sexualidade e reprodução juvenil que foram histórica e socialmente construídas e estão presentes nos discursos, mesmo que nem sempre seja de forma muito visível. A partir de agora abordaremos como o conjunto de regras, práticas, valores e normas de produção de enunciados sobre sexualidade foram construídos a partir do pensamento de Foucault; em um segundo momento pretendemos compreender como as práticas discursivas sobre reprodução juvenil foram produzidas dentro das relações e como estas permitem ao indivíduo a consciência de si e dos outros.

1.1 O dispositivo da sexualidade

Em *História da Sexualidade I: A Vontade do Saber* (1988), Michel Foucault analisa de que forma houve uma "colocação do sexo em discurso" na passagem do século XVIII para o XIX (FOUCAULT, 1988). Afirma que a sexualidade é construída culturalmente em consonância com os objetivos políticos da classe dominante, e enxerga como que, a partir da formação do sistema capitalista e a ascensão política e econômica da burguesia no Ocidente, surgiu um conjunto amplo de discursos sobre o sexo e a sexualidade.

O autor evidencia a importância da pastoral cristã para a produção de discursos e saberes sobre o sexo, pelo exercício da confissão e pelo autopoliciamento das pessoas que esta prática provoca. O sexo passou a ser constantemente examinado, não devendo ser mencionado sem prudência, tornando-se pela confissão e pelo exame de si, motivo de interesse público.

> Mas, sobretudo, por que atribui cada vez mais importância na penitência – em detrimento, talvez de alguns pecados – a todas as insinuações da carne, pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual (FOUCAULT, 1988, p. 23).

Segundo o autor, essa sociedade fez florescer o pensamento de que "deve-se falar de sexo, e falar publicamente" (FOUCAULT, 1988, p. 27). A colocação do sexo em discurso a partir do autoexame, possibilitado pela confissão, evidenciou condutas e desejos íntimos dos sujeitos que, a partir de então puderam ser reorientados.

> O essencial é bem isso: que o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo (FOUCAULT, 1988, p. 25).

Para o autor, a ascensão da burguesia e de seus padrões de comportamento, marca uma fase em que a sexualidade era tida como algo a ser reprimido. As práticas discursivas sobre as manifestações de sexualidade limitavam-se ao sexo e a sua função reprodutiva dentro do casamento; o casal procriador passa a ser a norma, o modelo. Todos os outros enunciados tornam-se fora da norma, ou anormais. Contudo, o autor ressalta que o discurso repressivo sobre sexualidade funcionava com outros discursos e a repressão tornou-se uma forma de proliferar a vontade de saber sobre o sexo. Desde, então multiplicaram-se as práticas discursivas sobre sexualidade.

> Cumpre-se falar de sexo como uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir no sistema de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga, apenas administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos (FOUCAULT, 1988, p. 27)

Dessa forma, de acordo com o autor, na sociedade burguesa, a relação entre sexo e poder presentes em discursos normativos consolida-se a partir da normalização de condutas vistas como positivas – "o casal procriador" -, a medida em que comportamentos considerados anormais são reprimidos e/ou reorientados mediante discursos úteis e públicos[7]. Segundo Foucault, "no século XVIII o sexo se torna uma questão de polícia" (FOUCAULT, 1988, p. 27). Todavia, a "polícia do sexo" não se refere ao sentido literal de simplesmente transformar comportamentos "anormais" em crimes e puni-los com ações policiais, mas sob a lógica de "regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição" (FOUCAULT, 1988, p. 28).

Para Foucault essas modificações ocorreram a partir do século XVIII, pois nesse momento histórico "os governos percebem que não tem mais que lidar com sujeitos, nem mesmo com um povo, mas com uma população" (FOUCAULT, 1988, p. 28). É o surgimento da população como um problema econômico e político. O Estado passará a gerir a população, levando-se em consideração questões como taxas de fecundidade e mortalidade, expectativa de vida, saúde populacional, entre outros; visando a sua maximização enquanto uso e recurso, ou o que o autor chamou de "população-riqueza" ou "população mão-de-obra". Surgem diversos discursos científicos, cujas análises sobre sexualidade intercruzam aspectos biológicos e

[7] No segundo capítulo do livro *História da sexualidade I: a vontade de saber (1988)*, Michel Foucault aborda algumas questões sobre o sexo considerado anormal no trecho *A implantação perversa*. O autor ressalta que mesmo o sexo dentro do casamento, cujo objetivo era a procriação, era regido por muitas regras que visavam tornar o ato sexual mais estéril e produtivo. Todo o resto, como relações homossexuais, atos sexuais fora do casamento, bestialidade, sedução de religiosas, incesto, casamento sem consentimento dos pais, entre outras práticas, eram considerados atos abomináveis. Em alguns casos essas sexualidades periféricas acabaram sendo alvo de legislações que as criminalizaram (FOUCAULT, 1988, p. 37-49).

econômicos (FOUCAULT, 1988). Nesse momento, segundo o autor, a população passa a ser vista como um dado, um campo de intervenção. Surge aí a sociedade disciplinar. O poder passa a ser exercido sobre os corpos dos indivíduos.

O Estado moderno elaborou um arsenal de discursos científicos quanto a sexualidade infantil, o exercício da sexualidade feminina, o controle da população, a atuação psiquiátrica em comportamentos sexuais considerados desviantes por meio da tecnologia do sexo8, utilizando-se de três interlocutores: a pedagogia, a medicina e a demografia.

Dentro do discurso normalizador da sociedade disciplinar, o Estado, com base em discursos científicos tidos como verdade, passa a ter um maior controle sobre a reprodução humana, e sobre diversas manifestações discursivas da sexualidade. A temática passou a ser valorizada pelo Estado, que passa a se utilizar de discursos científicos sobre "taxa de natalidade, a idade dos casamentos, nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais" com finalidades políticas e econômicas (FOUCAULT, 1988, p. 28).

> É a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamento e à organização familiar, mas a maneira como cada qual usa o seu sexo (FOUCAULT, 1988, p. 29).

A partir daí busca-se o controle da massa populacional por meio de estatísticas e previsões, visando um planejamento de resultados na população. Ao mesmo tempo, tecnologias disciplinadoras para normalização de corpos e condutas serão utilizadas com o objetivo de moldar corpos dóceis e produtivos e disciplinar aqueles sujeitos considerados anormais (ou fora da norma).

O autor pondera que a partir da ascensão da sociedade disciplinar o exercício do poder se reconfigurou e será caracterizado como "um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto" (FOUCAULT, 1988, p. 129). Logo, entende que o Estado que exerce seu poder por meio da apreensão das vidas e dos corpos, "o confisco", passará a exercer novas funções "de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas", cujo objetivo é a produção de forças, "a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las" (FOUCAULT, 1988, p.128).

[8]Embora não tenha uma frase em que o autor especifique claramente o que seria "tecnologia do sexo", no decorrer das páginas de História da Sexualidade: A Vontade de Saber, Michel Foucault narra uma série de táticas elaboradas desde o século XVIII que se combinam, em várias proporções e aspectos diferentes, cujo objetivo é a disciplina dos corpos e a regulação das populações.

Para Foucault, o Ocidente vê nesse momento surgir a biopolítica, que possui como características as "disciplinas do corpo e as regulações da população". A função da disciplina é produzir corpos dóceis que possam ser moldados e configurados de acordo com as necessidades sociais.

> [...] no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: *anátomo-política do corpo humano* (grifos do autor) (FOUCAULT, 1988, p.130).

Para que o poder disciplinar funcione, afirma que, foram criadas as instituições disciplinares como as escolas, os hospícios, as prisões e os quartéis. Nessas instituições, as pessoas são agrupadas e, ao mesmo tempo, individualizadas. Logo, é maior o controle sobre o corpo dos indivíduos a fim de discipliná-lo para que se possa tirar dele o máximo que tenha a oferecer. Há também, segundo o autor, "o aparecimento, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração" (FOUCAULT, 1988, p. 131). O que, segundo o autor, será como uma "explosão de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações" (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Consolidada a tecnologia do poder disciplinar, o biopoder se constituirá em uma nova categoria de exercício de poder. Ele se exerce sobre um grande número de indivíduos, esses já disciplinados que formam as populações dos Estados. Enfim, caracteriza-se pelas possibilidades de interferência do Estado no corpo do indivíduo, em que objetivo é a manutenção da vida. Não se trata de ações desconexas e individuais, mas de agenciamentos concretos de normalização dos corpos. A sexualidade torna-se um dos principais campos dessa regulação.

> De fato, sua articulação não será feita no nível de um discurso especulativo, mas na forma de agenciamentos concretos que constituirão a grande tecnologia do poder no século XIX: o dispositivo de sexualidade será um deles, e dos mais importantes (FOUCAULT, 1988, p. 132).

Nessa modalidade de exercício de poder, o governo se encarrega das pessoas em suas mais variadas relações, "seus costumes, seus hábitos, suas formas de agir ou de pensar" (FOUCAULT, 1999, p. 282). Teoricamente, para Foucault, "na junção entre o 'corpo' e a 'população', o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte" (FOUCAULT, 1988, p. 138).

> O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. Mas vemo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um polo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações. (FOUCAULT, 1988, p. 137).

Foucault afirma que uma economia política das populações será estabelecida a partir de uma teia de observações sobre o sexo (FOUCAULT, 1988, p. 29). Sexo torna-se um discurso da pedagogia, da economia, da medicina e da justiça. Há um conjunto de discursos vindos de vários pontos e várias instituições que deram origem a uma ciência do sexo. Contudo, o autor ressalta que os discursos científicos sobre o sexo se mantiveram subordinados à imperativos morais, que aparecem nos enunciados sob forma de normas médicas (FOUCAULT, 1988). Foucault afirma que o que torna a confissão uma prática tão utilizável pela sociedade disciplinar e que esta é "um ritual onde a verdade é autenticada" (FOUCAULT, 1988, p. 61). Sem citar a Psicologia ou a Psicanálise, Foucault aponta que essa prática, até então típica de círculos religiosos, passa a ser utilizada pela ciência. Essa apropriação da confissão como um processo científico, segundo o autor, ocorre através de diversos procedimentos que envolvem o autoexame por meio da fala (FOUCAULT, 1988).

Para o autor, há uma rede de relações envolvendo os discursos sobre o sexo que vão muito além do sexo em si. "[...] um dispositivo que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão aos métodos da escuta clínica. E, através desse dispositivo, pôde aparecer algo como a 'sexualidade' enquanto verdade do sexo e seus prazeres" (FOUCAULT, 1988, p. 67).

Ao se analisar a produção de discursos e saberes sobre o sexo, Michel Foucault ressalta que é preciso que isso seja feito a partir da perspectiva do poder. A sexualidade humana não deve ser inserida dentro de aspectos repressivos e legais, mas como algo que se estabelece dentro das relações de poder.

1.2 Verdade e poder

Para Michel Foucault, cada sociedade dispõe de um regime próprio de verdade, isto é, cada sociedade, dentro de um recorte de tempo e espaço, adota um tipo de discurso como sendo verdadeiro. No primeiro capítulo de *Microfísica do Poder*, publicado inicialmente em 1979, Michel Foucault esclarece o seu conceito de verdade quando escreve:

> Por 'verdade', entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A 'verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. 'Regime' da verdade (FOUCAULT, 1979, p. 14).

O autor é contundente em relacionar a "verdade" ao poder. Aponta que "a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...], é deste mundo; ela é produzida nele graças as múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder" (FOUCAULT, 1979, p. 12). Assim, a "verdade" está intrinsecamente relacionada a sistemas de poder, que é fruto e esteio desta, e a efeitos de poder, que ela induz e que a reproduz. Dessa forma, a vinculação entre poder e verdade aparece em todos os discursos, atuando como regimes de verdade.

> Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Para Michel Foucault o poder não é uma instituição ou uma estrutura que algo ou alguém detém. Para ou autor, o poder nem mesmo seria apenas um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição das populações aos Estados. Quando trata de poder e seus efeitos, Foucault não o faz como sendo este algo pura e simplesmente repressivo; pelo contrário, confere positividade ao poder, não no sentido deste ser positivo; mas entendendo-o como uma "rede produtiva", aquilo que produz e modifica verdades, fomentando resultados e efeitos de verdade.

> O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa o corpo social muito mais do que instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Além disso, para Foucault, o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas se exerce e "só existe em ação" (FOUCAULT, 1979, p. 175). O autor entende que o poder é imanente às relações, algo que se exerce nelas, pois só tem sentido em exercício; ou seja, no

funcionamento de seus dispositivos, técnica e normas. Em suma, o poder nos produz. O poder produz sujeitos à medida que permeia todas as relações, os colocando em correlação de forças com as sociedades em que vivem. Onde há relações há manifestações de poder. Não engloba tudo, mas provém de todos os lugares. Para Foucault "o poder está em toda parte" (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Se tomarmos como princípio que todas as relações e concepções humanas são fruto de processos historicamente produzidos e passíveis de ressignificações pelas sociedades, cada escolha coletiva por valores, normas e modelos ideais de comportamento seria, então, a verdade de uma determinada sociedade em um certo período. Foucault (1979), destaca que na sociedade ocidental a "verdade" possui algumas características historicamente importante: a) apoia-se no discurso científico e nas instituições que o produz; b) é necessária tanto para a produção econômica quanto para o poder político; c) a "verdade" circula pelas diversas esferas da sociedade é produzida e difundida sob controle, não-exclusivo, de grandes aparelhos políticos e/ou econômicos; e) é objeto de debate e enfrentamento político/social (FOUCAULT, 1979, p. 13).

Em suma, para Foucault, a verdade é produzida com base nas relações de poder e modifica-se com o passar do tempo. Isto posto, o poder e saber estão profundamente relacionados, porque não há poder sem saber e não há saber sem poder. As relações de poder impõem o saber, e a verdade, e este por sua vez, legitima o poder.

> Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (FOUCAULT, 1999, p. 30).

Nesse ínterim, a noção foucaultiana de poder se faz bastante profícua e esclarecedora para a análise do discurso e dos jogos de poder envolvidos no fenômeno da gravidez juvenil, dentro e fora do ambiente escolar. Haja visto que o corpo, e a regulação deste, encontra-se correlacionado com as relações de poder.

> Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1999, p. 29).

Assim a medida consideramos reprodução juvenil, utilizando a sexualidade como categoria de análise segundo os estudos de Michel Foucault, é possível perceber que práticas discursivas que envolvem esta temática buscam justificar-se a partir de argumentos científicos, pautando-se nas instituições que produziram estes saberes, especialmente na medicina. Assim, a reprodução juvenil e a rotulação de gestações nessa faixa etária como "precoces", "de risco" e/ou "indesejadas" aproxima-se de uma perspectiva mais biomédica do assunto, muito utilizada por estudos nas áreas da psicologia e medicina.

É sob esse prisma que o exercício de poder se torna tão relevante para se compreender a gestação juvenil e a sua construção como um problema social nos discursos médicos. Uma vez que passa a ser encarado como uma questão de Estado, tornando-se um campo de intervenção deste. A ideia foucaultiana de poder está muito presente quanto a normalização dos comportamentos sexuais e reprodutivos juvenis: na forma como se divide o que é considerado normal; a juventude como período de preparação para o exercício da maturidade; e o que é tido como desviante; a assunção de responsabilidades a partir de uma gestação que interromperia essa fase preparatória.

A maternidade, objetivo maior dos indivíduos do sexo feminino de outrora passa a ser visto como algo que deve ser evitado, pelo menos, na adolescência. Esse discurso contemporâneo sobre a gravidez adolescente, teria o intuito de disciplinar, controlar e/ou retardar, a sexualidade juvenil, em especial das garotas. A partir da compreensão de que os corpos femininos, seus comportamentos sexuais e reprodutivos, são disciplinados por meio de discursos especializados que definem qual o momento ideal para que o exercício da maternidade se concretize de forma normalizada e responsável, implica que a mulher não tenha filhos durante a fase inicial da juventude, governando a sua própria sexualidade, desejos e impulsos.

Também é possível observar que foi criada toda uma "*economia da sexualidade*" que colocou a reprodução juvenil como foco de ações, tanto para a produção econômica quanto para o poder político. Observa-se uma crescente preocupação do Estado em produzir saberes sobre a "gravidez na adolescência" ou apropriar-se de enunciados que foram produzidos sobre o tema para destacar a necessidade de sua prevenção devido os efeitos nocivos que uma gestação entre adolescentes pode trazer, especialmente as jovens gestantes. Consequências estas que envolvem tanto riscos à saúde materno-infantil, como implicações para as suas trajetórias de vida, como dificuldade para continuar a vida escolar, acadêmica e profissional, e a perpetuação da pobreza.

A sexualidade e a reprodução juvenil são assuntos presentes em enunciados discursivos que circulam pelas diversas esferas sociais, desde o senso comum até a produção de saberes

científicos em meios acadêmicos. Ao mesmo tempo, saberes sobre sexualidade e reprodução juvenil são produzidos e difundidos por grandes aparelhos políticos e/ou econômicos. E, por último, mas não menos importante, os saberes produzidos sobre sexualidade e reprodução juvenil são objeto de debate e enfrentamento político/social, frutos de forças heterogêneas que disputam espaço entre si.

1.3 Gênero e relações de poder-saber

O poder disciplinar e o biopoder tornam-se bastante relevantes para a compreensão do fenômeno da gravidez na juventude. À medida que a reprodução juvenil se constituiu como um problema social nos discursos especializados, especialmente da área da saúde, passou a influir na relação que os indivíduos estabelecem consigo mesmos, quanto a regulação das própria sexualidade e trajetória de vida. Logo, para melhor compreender esse conjunto de prescrições acerca das trajetórias de vida, sexualidade e maternidade femininas é preciso também observar como os conceitos de gênero e juventude foram construídos e/ou modificados ao longo do tempo.

Faz-se relevante ressaltar que Foucault nunca utilizou o termo gênero em suas análises, mas a sexualidade e as relações de poder sempre foram temáticas recorrentes em seus estudos. Por meio da obra de Michel Foucault, é possível ter acesso a subsídios metodológicos e teóricos para analisar as relações de gênero, os discursos e as práticas sociais na contemporaneidade em campos epistemológicos diversificados. Dessa forma, suas contribuições foram muito relevantes para os desdobramentos acadêmicos das teorias feministas, especialmente para o entendimento de gênero como categoria analítica. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) tratam da apropriação do termo "gênero" pelas Ciências Sociais e os desdobramentos que seu uso trouxe para análises posteriores.

> Essa categoria foi tomada de empréstimo à gramática. Em seu sentido original, gênero é o fenômeno da presença em algumas línguas (por exemplo, as indo-européias) de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas. Gênero, nas ciências sociais, tomou outra conotação, e significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. O grande impacto que vem produzindo nas análises sociais funda-se em ter chamado a atenção para o fato de que uma parte da humanidade estava na invisibilidade – as mulheres –, e seu uso assinala que, tanto elas quanto os homens são produto do meio social, e, portanto, sua condição é variável (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 288).

De acordo com Carvalho (2011), "o termo foi inicialmente apropriado por autores e autoras de língua inglesa, a partir da palavra *gender*, que, como em português, era utilizada no

âmbito da gramática para designar palavras femininas e masculinas (ou neutras)" (CARVALHO, 2011, p. 101).

A construção do conceito de gênero como categoria analítica está intimamente relacionada ao movimento feminista, que pode ser observado em três fases/ondas. Marta Ferreira Santos Farah em seu artigo *Gênero e Políticas Públicas* trabalha com a ideia de que o termo gênero foi utilizado de forma diferente por diversas correntes feministas. Ela pontua pelos menos três vertentes de análise feitas pelo "feminismo da igualdade", "feminismo da diferença" e pela "corrente pós-estruturalista" (FARAH, 2004).

A primeira onda feminista ocorreu mais ou menos entre o final do século XIX até a década de 1930, inicialmente chamada de "Sufragismo", objetivava a extensão do direito ao voto às mulheres. Movimento ligado às mulheres de classe média brancas, posteriormente, reivindicou oportunidades de estudo e acesso a determinadas profissões. O alcance desses objetivos, mesmo que em um número reduzido de países, arrefeceu o movimento (LOURO, 1997). Segundo Farah, para essa fase do movimento feminista - que ela denomina como "feminismo da igualdade" - as únicas diferenças que, de fato, existem entre homens e mulheres são biológicas, e aspectos culturais fundados relações de opressão seriam os responsáveis pelas demais diferenças que deveriam ser extintas e abrir espaço para relações entre seres 'iguais' (FARAH, 2004, p. 48).

A segunda onda, iniciada no final da década de 1960 (ano de 1968 como referência: "marco da rebeldia e contestação"), "além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas" (LOURO, 1997, p. 15). A obra "O Segundo Sexo", da filósofa francesa Simone de Beauvoir, foi uma das grandes influências dessa fase do movimento feminista. Nesse momento, segundo Carvalho (2011) e Louro (1997), o termo gênero ganha maior visibilidade. Contudo, "sua utilização está baseada na distinção binária entre natureza (representada pelo sexo) e cultura (gênero) " (CARVALHO, 2011, p. 101), sendo empregado pelas teóricas feministas da época "contra a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres e contra os determinismos dela resultantes" (CARVALHO, 2011, p. 101-102). Para as estudiosas ligadas a essa vertente, o sexo seria a base natural/biológica sobre a qual as concepções culturais do que significa ser um homem ou uma mulher são construídas (CARVALHO, 2011; FARAH, 2004).

Essa corrente teórica, segundo Farah (2004), foi substituída entre as décadas de 1970 e 1980 pelo feminismo da diferença. Carvalho (2011) afirma que dentro dessa vertente, sexo passou a ser associado ao corpo e a biologia, enquanto gênero passou a identificar as características de comportamento construídos socialmente dentro de relações de poder que

diferenciam homens e mulheres. Segundo a autora, ainda hoje essa é uma das formas de emprego do conceito de gênero mais comuns (CARVALHO, 2011, p. 102).

> Para as teóricas e os teóricos da diferença, o conceito de gênero remete a traços culturais femininos (ou, no polo oposto, masculinos) construídos socialmente sobre a base biológica. Constrói-se assim uma polarização binária entre os gêneros, em que a diferença é concebida como categoria central de análise, fundamental na definição de estratégias de ação. As diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas, estabelecendo-se uma polaridade entre masculino e feminino, produção e reprodução e público e privado. Para o feminismo da diferença, o poder concentrar-se-ia na esfera pública, estando nessa polaridade a origem da subordinação das mulheres (FARAH, 2004, p. 48).

A partir de 1970, a interseccionalidade aparecerá entre as questões de gênero. Pode-se dizer que este termo se origina no final da década de 1970, no seio no "Feminismo Negro" - mulheres negras pobres rebelaram-se contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. Elas contestavam a homogeneidade do gênero feminino. Pois, além do binômio homem/mulher, existem outras formas de opressão e subordinação que se intercruzam, tais como classe social, raça e etnia (FARAH, 2004).

Por fim, na década de 1990, viu emergir a terceira onda feminista. Segundo Carvalho (2011), essa fase representa uma ruptura do sistema binário de gênero: homem/mulher; masculino/feminino. "Emerge a afirmação de novas identidades de gênero, e inclusive a ideia de desconstrução da identidade de gênero, colocando em seu lugar a ideia de fluidez e performances de gênero" (CARVALHO, 2011, p. 9).

A corrente pós-estruturalista analisa o caráter histórico da construção das diferenças entre os gêneros. Pensadoras como Joan Scott, enfatizavam que nenhuma percepção de corpo existe fora das relações sociais. Scott (1995) concebe o gênero como uma categoria analítica permeada de relações assimétricas de poder. Segundo a pesquisadora, há uma predominância masculina. Joan elucida que a respeito do conceito de gênero, "o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos" (SCOTT, 1995, p. 4).

> Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 21).

O ponto central dessa concepção de gênero é como as diferenças são construídas a partir de signos e significados culturais, que lhes conferem sentido e os posicionam dentro de relações hierárquicas de poder.

> [...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1995, p. 21).

Observando a ideia de que as diferenças de gênero são histórica e socialmente construídas dentro de relações de poder e dominação, Farah (2004) ainda ressalta que "o padrão dominante nas identidades de gênero de adultos envolve uma situação de subordinação e de dominação das mulheres, tanto na esfera pública como na privada" (FARAH, 2004, p. 48). O gênero, enquanto categoria analítica e constructo social e cultural, é relacionado às técnicas sociais e discursos normativos sobre a sexualidade que incidem diretamente no projeto moderno de sociedade.

> [...] a 'mulher' é uma categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variados, sobre os quais repousa o movimento feminista. Dependendo do contexto conjuntural e das exigências políticas, esta categoria é usada para articular as mulheres politicamente. Contudo, ela possui diferentes tempo realidades e densidades, existindo em relação a outras categorias igualmente instáveis (COSTA apud SOIHET; PEDRO, 2007, p. 295-296).

Toma-se como norteador o princípio de que os conceitos de juventude, gênero, sexualidade e maternidade são socialmente construídos e, desse modo, variáveis de acordo com o tempo histórico e as condições socioculturais, a idade socialmente aceita para o ingresso na vida sexual e reprodutiva também o é. Procuramos, assim, compreender os processos histórico-culturais que norteiam a concepção sobre sexualidade e reprodução juvenil, bem como o embasamento social contemporâneo para a idade ideal para uma mulher ter filhos, estão presentes na publicação *Gravidez na adolescência: gravidez não é brincadeira* (2013).

Um dos fatores norteadores dessa pesquisa é entender como se processam os discursos e as práticas, tanto individuais quanto coletivas – marcados por relações assimétricas de gênero - no tocante à sexualidade e gestação juvenil. Foi utilizado para tanto as contribuições e conceitos estruturados por Michel Foucault, ainda estudados por adeptos dessa corrente teórica. Conceitos como verdade, discurso, poder e biopoder serão muito relevantes no decorrer deste estudo.

Desse modo, ao tratar sobre o processo de transformação na gravidez juvenil em um problema social com efeitos diretos nos discursos de instituições, governos e indivíduos, analisaremos alguns discursos sobre a sexualidade juvenil, especialmente no que se refere ao comportamento sexual feminino. Destarte, buscamos compreender como os/as estudantes de uma escola específica produzem e reproduzem discursos e verdades sobre sexualidade e

reprodução juvenil. Buscamos identificar discursos e práticas embutidos em um material sobre a temática, produzido por docentes e estudantes de uma escola pública localizada no interior do Estado de São Paulo. Não nos circunscrevemos apenas aos conteúdos implícitos dos escritos, mas também aquilo que foi escrito, normalizado e tido como verdade por parte dos autores. Bem como, considera-se por meio dos discursos, dentro e fora do âmbito escolar, que tipo de sujeito feminino a sociedade contemporânea anseia e produz.

É importante frisar que como a publicação analisada foi produzida por uma escola que atende estudantes das camadas populares, nossa análise será feita a partir das concepções sobre gestação juvenil para essa classe social. Não é o nosso objetivo analisar como a reprodução entre jovens é observada em diferentes classes sociais.

De que forma o saber atual sobre gestação entre jovens, muitas vezes baseado em noções médicas, interfere na visão de estudantes e professores? Como esse discurso aparece na publicação *Gravidez na adolescência: gravidez não é brincadeira* (2013)? De que maneira as relações desiguais e assimétricas de gênero aparecem nos textos e ilustrações deste livro? Essas, entre outras, são algumas das questões que esse estudo tenta compreender embasando-se nos conceitos foucaultianos. Dá-se enfoque ao poder disciplinar, que se materializa na normalização dos corpos e do biopoder e que se aplica à vida da população dentro do conceito de biopolítica; conceitos que serão mais aprofundados a seguir. Dentro da análise adotada por este estudo, o poder opera na regulação dos fenômenos da vida dos jovens, especialmente no que diz respeito a relações de gênero, sexualidade, fecundidade e natalidade.

2 REPRESENTAÇÕES E JUVENTUDE

Em título de uma entrevista que posteriormente tornou-se parte de um livro, Pierre Bourdieu (1983) afirmou que *A 'Juventude' é apenas uma palavra* (BOURDIEU, 1983, p. 112). Seu intuito era indicar como as divisões entre as idades seriam arbitrárias, fruto de uma construção social. O autor também sinaliza que essas mesmas divisões são construídas "socialmente nas lutas entre jovens e velhos" (BOURDIEU, 1983, p. 113). O sociólogo francês aponta que, "somos sempre o jovem ou o velho de alguém" (BOURDIEU, p. 113). Pois, para este autor, a idade é "um dado biológico socialmente manipulado e manipulável" (BOURDIEU, p.113). Portanto, segundo Bourdieu, juventude e velhice não seriam dados, mas constructos sociais que não fazem sentido isoladamente, apenas em contraposição entre os mais novos e/ou os mais velhos.

Diversos estudos sobre a categoria juventude, especialmente os da História e da Sociologia enfatizam seu caráter simbólico e mutável ao longo do tempo nas mais diversas sociedades (ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES 2007; BOURDIEU, 1983; DAYRELL, 2003; GROPPO, 2017; HEILBORN, 2002, HEILBORN; AQUINO; BOZON; KNAUTH, 2006), enquanto as pesquisas das Ciências Médicas e da Psicologia abordam a temática sob um viés mais orgânico e universalizante (ERIKSON, 1987; MOREIRA; VIANA; QUEIROZ; JORGE, 2007; REIS; OLIVEIRA-MONTEIRO, 2007). A própria nomenclatura que se refere a categoria apresenta divergências dependendo da corrente teórica em que é objeto de análise. Enquanto as pesquisas do campo da Saúde e Psicologia utilizam com mais frequência a palavra adolescência, o termo que as Ciências Sociais consideram mais apropriado é juventude. Com as devidas distinções, esta pesquisa se utiliza tanto dos termos adolescência quanto juventude como parte do mesmo fenômeno discursivo e sócio-histórico-cultural, todavia guardadas as suas pluralidades enquanto categoria social.

O objetivo é observar a juventude como categoria de análise sociológica, considerando as diversas formas de vivencia-la e a construção de uma visão positiva para a educação em sexualidade nas escolas brasileiras. Neste capítulo, serão apresentados: I) representações e formas de análise da juventude, II) a juventude sob a perspectiva sociológica, III) análises sobre a gestação entre jovens e IV) orientações internacionais voltadas para a educação em sexualidade.

2.1 Representações e formas de análise da categoria Juventude

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é o período compreendido entre 10 e 19 anos. No Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera adolescente o indivíduo de 12 a 18 anos de idade. Assim como Dayrell (2003), tomaremos adolescência - haja visto que essa palavra é bastante comum nos documentos oficiais de órgãos governamentais e não-governamentais - como termo que "representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças de corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais" (DAYRELL, 2003, p. 62). As transformações hormonais da puberdade que culminam em mudanças corporais são encaradas como o marco inicial visível da juventude/adolescência.

No Brasil, essa faixa etária é muitas vezes entendida como uma fase de preparação para o mundo adulto. Seria o momento em que os jovens precisam aproveitar as oportunidades de melhoria nas suas condições sociais abertas pela possibilidade de expansão da escolaridade[9]: cujo objetivo é a melhor inserção no mercado de trabalho, o que lhe possibilitaria autonomia frente à sua família de origem, permitindo, simultaneamente, a construção de seu próprio lar e família (GALLAND, 1997 apud HEILBORN, 2002). Dentro dessa construção social em que a adolescência é apresentada como um momento de grandes e muitas possibilidades, a gestação pode ser vista como um desvio ou um fator que dificulta a trajetória de jovens envolvidos nesse fenômeno.

> A juventude é considerada a melhor fase da vida e, simultaneamente, uma fase de grande risco. O primeiro caso enaltece a disposição e o 'estado de espírito' enquanto no segundo, se acentuam, em especial, os possíveis anos para a saúde. Duas esferas aparecem como palcos desses riscos: a da sociabilidade, em que se teme a exposição a violência e as drogas, e a da sexualidade, em que se problematiza a iniciação sexual precoce, a Aids e a 'gravidez na adolescência'. Esse conjunto de concepções, bastante difundido pelo senso comum e pela mídia, apresenta os jovens como inconsequentes e irresponsáveis em relação aos seus comportamentos, e, frequentemente, como incapazes de gerir a própria vida afetiva e sexual. Enfim, a imagem dominante mostra 'os jovens de hoje' levando uma vida sexual e afetiva desregrada, na qual predominam os relacionamentos efêmeros, sem qualquer tipo de vínculo

[9]Segundo o ECA (BRASIL, 1990), o adolescente é um indivíduo que está em plena fase de desenvolvimento de suas capacidades para exercício de sua cidadania e para o mercado de trabalho. A LDB (BRASIL, 1996), também aponta o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho como uma das finalidades do processo de educação regular - **Lei nº 9.394, art. 4º, inciso II** – versa sobre a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio. O texto original passou por duas correções. A primeira postula a "universalização do Ensino Médio gratuito" (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009) e a segunda garante a obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

> e comprometimento (HEILBORN; AQUINO; BOZON; KNAUTH, 2006, p. 399).

Primeiro, é importante ressaltar que a categoria juventude não é entendida pelas Ciências Sociais como algo homogêneo e, portanto, não existe um padrão que define essa "fase" da vida, seja em termos biológicos ou psíquicos. Dessa forma, é relevante observar algumas representações sobre a juventude.

Algumas abordagens observam a juventude como um período de experimentação e preparação para o desempenho de responsabilidades adultas, como já mencionado. Por conseguinte, os jovens estariam incumbidos de se prepararem para tal exercício, pessoal e profissional. Nessa perspectiva, esse período das vidas dos indivíduos torna-se alvo de ações que visam a "proteção" da saúde reprodutiva dessa camada da população, uma vez que, como supracitada, a gestação pode ser um fator "desviante" de suas trajetórias.

Outro prisma de análise da gestação juvenil é o viés bio-médico-psicológico que partilha de ideais higienistas, e, cuja principal meta, é evitar as consequências que uma gravidez na tenra idade pode trazer, sendo a maioria das vezes observadas como gestações de alto risco, "precoces" e/ou "indesejáveis", concepção comum nos documentos oficiais sobre a temática.

Abramovay e Esteves afirmam que embora haja uma certa valorização de características juvenis pela sociedade, como a plasticidade dos corpos jovens, existe uma grande dificuldade social em enxergar o indivíduo jovem "como sujeito de identidade própria, oscilando entre considerá-lo adulto para algumas exigências e infantiliza-lo para outras tantas circunstâncias" (ABRAMOVAY; ESTEVES, 2007, p. 26). Segundo os autores, existe concepções mais comuns quanto ao que se entende socialmente por ser jovem:

a) "De maneira dualista e maniqueísta". Onde ao mesmo tempo em que os jovens são encarados como os "responsáveis pelo advir", também são vistos como imaturos e irresponsáveis no presente. (ABRAMOVAY; ESTEVES, 2007, p. 26);
b) "De maneira adultocrata". Baseia-se nas relações assimétrica entre jovens e adultos em que posturas conservadoras limitam o diálogo entre as gerações. (ABRAMOVAY; ESTEVES, 2007, p. 26);
c) "Imputados de culpa". Na qual os jovens são constantemente relacionados à delinquência, criminalidade e ameaça social. (ABRAMOVAY; ESTEVES, 2007, p. 26-27).

Dayrell (2003) aponta que diversas imagens sobre essa categoria convivem umas com as outras. Citando diversos autores, salienta outras maneiras comuns de analisar a juventude:

a) "como se este fosse um período de experimentações e possibilidades". O período seria, portanto, marcado pela busca de satisfações pessoais e pela irresponsabilidade (DAYRELL, 2003, p. 40);
b) "como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a autoestima e/ou com a personalidade" (DAYRELL, 2003, p. 41).

Nas leituras citadas e a fim de prosseguir a análise sobre a visão socialmente construída sobre a juventude; conclui-se, resumidamente, que a adolescência/juventude pode ser socialmente tidas como:

a) **Fase de transformações.** Dado as mudanças físicas, hormonais, cognitivas e sociais vivenciadas pelo indivíduo;
b) **Fase de transição.** Pois seria o período da vida do indivíduo em que este abandona o corpo e os comportamentos e, paulatinamente, aprende a vivenciar o mundo adulto;
c) **Fase de crises.** Diante de tamanhas mudanças e por ainda estar em busca do seu lugar na sociedade, o indivíduo passaria por um distanciamento familiar e experimentaria dores e angústias emocionais/psicológicas decorrentes do seu amadurecimento;
d) **Fase da permissividade.** Levando-se em consideração que o indivíduo ainda não concluiu a sua jornada rumo à maturidade, são permitidos alguns "deslizes" e experiências antes que que se complete a sua formação enquanto pessoa adulta, cuja responsabilidade por seus atos será cobrada;
e) **Fase perigosa.** Os jovens são apontados como pertencentes a uma faixa etária com uma certa predisposição a desvios e transgressões que podem comprometer tanto a sua integridade individual bem como de toda a sociedade.

As definições sobre adolescência/juventude variam, tanto no senso comum quanto no meio acadêmicos, e constroem consequências a respeito da gravidez na adolescência. Dentro desses "modelos" de juventude socialmente construídos que relacionam à um contexto de formação e continuidades ou a momento de crise e distanciamento familiar, a "gravidez precoce" muitas vezes é representada como uma situação adversa e conflitante para as jovens, ainda estudantes, que precisam assumir uma maternidade "involuntária" sem qualquer

planejamento familiar em um período de sua vida que ainda se encontram em processo de amadurecimento físico, psicológico e intelectual.

Segundo Dayrell (2003), a maioria das análises acerca da juventude tendem a encarar os jovens de forma negativa, pois enfatizam peculiaridades que lhes faltam para se enquadrarem em um determinado padrão sobre o que é "ser jovem". Para o autor, há dificuldade em observar o/a jovem como sujeito social, que constrói um determinado modo de ser jovem baseado em suas próprias experiências cotidianas, especialmente se os jovens analisados forem das camadas populares.

Seguimos em uma tentativa de mesclar essas acepções sobre juventude/adolescência e o posicionamento do discurso quanto a incidência de gravidezes nessa fase da vida.

2.2 Juventude e o olhar sociológico

Para uma análise mais aprofundada sobre a gravidez entre adolescentes, é necessário pontuar sobre o conceito de juventude para as Ciências Sociais. Apresentar uma definição da categoria juventude não é fácil porque os critérios que a constituem são construídos socialmente. Deve-se considerar diferentes formas de ser jovem, de acordo com fatores como o tempo histórico, as condições sociais, culturais ou de gênero do indivíduo (BOURDIEU, 1983; DAYRELL, 2003). Partindo desse princípio, é relevante que se faça uma breve análise sobre a formação do conceito de "juventude".

Durante o medievo, o marco final da infância ocorria quando a criança era desmamada, o que acontecia por volta dos seis ou sete anos. A partir de então, ela passaria a conviver com adultos do mesmo gênero, convivendo nos mesmos círculos sociais, desempenhando funções laborais e frequentando os mesmos ambientes, inclusive noturnos. Em um de seus mais famosos estudos, Philippe Ariès (1981) trabalha o surgimento do conceito de infância como um processo que se concluirá somente na Idade Moderna. Para esse autor, entre os séculos XV e XVII, há uma clara relação entre a valorização da educação e a criação das noções de infância e juventude como fases do desenvolvimento humano apartadas do mundo adulto, pois "a juventude escolar foi separada do resto da sociedade, que continuava fiel à mistura das idades, dos sexos e das condições sociais" (ARIÈS, 1981, p. 170).

Ariès afirma que somente no século XIX ocorreu a separação entre a segunda infância e a adolescência/ juventude:

> A nova necessidade de análise e de divisão, que caracterizou o nascimento da consciência moderna em sua zona mais intelectualizada, ou seja, na formação

> pedagógica, provocou por sua vez necessidade e métodos idênticos, quer na ordem do trabalho – a divisão do trabalho, quer na representação das idades – a repugnância em misturar espíritos, e, portanto, idades muito diferentes (ÁRIES, 1981, p. 173-174).

A compreensão do conceito de juventude como um constructo socialmente produzido facilita o seu entendimento pelo senso comum e pela comunidade científica, além de servir de parâmetro para políticas públicas. Por sua vez, Dayrell aponta que a juventude é, concomitantemente, uma condição social e um tipo de representação: o próprio conceito de juventude varia muito de uma sociedade para outra. Por isso, concepções sobre juventude elaboradas pela Sociologia apresentam variações entre si.

Debater alguns princípios norteadores para a formação da categoria juventude em pesquisas sociológicas não é uma missão fácil. Entretanto, é de extrema importância apresentar algumas de suas principais tendências definidoras. Segundo Groppo (2017), estão agrupadas em teorias tradicionais, críticas e pós-críticas da juventude.

Groppo (2017) aponta que as teorias tradicionais da juventude atingiram o auge em meados do século XX. De acordo com o autor, os pensadores dessa corrente apresentavam a juventude, da mesma maneira que a infância, a maturidade e a velhice como faixas etárias - quase que - determinadas por questões bio-psicológicas. A juventude aparece como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta; logo, a socialização secundária seria a principal característica da juventude.

Para Dayrell (2013), embora a juventude não deva ser encarada simplesmente como um momento de preparação; esta é uma concepção muito presente na escola. É possível observar que essa visão coloca a escola como importante instituição socializadora, cujos objetivos são "preparar" e "aprimorar" o sujeito em documentos norteadores da educação brasileira. Segundo a LDB[10] de 1996, o Ensino Médio[11], etapa da educação básica que compreende a formação do indivíduo durante parte da juventude, deve fornecer as bases para que o educando prossiga seus estudos e aprimoramentos profissional e humano:

---

[10] **Lei de Diretrizes e Bases** (LDB 9394/96) é a legislação que organiza e regulamenta todo o sistema educacional brasileiro, da educação básica ao ensino superior, quer seja na rede pública ou privada de ensino.Revogou todas as leis e decretos-lei que versavam sobre educação antes da data de sua publicação em 23 de dezembro de 1996, incluindo: a **LDB de 1961** (nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) a primeira LDB que regulamentava todos os níveis de educação promulgada no Brasil; e a **LDB de 1971** (nº 5.892, de 11 de agosto de 1971) que estabelecia as diretrizes para apenas 1º e 2º graus de educação – Nomenclatura alterada pela Lei nº 7.044, de 1982 que estabelecia Ensino Primário a educação correspondente ao ensino de 1º grau e, por Ensino Médio, o de 2º grau. Atualmente, equivalem respectivamente ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio (BRASIL, 1996).

[11] A nomenclatura "Ensino Médio" foi utilizada em substituição a "Segundo grau" após a aprovação e implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) revendo a LDB 5692/71, para designar a última etapa da educação básica (BRASIL, 1996).

> Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:
>
> I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
>
> II - A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
>
> III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
>
> IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, *s. p.*).

Segundo Dayrell, dentro desse panorama há uma propensão de se analisar negativamente essa fase da vida, na qual o jovem é um "vir a ser".

> Essa concepção está muito presente na escola: em nome do 'vir a ser' do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos do futuro, tende-se a negar o presente vivido pelo jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem bem mais amplas do que apenas o futuro (DAYRELL, 2003, p. 41).

Todavia, ainda com base nas teorias tradicionais da sociologia da juventude, seria justamente nessa fase da vida que os indivíduos teriam mais chances de desenvolverem comportamentos fora da norma e desviantes. Groppo ainda salienta que a socialização e a "delinquência juvenil" são os temas centrais das teorias tradicionais da juventude (GROPPO, 2017).

Diferentemente da teoria tradicional da juventude, surge a teoria psicossocial de Erik Erikson (1972) com o conceito de moratória social. Dentro desse eixo teórico, a identidade é estudada como fruto de um processo inconsciente iniciado na infância que perpassa por toda a vida do indivíduo. Durante a adolescência, o indivíduo busca uma posição social por meio da livre experimentação de funções. Também seria nessa fase da vida que, segundo Erikson, o indivíduo passaria a refletir sobre quais direções e compromissos que assumiria ao longo de sua vida. Este seria o estado da identidade em moratória durante a etapa inicial da juventude. Para Erikson, a construção da identidade[12] é a tarefa mais importante desta fase da vida.

Além da ideia da moratória social, Groppo aponta que outras teorias buscam desmistificar o conceito de juventude como uma categoria uniforme, nas quais a diversidade e a capacidade criativa e rebelde de grupos jovens eram analisadas positivamente (GROPPO, 2017). Segundo o autor, uma dessas correntes teóricas, denominada "classista", passou a dar

[12] O autor entende por identidade o conjunto de valores e crenças com os quais um indivíduo compromete-se e concebe a si mesmo (ERIKSON, 1972).

ênfase em como a socialização e educação informal, ocorrida no interior dos grupos juvenis, "ressignificavam os valores, os produtos e os signos da 'cultura de massa'" (GROPPO, 2017, p. 10).

As teorias pós-críticas são desenvolvidas a partir da década de 1970, "propondo que as juventudes contemporâneas efetuavam múltiplas e ativas socializações" (GROPPO, p. 11). As discussões sociológicas têm optado pelo uso do termo "juventudes" em substituição à "juventude" ao enfatizar as pluralidades relacionadas à classe social, cor, gênero e grupo social presentes na categoria. O pesquisador brasileiro Juarez Dayrell é um dos defensores de que a juventude não deve ser relativizada, mas analisada sob diversos prismas e levando as diversidades em consideração.

> A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume a sua importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes (DAYRELL, 2003, p. 42).

Dentro dessa perspectiva, jovem passa a ser analisado como um sujeito social, que deve reconhecido como alguém capaz de pensar e agir por si mesmo.

> Tomar os jovens como sujeitos não se reduz a uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética, não apenas durante o processo de pesquisa, mas também em meu cotidiano como educador. A experiência da pesquisa mostrou-me que ver e lidar como o jovem como sujeito capaz de refletir, de ter suas próprias posições e ações, é uma aprendizagem que exige esforço de autorreflexão, distanciamento e autocrítica (DAYRELL, 2003, p. 44).

Paralelamente a teoria do jovem como sujeito social, surge a concepção da juventude como direito, que transita epistemologicamente entre as teorias da juventude como sujeito e da moratória social. Notadamente no Brasil, movimentos de defesa do direito da infância e da adolescência se aproximam dessa proposta[13]. Para Groppo (2017), embora haja algumas limitações quanto a ideia de uma rede de proteção jurídica à juventude, esta concepção "não deixou de ser um passo em direção a uma noção mais abrangente de cidadão: não apenas um portador de direitos, mas ator, agente, sujeito presente na vida pública e nas decisões políticas" (GROPPO, 2017, p. 13). Ainda dentro da perspectiva de juventude como direito, aparece a publicação do livro *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*, organizado por Miriam

[13] Um importante ganho dessa concepção acerca da juventude no Brasil foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069, de 13 de julho 1990, que dispões sobre a proteção da criança e do adolescente (BRASIL, 1990, *s. p.*).

Abramovay, Eliane Ribeiro Andrade e Luiz Carlos Gil Esteves, faz parte *da Coleção Educação para Todos,* lançada pelo Ministério da Educação e pela UNESCO em 2007. O trabalho é resultado de um extenso *survey* que reuniu respostas de cerca de 10 mil jovens entre 15 a 29 anos de todo o território nacional. O estudo é altamente relevante, pois refere-se a uma parcela da população brasileira composta por aproximadamente 34 milhões de pessoas que se enquadram nesse recorte etário. Na apresentação desta obra, assinada por Ricardo Henrique e Regina Novaes[14], o Governo Federal afirma entender que "estudos e pesquisas podem e devem ajudar a legitimar os(as) jovens como sujeitos de direitos universais e específicos" (ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007, p. 7), sendo essa, segundo os secretários, uma publicação que tem como objetivo agregar valor ao debate quanto a ações e políticas voltadas à juventude no Brasil. Para eles, "só o diálogo profundo e constante entre as gerações, conjugando inovações e tradições, pode inverter a lógica do individualismo depredador que tão bem caracteriza a sociedade de consumo e do espetáculo" (ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007, p. 7).

A literatura sobre a juventude tem colaborado para enriquecer o debate e a necessidade de repensar a categoria, partindo de uma análise pautada nas pluralidades produzidas e reproduzidas pelas condições do meio em que os jovens estão inseridos. Para aprofundar a discussão, inicia-se a seguir uma análise como as diferentes visões sobre a categoria juventude influenciaram o debate e as práticas relacionadas à gravidez entre jovens no Brasil.

2.3 Juventude, Sexualidade e Reprodução

Como já mencionado, as transformações da puberdade tidas como importante sinalizador do início da adolescência/juventude, fase terminaria com a completa inserção do indivíduo na sociedade adulta. Segundo Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares, "as mudanças biológicas da puberdade são universais e visíveis, modificando as crianças, dando-lhes altura, forma e sexualidade de adultos" (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010, p. 227). Seguindo essa lógica, Heilborn sinaliza que "a sexualidade é um dos principais domínios que incitam os jovens a criar uma esfera de autonomia individual relativamente à família de origem" (HEILBORN, 2006, p.34).

> A adolescência caracteriza-se por diversas transições, sendo a passagem da sexualidade com o parceiro a de maior repercussão. O aprendizado da

[14] Na época do lançamento do estudo, ocupavam respectivamente as funções de Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade e Secretária nacional de Juventude e também presidenta do Conselho Nacional de Juventude.

> sexualidade, contudo não se restringe àquela de genitalidade, tampouco ao acontecimento da primeira relação sexual. Trata-se de um processo de experimentação pessoal e de impregnação pela cultura sexual do grupo, que se acelera na adolescência e na juventude. O aprendizado constitui-se na familiarização de representações, valores papeis de gênero, rituais de interação e de práticas, presentes na noção de cultura sexual (HEILBORN, 2006, p. 35).

Abramovay e Silva sinalizam que a adolescência/juventude tem sido alvo de grandes inquietações em todo o mundo, tanto no campo da saúde quanto no da educação, e citam saúde sexual e reprodutiva, gravidez na adolescência e DSTs, como algumas das problemáticas mais relevantes. As autoras, ainda afirmam que "a iniciação sexual dos/das jovens têm sido cronologicamente antecipada, principalmente na última década". (ABRAMOVAY; SILVA, 2007, p. 230-231). Outro dado relevante é que atualmente os jovens brasileiros se mantém por um período mais longo do que em décadas passadas dependentes de seus pais, em virtude do prolongamento dos estudos e dificuldades em inserir-se no mercado de trabalho, postergando a autossuficiência econômica (BRANDÃO, 2006). Assim, segundo Brandão, o aprendizado das regras sociais pelo/a jovem, ocorre dentro de um cenário de negociação com os pais, o que, segundo a autora, supõe uma linha tênue entre a autonomia gradativa dos jovens e a função educativa da família (BRANDÃO, 2006).

Apoiando-se nas informações coletadas na pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (2006), elas afirmam que "a juventude é o momento em que a experimentação da sexualidade vai possibilitar uma estruturação de sua identidade" (ABRAMOVAY; SILVA, 2007, p. 33). Essa fase de descobertas no campo da sexualidade demarca notáveis diferenças de gênero. Embora as visões sobre a sexualidade juvenil possam coincidir em alguns aspectos para garotos e garotas, o "tornar-se homem e o fazer-se mulher" também reproduzem relações de assimetria e desigualdade (HEILBORN, 2006; ABRAMOVAY; SILVA, 2007). No campo da sexualidade, as marcas da desigualdade de gênero são bastante profundas. Por sua vez, a família tende a reproduzir valores que consideram que homens e mulheres devem lidar de forma diferente com as suas sexualidades. Enquanto a atividade sexual masculina é socialmente permitida, e, muitas vezes, estimulada, o mesmo não acontece em relação a sexualidade feminina. Tais padrões culturais que dividem os comportamentos de homens e mulheres segundo normas pré-estabelecidas trazem consigo consequências em todas as relações sociais e reprodutivas (HEILBORN, 2006; ABRAMOVAY; SILVA, 2007).

Em relação às mudanças nos hábitos sexuais para jovens de ambos os sexos, o *"*ficar*"* e o namoro tornaram-se fases de experimentação sexual. Abramovay e Silva, citando Gonçalves (2001) explicam que o "ficar" pode ser definido como uma experiência afetiva de estar com o

outro e de descoberta da sexualidade. Pode ocorrer trocas de carícias, beijos e, eventualmente, chegar a uma relação sexual. O próprio casal estabelece os limites. O "ficar", abre possibilidades de experimentação sem o compromisso monogâmico típico do namoro. Embora tido como passageiro e temporário, alguns casais podem evoluir o compromisso da relação e tornarem-se namorados, em que fidelidade e compromisso são esperados. Essa nova forma de se relacionar, típica das manifestações iniciais da sexualidade juvenil de ambos os sexos, tem contribuindo para desestabilizar tradicionais relações hierárquicas de gênero (ABRAMOVAY; SILVA, 2007).

Todavia, Abramovay e Silva salientam que o "ficar", como estrutura e organização afetiva mais fluida também estabelece códigos restritivos e interdições. Enquanto para os rapazes a possibilidade de variação de parceiras seja vista como algo positivo, o mesmo não ocorre com as jovens. Sendo uma nova forma de separar "as que são para casar daquelas que são para se divertir". As autoras continuam por revelar outro dado relevante, "os adultos acabam associando esse modo de relacionamento à promiscuidade e à moral por desconhecerem os acordos que estão envolvidos no *ficar*" (ABRAMOVAY; SILVA, 2007, p. 237).

> O tema ficar no campo das relações sexuais e afetivas estaria mais demarcando as gerações, provocando inclusive reações críticas dos mais velhos, que se sentem ameaçados, considerando que seus modelos e controle não estariam mais funcionando no sentido de evitar ou retardar a iniciação sexual (ABRAMOVAY; SILVA, 2007, p.236).

Quanto ao início da atividade sexual, 50% dos jovens que participaram do estudo *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (2006), analisado por Abramovay e Silva, principiaram sua vida sexual antes dos 15 anos. Entretanto, os estudos apontam que quanto maior a escolaridade, mais tarde ocorre a primeira relação sexual. Contudo, quando as pesquisadoras fazem o recorte de gênero, constata-se que a iniciação dos jovens do sexo masculino varia entre os 13, 9 e 14,5 anos, enquanto a média de idade das garotas é de 15,2 anos. Além disso, os dados revelam que a preocupação dos adultos quanto a "promiscuidade juvenil" se torna sem efeito quando se percebe que "a primeira relação sexual dos jovens acontece, preponderantemente, com o namorado ou namorada" (ABRAMOVAY; SILVA, 2007, p. 233) e a "vida sexual dos jovens tende a se caracterizar por contato com apenas um parceiro" (ABRAMOVAY; SILVA, 2007, p. 237).

> A primeira relação dos jovens brasileiros acontece em ordem decrescente com o(a) namorado(a), seguido do(a) amigo(a),esposo(a), garoto(a) de programa e desconhecido(a) e, por último, com algum parente, e independente da variável analisada, ou seja, sexo, faixa etária, raça/cor auto-referida, grau de escolaridade ou situação econômica (ABRAMOVAY; SILVA, 2007, p. 234).

As autoras apontam que o estudo analisado indica que percentualmente o número de meninos que iniciam a atividade sexual com garotas de programa é maior que o de moças na mesma situação, e em contrapartida, o percentual de garotas que são iniciadas sexualmente dentro de uma relação matrimonial é proporcionalmente maior do que jovens do sexo masculino. As informações evidenciam um comportamento social mais complacente para jovens do sexo masculino. No entanto, essa maior atividade sexual entre os adolescentes não significou necessariamente a adoção de métodos contraceptivos em suas relações sexuais. Heilborn (2006) afirma que:

> [...] é inegável que o exercício de relações sexuais no par tornou-se uma questão para rapazes e moças. Em outras palavras, o namoro deixou de ser uma etapa preparatória para a conjugalidade e adquiriu uma realidade em si como etapa de experimentação afetiva e sexual para os jovens. Isso se traduz, por exemplo, pela queda da idade das mulheres na primeira relação sexual (em torno de dois anos em duas décadas). Observa-se, contudo, que no Brasil a sexualização dos relacionamentos afetivos pré-maritais não implicou necessariamente uma atenção especial às questões contraceptivas que continuam sendo maciçamente preconizadas para mulheres com vida conjugal (HEILBORN, 2006, p. 36).

Quanto ao que tange campo da sexualidade juvenil, conclui-se que embora tenha acontecido uma maior flexibilização, como o *ficar* e o namoro. Ambos aparecem como relações nas quais há experimentação sexual por parte dos jovens: os jovens brasileiros, independente de escolaridade, raça/cor autoatribuída, gênero e condição socioeconômica, tendem a relacionar-se sexualmente com apenas uma pessoa. Não obstante, observa-se que as experiências afetivo-sexuais se dão dentro de relações desiguais e assimétricas de gênero, pois ainda é esperado um comportamento sexual mais contido para as moças, ao mesmo tempo que se reserva a elas maior responsabilidade em relação a contracepção.

A partir das observações feitas ao longo desse estudo sobre as mudanças no comportamento sexual, especialmente dos jovens, analisaremos no capítulo a seguir as transformações ocorridas quanto a reprodução juvenil no Brasil.

3 GRAVIDEZ, JUVENTUDE E SEXUALIDADE FEMININA

A gravidez entre mulheres jovens não é um fenômeno novo. Durante muito tempo essa faixa etária foi considerada a ideal para que as mulheres começassem a sua vida reprodutiva. No livro *História das mulheres no Brasil* (2008), organizado por Mary Del Priore, são feitas várias considerações sobre esse assunto ao longo dos capítulos, que reuniram produções de pesquisadores reconhecidos por suas pesquisas nessa área. O capítulo escrito por Emanuel Araújo (2008), afirma que no Brasil, até o século XIX, as famílias das classes dominantes muitas vezes eram formadas a partir de interesses econômicos e, via de regra, os casamentos eram acertados com o objetivo de formar ou consolidar laços entre grupos familiares, bem como para a manutenção de suas riquezas.

Araújo indica como algumas diferenças de gênero eram estabelecidas e como se consolidavam alguns aspectos das diferenças entre os papéis tradicionais de homens e mulheres. Afirma que por séculos a educação dirigida às meninas era bastante diferente daquela ofertada aos meninos, e mesmo em conteúdos comuns, as aulas eram ministradas separadamente, ocorrendo de forma bastante superficial no caso das meninas. Segundo o autor, "o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira, leve" (ARAÚJO, 2008, p. 50). Contudo, a maioria das meninas desse período nunca frequentou a escola. A sua educação ocorria em casa para que aprendessem as funções domésticas e a administração de um lar.

Araújo ressalta que, era comum que garotas a partir dos 14 anos fossem dadas em casamento pelos seus pais, as vezes isso acontecia antes, quando a menina contava com 12 ou 13 anos. Ao mesmo tempo em que a noiva era bastante jovem, o autor lembra que normalmente o matrimônio era acertado "com um homem bem mais velho, de trinta, sessenta e até setenta anos" (ARAÚJO, 2008, p. 51-52). Uma vez casados, o marido passava a ser o senhor da esposa, e o principal objetivo do casamento era a reprodução. "Finalmente [...] a menina tornava-se mãe e mãe honrada, criada na casa dos pais, casada na Igreja. Na visão da sociedade misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher" (ARAÚJO, 2008, p. 52). Contudo, muitas vezes o cuidado com os filhos das famílias mais abastadas, incluindo a amamentação, eram delegados à terceiros. Era comum que escravas fossem utilizadas como amas-de-leite ou que mulheres pobres que haviam dado à luz fossem contratadas para esse fim (ARAÚJO, 2008).

Cabe ressaltar que esse ideal de adestramento dos corpos e condutas femininas jamais foi alcançado por completo. Em novo capítulo da obra *História das mulheres no Brasil* escrito por Ricardo Pinto Venâncio intitulado *Maternidade negada,* abordou-se como o exercício da maternidade foi negado à algumas mulheres no período colonial. Segundo Venâncio (2008),

muitas mulheres foram confrontadas com a necessidade de abandonar seus filhos, seja por estes serem frutos de relações fora da fronteira do matrimônio ou pelas dificuldades de prover sustento a filhos legítimos. O autor salienta que entre as mulheres das camadas populares o nascimento de uma criança era visto de forma diferente dependendo do ambiente – rural ou urbano - em que as famílias viviam. De acordo com Venâncio, para as famílias camponesas pobres, não possuidoras de escravos, a força de trabalho familiar ocupava a centralidade na sobrevivência da família e, desde muito jovens, meninos e meninas, exerciam alguma atividade produtiva ou de apoio em seus lares. Logo, segundo o autor, era menos comum que famílias dos meios rurais abandonarem suas crianças, pois estas representavam braços preciosos para o trabalho. Contudo, Venâncio afirma que o trabalho infantil nas áreas urbanas era pouco valorizado, e não foram raras as vezes que os filhos das populações urbanas mais pobres conheceram o abandono. "A miséria alimentava as Rodas[15] e os domicílios com pequenos enjeitados" (VENÂNCIO, 2008, p. 192).

Contudo, há de notar-se uma profunda alteração no sistema produtivo em que a população mundial foi pouco a pouco inserida, principalmente a partir das Revoluções Burguesas.

> Entre os séculos XVII e XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da burguesia, instaura-se a divisão entre esferas públicas e privadas. Cabia ao estado administrar as relações de produção e à família as condições de sobrevivência. Deste modo, a criança, até então criada em comunidade, passa a ser responsabilidade dos pais. Ao mesmo tempo, consolida-se a diferenciação de papéis sociais. Ao homem caberia o sustento da casa, enquanto à mulher os cuidados da família (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014, p. 57)

No capítulo *Mulher e família burguesa,* D'Incao menciona que um sólido ambiente familiar, lar acolhedor, filhos educados, esposa dedicada ao marido, aos filhos e desobrigada de qualquer trabalho produtivo passaram a ser os ideais das famílias das elites brasileiras, onde os papéis de gênero constituam o espaço público ao homem e destinavam o espaço privado à mulher. Ressalta que no Brasil, "esse período marcou a passagem das relações senhoriais às relações sociais do tipo burguês" (2008, p. 226). Outras autoras também sinalizaram para essa

[15] Comumente chamadas de *Roda dos Enjeitados* ou *Roda dos Expostos*, as Rodas eram dispositivos cilíndricos giratórios de madeira que serviam para que mães deixassem seus filhos em mãos seguras. Normalmente encontravam-se instalados em portas de igrejas e conventos. As Rodas eram comuns em países europeus durante as Idades Média e Moderna, sendo a prática adotada no Brasil a partir do período colonial. Depois de colocarem os bebês no dispositivo, as mães tocavam uma campainha para avisar que ali estava uma criança abandonada. Em terras brasileiras, as rodas surgiram majoritariamente nas Santas Casas de Misericórdia. Inicialmente foram construídas nas três maiores cidades do Brasil na época: Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789), e em 1825 construiu-se uma em São Paulo. Rodas também foram criadas em outras cidades depois deste período (SILVA; LIMA, 2018, *s. p.*).

mudança nas subjetividades familiares. Gradvohl, Osis e Makuch (2014) apontam que nessa época, principalmente a partir do século XIX, inicia-se uma alteração na imagem da mulher como mãe, e a maternagem passa a ser extremamente valorizada. Segundo as autoras, "os cuidados relativos a essa atividade passam a ser exclusivos da mãe. Ela é quem deve cuidar e amamentar os filhos" (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014, p. 57).

Ao mesmo tempo em que ocorrem modificações nas relações entre os indivíduos, as práticas discursivas também passam por transformações. De acordo com D'Incao (2008), com a valorização do papel de mulher e do exercício da maternidade, novos discursos são produzidos e reproduzidos nos meios médicos, educacionais e midiáticos que visavam normalizar e adestrar corpos e condutas femininos. A autora afirma que as mulheres da elite passam a ser educadas para o seu papel de guardiãs do lar e da família (D'INCAO, 2008, p. 230). Ao mesmo tempo, diversos mecanismos jurídicos, de vigilância e de controle, promovidos principalmente pelo Estado, adentraram a intimidade dos lares das camadas populares, tanto pela normalização do padrão de suas moradias quanto pela higienização dos papéis sociais dessa nova família segundo os padrões familiares burgueses. De acordo com Rago (1985), "a promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família e uma preocupação especial com a infância, percebida como a riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intrafamiliares" (RAGO, 1985, p. 62).

No início do século XX as preocupações familiares quanto a manutenção da castidade feminina continuou a promover casamentos de garotas muito jovens, seja para proteger-lhes a reputação, tanto para preservar a sua honra após perderem a virgindade em relações consensuais, como em casos de estupro. A gravidez era algo comum durante os anos iniciais da juventude entre garotas de diversas camadas sociais; seja por meio de relações dentro de um matrimônio ou fora dele. No livro *História das mulheres no Brasil*, Fonseca (2008) aponta em capítulo intitulado *Ser mulher, mãe e pobre,* que no início do século XX a ideologia burguesa era muito forte. Contudo, ressalta que a rigidez imposta por esse sistema o tornava bastante restrito. Entre tantos outros exemplos, a autora cita o caso de Florisbela, uma garota grávida aos 15 anos que "foi deflorada pelo seu tio [...]. Poucos dias depois de um casamento apressado, nasceu Adalgisa" (FONSECA, 2008, p, 531). O que mais uma vez esclarece que a reprodução juvenil não é uma novidade no Brasil; mas, como veremos a seguir, são os enunciados discursivos sobre o fenômeno da gravidez na juventude, bem como comportamentos sexuais e práticas cotidianas que têm passado por muitas e profundas modificações.

A partir dos anos 1960, principalmente com a invenção da pílula anticoncepcional, iniciou-se um processo que ainda tem provocado intensas mudanças nas trajetórias de vida

femininas. Práticas discursivas, comportamentos sociais e a dinâmica das relações entre os indivíduos foram alterados. As mulheres "puderam ter o domínio de seus corpos, de sua fecundidade e, também, de sua liberdade sexual, o que lhes dava o poder de decisão de ter ou não filhos, de poder planejar a gravidez e de separar assim, sua sexualidade do intuito da procriação" (EMÍDIO; HASHIMOTO, 2008, p. 32). Segundo os autores, essas transformações na sociedade, mesmo que lentas, reconfiguraram o papel social da mulher, concedendo-lhes outros espaços, além do domínio privado, o que resultou no aumento da escolarização feminina, redução nas taxas de fecundidade e os casamentos e maternidade pouco a pouco passaram a ocorrer mais tardiamente. Mesmo discursos sobre a gestação em ambientes comuns e não acadêmicos, admite-se essas mudanças naquilo que era considerada a idade ideal para que uma mulher tenha filhos. Podemos comprovar isso na citação abaixo, cujo texto foi extraído de uma página da internet mantida pelo médico brasileiro Dráuzio Varella[16], famoso por suas participações e comentários sobre saúde nas mídias do país atualmente.

> O critério sobre a idade ideal para dar à luz evoluiu com o tempo. Na década de 1960, considerava-se ideal a faixa entre os 18 e os 25 anos. Quando a mulher dava à luz pela primeira vez depois dos 25 anos, era classificada de primigesta idosa. Hoje, admite-se que a idade "ideal" para a primeira gravidez vai dos 20 aos 30 anos. Diante da tendência de as mulheres engravidarem mais tarde, é possível que, daqui a alguns anos, esses números sejam revistos e o período alargado significativamente[17] (GRAVIDEZ, 2019?, *s. p.*).

Contudo, as mudanças nos comportamentos e condutas relativos a casamento e reprodução não ocorreram de forma homogênea, nem os discursos sobre esse fenômeno são unívocos. Ainda é comum jovens engravidarem, antes dos 18 anos, e/ou se casarem antes de atingirem a maioridade jurídica. Embora comum, nos dias atuais esse não é mais o comportamento desejado e/ou esperado para a maioria das jovens. Nota-se que atualmente boa parte dos enunciados sobre a incidência de gestações em idades antes tidas como ideais a tratam como "precoces" ou "indesejadas".

Analisar como os enunciados discursivos contemporâneos tratam a reprodução juvenil, especialmente no que se refere as jovens mães, nos dá um panorama bem mais amplo sobre como as falas e comportamentos ligados a essa temática foram produzidos e reproduzidos. Tais posicionamentos podem ser muito úteis para a observação de características da construção

[16] Segundo informações da plataforma Lattes, Antônio Dráuzio Varella, é graduado em Medicina pela Universidade de São Paulo (VARELLA, 2001, *s. p.*). Atualmente, ocupa a função de professor titular da Universidade Paulista. Ficou conhecido por popularizar a informação médica no Brasil em multiplataformas, como aparições em programas de TV e rádio e por postagens na Internet.

[17] Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/gravidez-tardia-entrevista/. Acesso em: 29 abr. 2019.

social da juventude contemporânea e o comportamento esperado para os jovens em relação ao exercício da sexualidade e reprodução.

3.1 Discursos sobre gestação juvenil e as relações de poder e saber sobre os corpos

Percebemos que a maneira como os enunciados discursivos abordam a reprodução juvenil não é algo unívoco, variando de acordo contexto sócio-histórico. Logo, o discurso amplamente difundido na atualidade que coloca a gestação juvenil como um problema social também é resultado de construções históricas, sociais e culturais. Maria Luiza Heilborn afirma que

> A sociologia tem se indagado por que e como certas situações e fenômenos em determinada época e em um contexto social preciso, começaram a ser vistos como "problemáticos". Um problema social é em geral apresentado de modo realista. Ele remete a situações associadas a uma população específica (ex.: "menores abandonados", "moradores de rua", "pedófilos") e para as quais procuram-se os fatores explicativos que permitam definir soluções. A maioria dos problemas sociais que que preocupam os poderes públicos e a sociedade civil já existiam mesmo antes de sua "descoberta" (HEILBORN, 2006, p. 30, grifos da autora).

À medida que a gestação na juventude se tornou um problema para os poderes públicos e a sociedade civil, ampliaram-se a quantidade de estudos sobre o tema. Abramovay e Silva (2007) indicam que a reprodução juvenil é uma temática bastante recorrente em pesquisas sobre as juventudes, sendo que a maioria dos estudos se pauta em pelo menos duas correntes de análise:

a) Estudiosos que analisam gestações juvenis como "precoces" e/ou "antinaturais", pois a juventude é tida "como um ciclo de vida orientado para a diversão, para relações sem compromisso de ordem econômica, para estudar e para se preparar para ser autônomo" (ABRAMOVAY; SILVA, 2007, p. 238). Essas observações normalmente são pautadas em informações do campo da demografia, em especial nas taxas de fecundidade;
b) Análises mais críticas sobre a problemática, que levam em conta os prováveis significados de uma gestação para os jovens, idealizações sobre a maternidade/paternidade e as relações de gênero. (ABRAMOVAY; SILVA, 2007, p. 238).

Nesse sentido, cabe ressaltar o livro *O aprendizado da sexualidade – Reprodução e trajetórias de jovens brasileiros*[18] (2006) organizado por Maria Luiza Heilborn, Estela M. L. Aquino, Michel Bozon e Daniela Riva Knauth, que aborda conteúdos envolvendo sexualidade, conjugalidade e reprodução entre jovens no Brasil. Os autores dão especial atenção à construção de práticas discursivas que envolvem esses fenômenos.

O primeiro capítulo da obra foi escrito por Maria Luiza Heilborn sob o título *Experiência da Sexualidade, Reprodução e Trajetórias Biográficas Juvenis* e aborda a construção da gestação adolescente como um problema social no Brasil. A autora coloca as mudanças demográficas pelas quais o país tem passado nas últimas décadas como uma das causas que colaboraram para que a gravidez na adolescência fosse alçada ao status de problema social. Segundo Heilborn, o Brasil apresentou queda nos índices gerais de natalidade. Contudo, no mesmo período, é um dos poucos países da América Latina que apresentou elevação da taxa de fecundidade adolescente.

> O aumento observado nessas taxas, cuja apreensão no senso comum provavelmente se deve ao declínio da fecundidade nas demais faixas etárias, contribui para a geração de um sentimento de que a gravidez em moças jovens apresenta uma proporção desmedida (HEILBORN, 2006, p. 29).

Segundo dados do relatório "Situação da população mundial", realizado anualmente pela UNFPA (Fundo de Populações das Nações Unidas), agência da ONU para questões populacionais, divulgado em 2018, o Brasil está entre os países que apresentam queda acentuada nos índices de fecundidade. A taxa do país de 1,7 está abaixo do nível de reposição populacional, de 2,2 (UNFPA, 2018).

O relatório afirma que transição demográfica pela qual o Brasil tem passado faz parte de um longo processo que se iniciou décadas atrás. Destaca que "a redução no número de filhos por mulher aconteceu de forma ampla, geral e irrestrita" (UNFPA, 2018, p. 7). Todavia, o documento aponta que essas modificações não ocorreram de forma homogênea e algumas desigualdades permanecem. Segundo a UNFPA, a gravidez entre as jovens no Brasil ainda é alta (UNFPA, 2018).

As mudanças demográficas brasileiras, então, são um ponto de atenção para a análise dos discursos sobre gestação juvenil. Como as taxas de fecundidade não exibiram queda na mesma proporção em todas as faixas etárias, os índices que apresentam altos números de

[18] O livro reúne dados levantados em estudo realizado com quase 5 mil moças e rapazes entre 18 e 24 anos conduzido por pesquisadores de três universidades públicas brasileiras (UERJ, UFBA e UFRGS). Denominada *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil* (Pesquisa GRAVAD), a pesquisa produziu resultados sobre as características sociais e demográficas brasileiras, bem como algumas alterações de comportamentos e seus efeitos na vida reprodutiva da juventude brasileira.

gravidezes entre adolescentes/jovens ganham grande evidência se comparado a outros intervalos de idades. O destaque dispensado a reprodução nessa faixa etária produziu diversos saberes e enunciados discursivos que acabaram por moldar condutas e comportamentos dos indivíduos. Alguns discursos sobre gestação juvenil serão abordadas na próxima subseção.

3.1.1 Gestação juvenil e riscos biomédicos e psicossociais

Diversas publicações atuais sobre reprodução juvenil – ou 'gravidez na adolescência' – a entendem como um processo inserido numa fase da vida de profundas transformações, e apontam para os efeitos negativos desse fenômeno, tais como: retardamento do desenvolvimento pessoal, distanciamento dos amigos, possibilidade de envolvimento em uniões conjugais frágeis e tendência à perpetuação de pobreza. O que, segundo parte dos discursos presentes em pesquisas sobre o tema, inevitavelmente provocam desordens sociais e psicológicas. Alguns estudos sugerem a crise de instituições sociais modernas, como o Estado e a família, como alguns dos fatores que potencializam o aumento da reprodução juvenil.

No segundo capítulo do livro *O aprendizado da sexualidade – Reprodução e trajetórias de jovens brasileiros* (2006) escrito por Elaine Reis Brandão sob o título *Gravidez na adolescência: um balanço bibliográfico,* são abordadas diferentes perspectivas sobre a reprodução juvenil. Segundo a autora, boa parte da literatura produzida sobre a gravidez na adolescência é proveniente de órgãos oficiais e organizações não-governamentais (ONGs) "caracterizando-se por um engajamento político" (2006, p. 62). Brandão salienta que não é incomum que neste tipo de documento a reprodução juvenil seja apresentada a partir daquilo que chamam de elevados índices de gravidez na adolescência, ressaltando os perigos aos quais essas jovens estariam expostas, como por exemplo: riscos à saúde, bem como interrupção dos estudos e consequente manutenção da pobreza. O possível envolvimento em casamentos infantis[19] e relações afetivas nocivas, dada a suposta vulnerabilidade e imaturidade dessas jovens estão entre algumas consequências apontadas por esses relatórios e pesquisas dos órgãos oficiais e organizações internacionais analisados.

[19] Para a ONU, "o limite etário usado na definição de "criança" (e, portanto, de casamento infantil) é 18 anos de idade, englobando infância e adolescência. Esse limite etário é usado em várias convenções, tratados e acordos internacionais e faz sentido por vários motivos". (WODON;TAVARES; MALE; LOUREIRO, 2019, p. 4).

Para a pesquisadora, a atual representação da gravidez na adolescência é resultado de pelo menos três modalidades de discurso que foram se sucedendo e fundindo suas considerações sobre o fenômeno:

a) Até os anos 1960, o discurso biomédico alertava quanto aos riscos de uma gestação precoce à saúde materno-infantil.
b) Na década de 1970, esta fala foi sucedida pelo discurso psicológico, que enfatizava as possíveis consequências psicossociais da imaturidade psicológica das mães adolescentes.
c) A partir dos anos 1980, passa-se a relacionar a gravidez na adolescência, ao aumento do número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres que, por sua vez, implica no agravamento da pobreza e consequente avanço da criminalidade. Essa visão simplista sobre o fenômeno transforma as mães adolescentes e solteiras das classes em população-alvo de uma ação profilática. Dentro desse contexto duas dimensões da situação são ocultadas: a dos pais adolescentes e a dos diferenciais de classe. São esses os discursos que fazem parte do processo de construção da percepção atual do senso comum e da mídia sobre o assunto (BRANDÃO, 2006).

Dessa forma, é possível perceber como os discursos atuais sobre reprodução juvenil foram construídos, especialmente a partir da década de 1960, recebendo múltiplas contribuições com o passar do tempo. Como um dos efeitos dessas modificações nas práticas discursivas, a perspectiva que entendia a juventude como a faixa etária a ideal para o engravidamento passou por diversas transformações, pautadas especialmente em enunciados da saúde e da medicina.

Heilborn afirma que a medicina foi um dos primeiros campos a se manifestar sobre esse fenômeno no Brasil. A gravidez juvenil passou a ser encarada como sendo de risco à saúde materno-infantil. Possibilidades tais como abortos espontâneos, prematuridade, mortalidade materna e infantil, entre outras, passaram a ser constantemente associadas a gestações nessa faixa etária. O que é explicável, segundo a autora, pela cultura brasileira de alta medicalização da gestação e do parto (HEILBORN, 2006).

O discurso médico espalhou-se para outros segmentos da sociedade. Heilborn afirma que "apesar de seu caráter parcialmente inexato, o argumento biomédico continua a ser utilizado correntemente por diversos atores, jornalistas, políticos e demógrafos, muitas vezes relacionado com outros discursos" (2006, p. 31). A pesquisadora também indica que as práticas discursivas sobre a reprodução juvenil foram psicologizadas quando o meio médico associou-se a profissionais como psicólogos, psicanalistas e psiquiatras; a gestação na adolescência passou a

ser definida a partir dos riscos biopsicossociais relacionados à imaturidade da jovem gestante e esse advento traria graves efeitos para a vidas dessas mães e de seus filhos.

A abordagem sobre a temática no Brasil é corriqueiramente realizada sob o viés médico/biológico. Basta iniciar uma pesquisa de artigos e publicações acadêmicas sobre o assunto que logo se percebe que a maior parte foi produzida por profissionais da área da saúde, muitas vezes, apontando a gestação juvenil como uma grande preocupação para a Saúde Pública. Alguns pesquisadores justificam que a gravidez entre jovens traz implicações à saúde, como índices de prematuridade, mortalidade materna e neonatal e baixo peso de recém-nascidos, e consequências sociais e econômicas, pois adolescentes geralmente abandonam os estudos após a gravidez, impactando no nível de escolaridade da mãe, trazendo dificuldades as suas trajetórias acadêmicas e profissionais (MOREIRA; VIANA; QUEIROZ; JORGE, TABORDA; SILVA; ULBRICHT; NEVES).

O estudo *Sexualidade e procriação na ótica de jovens de periferias sociais e urbanas* realizado por Reis e Oliveira-Monteiro (2007) aponta para o fato de adolescentes provenientes de famílias descompromissadas com o cuidado e a proteção, demonstraram menos facilidade para concretizar relações significativas e protetivas. Nesses lares de núcleos familiares, que os autores chamaram de disfuncionais, podem apresentar problemáticas relacionadas a drogas, alcoolismo e violência, a gravidez talvez signifique um facilitador para o afastamento do núcleo familiar de origem e a constituição de um novo lar, segundo Reis e Oliveira-Monteiro. Tais autores, ao ponderarem sobre as razões pelas quais algumas jovens engravidam, notaram que as carências afetivas e materiais estão entre os principais indicadores do anseio de ter um filho. Ainda segundo os autores citados, não é incomum adolescentes que mencionaram a relação entre a gestação e o desejo de ter a própria família, as brigas em contexto familiar de origem e desejo de não se sentir só (REIS; OLIVEIRA-MONTEIRO, 2007).

Para Moreira e seus colaboradores em *Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez* (2007), é evidente que a "gravidez indesejada" em adolescentes tem como principal consequência uma problemática nos níveis biológicos e psicossociais, tanto maior quanto menor a idade da gestante. Entre as consequências psicossociais, preocupa a interrupção da escolarização e da formação profissional. A pesquisa demonstra frequente baixa escolaridade e falta de profissionalização entre as gestantes e mães adolescentes, o que dificulta a inserção no mercado competitivo de trabalho, implicando em empregos de baixa remuneração e desqualificação, colocando mães adolescentes e filhos em situação de risco social, as medidas de suporte e inclusão não forem adotadas (MOREIRA; VIANA; QUEIROZ; JORGE, 2008).

Sobre os casos de gravidez juvenil no Brasil, a página na internet mantida pela Associação Médica Brasileira (AMB) relata que anualmente no país cerca de 18% dos partos são de mães adolescentes, o que representaria em torno de 400 mil casos por ano. Relata também que o risco de morte materna se duplica entre mães menores de 15 anos em países de baixa e média renda, como o Brasil. Para o presidente da AMB[20], Lincoln Lopes Ferreira, a temática de gestação juvenil deve ser tratada com muita atenção e seriedade, pois, segundo ele, esta envolve diversos fatores de risco, seja por questões sociais, econômicas, familiares, culturais ou de educação que precisam ser resolvidos. A publicação alega que "56% das gravidezes no Brasil não são planejadas. Esse número é maior entre os jovens que usam de forma inadequada os métodos contraceptivos e tem uma taxa de fecundidade maior" (AMB, 2019, *s. p.*).

> Apesar da ampla variedade de métodos contraceptivos disponíveis, a taxa de gravidez não planejada é extremamente alta em todo o mundo. Mais de 50%. Isso tem repercussões tanto do ponto de vista da gravidez, pois tem uma taxa maior de mulheres que fazem o pré-natal de forma inadequada, não interrompendo o tabagismo por exemplo; está associada também a baixo peso ao nascer, a prematuridade, e repercussões de toda a vida em relação daquela gravidez não planejada naquela criança. Além disso, 50% daquelas gravidezes não planejadas terminam em aborto. E isso aumenta muito a mortalidade materna. Uma consulta ginecológica é uma oportunidade única para mudar essa realidade. A mulher tem que ter o direito de saber se vai ter ou não, e quando vai ter esse filho (AMB, 2019, *s. p*).

A AMB também afirma que "gravidez na adolescência pode transformar um momento vital em crise e também oferecer riscos às adolescentes, aos recém-nascidos, às famílias e também para a sociedade" (AMB, 2019, *s. p*). E celebra a criação da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência pelo Governo Federal por meio da Lei nº 13.798/2019, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro[21].

Nota-se que a gestação na juventude, especialmente nos anos iniciais dessa fase da vida, é frequentemente associada a consequências danosas ao desenvolvimento bio-psicossocial-social das jovens mães. Esse olhar para o fenômeno da gravidez adolescente é bastante comum em pesquisas da área da saúde - como os dois estudos acima citados - e seguem a tendência de

[20] A entrevista está disponível em: https://amb.org.br/noticias/gravidez-na-adolescencia/. Acesso em 17 mar. 2019.
[21] De acordo com o disposto, a Lei Nº 13.798, de janeiro de 2019 acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Lê-se "Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente" (BRASIL, 1990, *s. p.*).

tratar a temática da reprodução juvenil como um problema social a ser solucionado, compreendendo-a, principalmente a partir do discurso médico. Não são raros os pareceres que apontam as consequências biopsicossociais que uma gestação nessa fase pode trazer, em especial para as jovens mães. Nesse sentido, nota-se o empenho em pesquisar, produzir enunciados discursivos e normalizar corpos e condutas juvenis.

Entretanto, não basta apenas catalogar as repercussões negativas da reprodução juvenil e regulamentar os corpos jovens. Para maior compreensão do fenômeno é preciso identificar as condições sócio-histórica-culturais em que se baseia a ascensão do discurso que entende a gravidez na juventude como um problema. Só então será possível relativizar a questão e entender, a partir de uma perspectiva sociológica, os discursos sobre a gestação juvenil como um constructo social.

Em nosso caso, desnaturalizar o fenômeno da reprodução juvenil inclui empreender uma análise sobre como os discursos especializados que tratam das inconveniências sobre a gravidez nessa fase da vida foram socialmente construídos e como esses enunciados repercutem dentro de um determinado ambiente escolar, influenciando a forma como os jovens compreendem a si e ao outro.

3.2 Alertas da Política de Saúde Mundial e Nacional

A preocupação com a reprodução juvenil não é exclusividade brasileira. Maria Luiza Heilborn salienta que tal fenômeno tem ocorrido em escala global e os documentos produzidos por agências internacionais têm influenciado muito na construção do discurso que toma a gravidez juvenil de forma negativa

> Em geral, os discursos sobre a gravidez na adolescência adquirem um tom alarmista e moralista, associando-a à pobreza, marginalidade social, desestruturação familiar, além de enumerar uma série de riscos sociais médico e psicológicos para os sujeitos envolvidos. (HEILBORN, 2006, p. 62)

Uma das causas prováveis para que a gravidez juvenil seja encarada como um problema social, como já apontado, é o aumento da participação de mulheres de 15 a 20 nos índices de fecundidade no Brasil, na América Latina, África e partes da Ásia. Dados brasileiros do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) divulgados em 2017 pelo Ministério da Saúde indicam que entre os anos de 2011 e 2016, 3,2 milhões de adolescentes foram mães no Brasil. A grande maioria delas estavam na faixa etária de 15 a 19 anos (95%), mas 162.853 delas tinham entre 10 e 14 anos. Somente no ano de 2015 nasceram vivos de mães entre 10 e 19 anos 546.529 bebês.

Segundo o relatório *Maternidade Precoce: Enfrentando O Desafio Da Gravidez Na Adolescência*, do Fundo de População das Nações Unidas sobre a população mundial (UNFPA)[22] de 2013[23], uma em cada cinco mulheres será mãe antes de terminar a adolescência[24]. O documento, que analisa dados referentes ao período de 2006 a 2015, aponta que 7,3 milhões de partos ocorrem entre meninas adolescentes com menos de 18 anos a cada ano nos *países em desenvolvimento*[25], dentre estes 1,1 milhões incidem com meninas com menos de 15 anos e coloca o Brasil na sétima posição entre os países com maior taxa de gravidez adolescente da América do Sul, com um índice de 65 gestações para cada 1 mil meninas de 15 a 19 anos, ficando atrás no ranking da Venezuela, da Bolívia, Guiana Francesa, Colômbia, Guiana e Argentina. Ainda, segundo a análise, 20% dos bebês que nascem no Brasil é filho de mãe adolescente. O estudo ainda afirma que 43% das gravidezes em países não-centrais do capitalismo não são intencionais, representando cerca de 89 milhões de gestações. Esses países também apresentam 48 milhões de abortos, 10 milhões de abortos espontâneos e 1 milhão de natimortos (UNFPA, 2017).

Em outras vezes, os fatores propulsores da gestação juvenil são relacionados a condições socioeconômicas precárias, pouca escolaridade e dificuldade de acesso ao sistema de educação, além de associar a gestação ao incremento da pobreza. Nesse sentido, Ministério da Saúde do Brasil assinala a relação entre as carências econômicas e a alta incidência de gravidezes entre

---

[22] Segundo página na internet mantida pela Organização das Nações Unidas no Brasil, "o UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas, é a agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais, sendo responsável por contribuir com os países para garantir o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, incluindo o exercício do direito à maternidade segura". Disponível em https://nacoesunidas.org/agencia/unfpa. Acesso em 26 de abr. de 2018.

[23] ONU (Organização das Nações Unidas). Maternidade precoce: enfrentando o desafio da gravidez na adolescência, do Fundo de População das Nações Unidas. 2013.

[24] Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é o período compreendido entre 10 e 19 anos e juventude a faixa etária dos 15 a 24 anos (BRASIL 2017b, p. 17).

[25] Também podendo ser chamados de países recém-industrializados, semiperiféricos ou em desenvolvimento – considera-se emergente países que, embora não ocupem as posições centrais no capitalismo mundial, alcançaram capacidades materiais, auto percepção e o reconhecimento de outros Estados, especialmente das grandes potências (LIMA, 2005 apud PAUTASSO, 2011). Contudo, entendemos que quando o documento da UNFPA se refere a "*mundo em desenvolvimento*" ou "*países em desenvolvimento*" esteja se referindo a todos os países não centrais do capitalismo. A divisão dos países em "*desenvolvidos*" ou "*subdesenvolvidos*" é bastante complexa e há controvérsias de autores quanto a definição dessa condição. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - criado em 1990 com o objetivo de identificar o nível de desenvolvimento de forma mais ampla do que meramente pela renda, é o indicador mais conhecido internacionalmente para avaliar a qualidade de vida das populações, sendo definido pelos níveis de renda, educação e saúde. É mundialmente utilizado para assinalar se o país é desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido, e para nortear políticas públicas. Periodicamente são publicadas listas dos países, ordenados pelo IDH, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

adolescentes mais pobres, destacando-o como um problema e aponta que a situação requer políticas sociais no campo da saúde e da educação.

> A pouca ou nenhuma escolaridade está associada a piores condições de vida e, por conseguinte, menor acesso aos serviços de saúde em qualquer nível de complexidade. A adolescente que não tem condições de se manter no sistema de ensino ou enfrenta dificuldade de acesso à educação encontra-se mais vulnerável a uma gravidez não desejada. (...). A alta proporção da gravidez na adolescência (...) exige o desenvolvimento de política de saúde e educação para enfrentamento do *problema* (grifos nossos) (BRASIL, 2018, p. 250-1).

A fecundidade juvenil também é relacionada às carências afetivas e emocionais familiares, ou seja, a falta de "instabilidade" ou "desestruturação" de suas famílias de origem são apontadas como causas do engravidamento. Tais circunstâncias seriam responsáveis por ausência de projetos de vida por parte dessas jovens, que não encaram a escolarização e nem na inserção no mercado de trabalho possibilidades de transformação de suas trajetórias. Assim, a gravidez seria vista, muitas vezes de forma inconsciente, por essas meninas como uma tentativa de suprir suas necessidades emocionais, além de também projetarem um futuro melhor a partir de uma possível união matrimonial. Dessa forma, lacunas materiais, financeiras e emocionais poderiam fazer com que essas adolescentes usem a gravidez como projeto de esperança e de uma vida melhor, segundo a pesquisa Saúde Brasil.

> As dificuldades para resolver os vínculos de dependência do grupo familiar podem levar os jovens a buscar uma pseudo independência, substituindo os laços com os pais pela dependência afetiva do casal. A adolescente que vive em um meio social desprovido de recursos materiais, financeiros e emocionais satisfatórios pode ver na gravidez uma expectativa de futuro melhor, embora ela possa se tornar mais vulnerável nessa situação (BRASIL, 2018, p. 250).

A falta de acesso a informação sobre sexualidade, reprodução e contracepção também figuram entre fatores que contribuem para altas taxas de fecundidade juvenil. A UNFPA (2017) afirmou que nos últimos anos houve um aumento significativo das desigualdades socioeconômicas no planeta, atingindo principalmente as populações mais vulneráveis. O estudo aponta que essa diferenciação entre os países tem como parte da causa a desigualdade no acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Em muitos países, devido ao ideal de comportamento socialmente aceito para meninas nessa faixa etária, políticas discriminatórias e provedores de serviço preconceituosos acabam dificultando o acesso das adolescentes à contracepção (UNFPA, 2017).

O mesmo relatório da UNFPA de 2017, aponta que uma gestação "precoce" pode trazer consequências negativas, especialmente para as meninas grávidas, quanto ao aproveitamento de oportunidades em educação e sua inserção e permanência no mercado de trabalho.

> Ter filhos na adolescência também pode levar ao abandono escolar, a barreiras para o desenvolvimento de conhecimentos e competências importantes,

> comprometendo as futuras oportunidades de emprego e o potencial de renda. Os locais que apresentam altas taxas de fecundidade de adolescentes geralmente têm pior desigualdade de salários entre homens e mulheres (UNFPA, 2017, p. 38).

A partir do cenário brasileiro, a pesquisa *Saúde Brasil 2017: Uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* encomendada pelo Ministério da Saúde, vai ao encontro dos resultados obtidos pela pesquisa da UNFPA, pois considera que essa gestação pode ocasionar complicações biológicas, psicológicas ou socioeconômicas tanto para as mães quanto para o seu bebê (BRASIL, 2018). O referido documento também relaciona os casos de gravidez na adolescência com casamentos ocorridos antes de a menina ter condições psicológicas para isso. Essa situação, como descreve o relatório, pode colocar as jovens mães em condições de violência, estupro marital, problemas relacionados a reincidência de gravidez indesejada e riscos à saúde materna e do bebê, bem como dificuldades em prosseguir com os estudos (BRASIL, 2018).

Além dos fatores de risco relacionados à gestação juvenil citados, também são frequentes associações com alto risco de se levar o bebê a contrair doenças e acidentes durante os cuidados maternos para com este, pois, em tese uma mãe menor de 20 anos não possuiria estrutura física, financeira ou emocional para cuidar de uma criança. Essa também tem sido uma perspectiva muito comum abordada em estudos acadêmicos da área da saúde, como é abordado mais adiante.

Os relatórios analisados, nacionais e internacionais, concordam em afirmar que uma gravidez tem consequências imediatas e duradouras para a saúde de uma menina, sua instrução e potencial de obter renda, geralmente alterando o curso de toda a vida. A relação entre uma gestação no início da juventude com a pobreza e manutenção e/ou agravamento de situações de pauperismo é frequentemente apontada por documentos e relatórios oficiais. A baixa escolaridade e o abandono escolar ora aparecem como causas, ora aparecem como consequências da gravidez entre jovens, assim como a relação destes fatores com a gestação juvenil e a manutenção da pobreza. Nesse ínterim, a pesquisa *Saúde Brasil* de 2017 aponta para os possíveis reflexos de uma gestação precoce nas trajetórias de vida dessas mães tais como: abandono escolar, dificuldade de inserção no mercado de trabalho e conflitos familiares (BRASIL, 2018).

Dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) divulgados em 2017 [26] pelo Ministério da Saúde indicam que entre os anos de 2011 e 2016, apontou um alto número

[26]MA MS/SVS/DASIS -Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos 2017– SINASC (BRASIL, 2017a). Disponível em:

de uniões estáveis e casamentos entre as mães adolescentes, 36,8% das jovens 15 a 19 anos e 23,2% entre aquelas com 10 a 14 anos (BRASIL, 2018)[27].

> De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC), o matrimônio infantil é definido como união envolvendo ao menos um cônjuge abaixo dos 18 anos, o que significa uma violação dos direitos humanos e, na maioria dos casos, uma prática nociva. As principais consequências do casamento prematuro são: gravidez e problemas relacionados à saúde materna e infantil; atrasos e desafios educacionais; limitações à mobilidade e às redes sociais das meninas; e exposição à violência do parceiro íntimo. Portanto, a gravidez nessa faixa etária pode representar fator de risco e elemento desestruturador na vida dessas meninas (BRASIL, 2018, p. 250).

Nota-se que a pobreza, abandono escolar, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, desigualdades salariais entre homens e mulheres, risco de envolvimento em relacionamentos abusivos e conflitos familiares aparecem entre as principais consequências de uma gestação juvenil nos documentos analisados. A maternidade parece configurar como um "desastre" para as trajetórias de vida das jovens mães, especialmente para aquelas que contrairiam uma relação conjugal. Contudo, é interessante observar que os relatórios e pareceres apontam suas preocupações majoritariamente para as jovens, inconscientemente ou conscientemente, indicando que a gravidez entre jovens é um problema feminino. Bem como o enfoque se dá nas camadas populares, esquecendo-se que esse é um fenômeno que acomete indistintamente jovens de ambos os gêneros e das mais diversas classes sociais.

Diante do já considerado, dois fatores estão entre os principais norteadores da concepção mais comum sobre aquilo que precede a gestação juvenil: forte influência da medicina que classifica a gravidez entre jovens como um evento de risco para mãe e o bebê e a relação que a pobreza e as carências sócio-afetivas-econômicas possuem com a alta taxa de fecundidade entre jovens das camadas mais empobrecidas do Brasil e de países da América Latina, África e Ásia. Tais aspectos, por sua vez, nortearão as propostas de ações para conter ou reverter a situação analisada.

---

http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28317-gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil. Acesso em: 26 mar. 2018.

[27] Embora o Artigo 217-A do Código Penal (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009 em substituição ao Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940) estabeleça como estupro de vulnerável a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com criança ou adolescente menor de 14 anos – com pena para esse crime de 8 a 15 anos de reclusão (BRASIL, 1940, *s. p.*) – e 16 anos como a idade mínima para o casamento (Artigo 1517, Novo Código Civil, 2002) – desde que com autorização de ambos os pais ou dos responsáveis legais. Todavia, adolescentes menores de 16 anos podem entrar com pedido de autorização judicial para o casamento – em casos de gravidez ou para evitar cumprimento de pena criminal (Artigo 1520, Novo Código Civil, 2002) (BRASIL, 2002, *s. p.*). Os dados apontados pelo Ministério da Saúde indicam o descumprimento dessas leis como algo presente na rotina da sociedade brasileira.

O estudo *Saúde Brasil* ainda destaca que a maioria das adolescentes envolvidas na pesquisa, que tiveram filhos, eram solteiras. Essa conjuntura aponta como um reflexo do conservadorismo na sociedade brasileira "que nega a prática sexual nos primeiros anos da adolescência ou da falta de efetividade dos serviços de Saúde, Educação e Assistência Social". E salienta que "esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas para garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das adolescentes e seus parceiros" (BRASIL, 2018a, p. 250).

Uma vez entendida como problema social, a gestação juvenil passa a ser encarada como uma questão de ordem pública, mobilizando a intervenção do Estado a partir de políticas públicas que podem envolver tanto o campo da saúde como o da educação. Deste modo, a cartilha *Proteger e Cuidar da Saúde Adolescente na Atenção Básica* (2017b)[28], desenvolvida com o objetivo de assessorar as Equipes de Atenção Básica/Saúde da Família no trabalho com o público jovem, sugere ações e estratégias conjuntas dos Ministérios da Educação e Saúde no que concerne à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes brasileiros.

Observamos que há iniciativas de órgãos internacionais quanto a educação em sexualidade dos jovens e ações do Governo Federal do Brasil, especialmente no campo saúde. No entanto, ainda há muito a ser feito, especialmente na área da educação. As políticas públicas brasileiras, embora possam envolver as áreas da saúde e da educação, centram-se principalmente nesta primeira e quando tratam do setor educacional normalmente o fazem de forma bastante conservadora, com pouca ou nenhuma continuidade das ações, atuando de forma esporádica e/ou pontual, como veremos a seguir no capítulo quatro.

3.3 Considerações sobre reprodução juvenil e educação em sexualidade

As abordagens sobre a reprodução juvenil, como já exposto, a coloca diante de causas e consequências que são base e esteio para os enunciados discursivos sobre o tema, fortemente influenciados pelos discursos médicos. Este é um tema bastante complexo: não pode ser analisado sob um prisma homogeneizante e dentro de um contexto reducionista, mas como parte de um cenário mais amplo que envolve manifestações da sexualidade, relações de gênero, distinções de classe e juventude. É nesse sentido que o atual estudo pretende trilhar as análises do discurso quanto a gravidez na juventude nos escritos de organizações internacionais e governos e como isso afeta condutas e comportamentos individuais dentro de uma unidade

[28] Essa cartilha foi elaborada pelo Ministério da Saúde em 2017 com o objetivo de apoiar as equipes de saúde para o atendimento à população jovem brasileira.

escolar. Estes documentos via de regra tratam a escola como ferramenta de grande relevância para a higienização de hábitos e costumes relacionados a sexualidade e reprodução juvenil.

> Quando se fala em sexualidade e saúde reprodutiva, as práticas educativas são indispensáveis para a formação de adolescentes. Estas atividades visam facilitar também a troca de informações e a apropriação do conhecimento necessário à prática do sexo seguro. A escola é um espaço privilegiado para práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos à saúde e de doenças. A articulação entre escola, a unidade de saúde e a atenção básica como um todo é essencial para que as práticas educativas sejam apoiadas em discussões construtivas, com escuta qualificada (BRASIL, 2017, p. 144).

Percebe-se ainda que a gravidez entre jovens é vista como uma preocupação social e uma questão de Estado, há um discurso que sinaliza práticas e comportamentos desejáveis quanto a sexualidade e reprodução juvenil, especialmente para as mulheres. Desse modo, políticas públicas estão permeadas de aspirações quanto ao comportamento ideal das mulheres indicando o que seria desejável para cada fase de suas vidas. Tanto as cronologização de suas trajetórias de vida quanto às instruções relativas ao exercício da maternidade de forma responsável indicam que os corpos femininos estão sendo normalizados e regulados. Tal conjuntura testemunha sobre a necessidade de implementação se políticas que privilegiem a educação em sexualidade.

Existem orientações internacionais sobre educação em sexualidade, como podemos ver na Declaração dos Direitos Sexuais[29] da Organização Mundial da Saúde (OMS), agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948, e subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU), estes são direitos humanos fundamentais e universais. A organização versa o seguinte sobre sexualidade:

> Sexualidade é uma parte integral da personalidade de todo ser humano. Seu desenvolvimento total depende da satisfação de necessidades humanas básicas, quais sejam: desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor. A sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O total desenvolvimento da sexualidade é essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social. Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na inerente liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos. Uma vez que a saúde sexual é um direito fundamental, então a saúde sexual deve ser um direito humano básico. Para assegurarmos que os seres humanos e a sociedade desenvolvam uma sexualidade saudável, os direitos sexuais, a seguir, devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas as sociedades de todas as maneiras. Saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais (FURLANI, 2011, p. 24-25).

[29] Tradução da autora Jimena Furlani, retirada do livro: Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças (FURLANI, 2011, p. 24-25)

O Artigo 9° deste documento da OMS aborda o direito à informação baseada na investigação científica. O documento afirma que pesquisas científicas devem produzir a informação sexual e esta deve expandir-se por meios adequados a todos os níveis sociais. Esse artigo está em consonância com o seguinte, já que o Artigo 10° trata sobre o direito à educação sexual integral, descrevendo-o como um processo que tem início no nascimento e persiste por toda a vida e necessitaria envolver as mais diversas instituições sociais.

Diante do exposto, a UNESCO elaborou um guia que enfatiza a importância da educação em sexualidade[30]. Resultado da parceria entre o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ONU Mulheres e Organização Mundial da Saúde (OMS), foi publicada pela UNESCO em dois volumes. O primeiro volume foi divulgado em 2010 sob o título *Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade - Uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde* e trata sobre os motivos para a introdução do tema na escola, trazendo aconselhamento técnico. O segundo volume, *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*, publicado em 2013, traz uma proposta para um programa de educação em sexualidade para crianças e jovens, entre os 5 e os 18 anos de idade, adaptado ao cenário brasileiro. Ambas publicações se destinam à profissionais da educação e autoridades capazes de decidir sobre políticas públicas nesse setor. A seguir abordaremos os documentos por ordem crescente de publicação.

O documento *Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade - Uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde*, de 2010, logo na apresentação, afirma que em diversas sociedades, "atitudes e leis reprimem a discussão pública da sexualidade e de comportamento sexual", especialmente quando se trata de questões relacionadas ao aborto, métodos de contracepção e diversidade sexual. Enfatiza a assimetria de gêneros, pois embora o acesso masculino a tais conhecimentos seja mais fácil, meninas,

[30] Fruto de uma rigorosa revisão sobre programas de educação em sexualidade que deram certo nos mais diversos países, a Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade tem os profissionais e tomadores de decisão dos setores de educação e saúde como público alvo. "Esse documento baseia-se nas seguintes premissas: A sexualidade é um aspecto fundamental da vida humana: possui dimensões físicas, psicológicas, espirituais, sociais, econômicas, políticas e culturais; A sexualidade não pode ser compreendida sem referência ao gênero; A diversidade é uma característica fundamental da sexualidade; as regras que governam o comportamento sexual diferem amplamente entre culturas e dentro de uma mesma cultura. Certos comportamentos são vistos como aceitáveis e desejáveis, enquanto outros são considerados inaceitáveis. Isso não significa que esses comportamentos não ocorram, ou que devam ser excluídos da discussão no contexto da educação em sexualidade" (UNESCO, 2010, p. 10).

mulheres e minorias sexuais são excluídas deles (UNESCO, 2010). A organização aponta que o desenvolvimento sexual de um indivíduo se dá em um processo que engloba várias dimensões - físicas, psicológicas, emocionais, sociais e culturais, imbricados ao desenvolvimento da identidade de um sujeito. Ressalta que "ser sexual" é uma parte importante da vida de muitas pessoas: pode ser uma fonte de prazer e conforto, um modo de expressar afeição e amor ou iniciar uma família. Também pode envolver resultados sociais e sanitários negativos, destacando em seguida a relevância da educação em sexualidade para "o fortalecimento de valores como reciprocidade, igualdade, responsabilidade e respeito, que são pré-requisitos para relacionamentos sociais e sexuais saudáveis e seguros" (UNESCO, 2010, p 13).

A UNESCO define educação em sexualidade "como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade", estando presente em toda as etapas de socialização dos indivíduos. Todavia, segundo a agência internacional, a educação em sexualidade não ocorre de forma sistematizada. A organização também aponta para a necessidade da "atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana" (UNESCO, 2013, p. 12). Também defende a

> [...] educação em sexualidade como uma abordagem apropriada para a idade e culturalmente relevante ao ensino sobre sexo e relacionamentos, fornecendo informações cientificamente corretas, realistas, e sem prejulgamento. A educação em sexualidade fornece oportunidades para explorar os próprios valores e atitudes e para desenvolver habilidades de tomada de decisão, comunicação e redução de riscos em relação a muitos aspectos da sexualidade (UNESCO, 2010, p. 4).

Tal acepção confere à sexualidade um caráter positivo a medida em que deixa questões relacionadas a especificidades biológicas - como conhecimentos para evitar problemas relacionados a abuso e exploração sexual, gravidez não planejada e ISTs em um segundo plano - e a configura como uma fonte de satisfação. Dessa forma, o documento reconhece que a educação em sexualidade é de grande relevância para o desenvolvimento de competências para a ação: no sentido de os indivíduos controlarem os determinantes da sua saúde sexual; ajuda aos/às jovens adquirirem informações a que têm direito sobre a temática da sexualidade; capacitação para desfrutar plenamente sua sexualidade nas suas relações consigo mesmo e com os/as outros/as.

Assim, o guia identifica a urgência de uma educação em sexualidade abrangente e de qualidade a fim de respaldar os jovens quanto sua transição para a vida adulta e sobre questões físicas, sociais e emocionais pelas quais passarão no decorrer nesse processo. Porém, a

UNESCO reconhece que poucos ainda são os jovens que recebem uma preparação apropriada e ressalta que tal situação corrobora para tornar a juventude mais exposta a infecções sexualmente transmissíveis e vulnerável a coação, gravidez não planejada, abusos e exploração sexual. Reforça o papel de pais e familiares nesse processo de educação de jovens e crianças para o exercício responsável da sexualidade, mas aponta para a escola e para os professores como grandes parceiros para uma educação em sexualidade.

> Se quisermos ter um impacto sobre crianças e jovens antes que se tornem sexualmente ativos, a educação abrangente em sexualidade deve se tornar parte do currículo escolar formal, administrada por professores bem treinados e com apoio. Os professores continuam a ser fontes confiáveis de conhecimentos e habilidades em todos os sistemas educacionais e são um recurso altamente valorizado na resposta do setor educação à aids (UNESCO, 2010, p. 4).

Segundo a organização, o objetivo da educação em sexualidade é a promoção da saúde – física e psíquica -, o que gera bem-estar e respeito aos direitos humanos e igualdade de gênero, propiciando uma vida mais saudável e segura.

> Uma educação em sexualidade efetiva pode transmitir aos jovens informações adequadas para a idade, culturalmente relevantes e cientificamente corretas. Ela inclui oportunidades estruturadas para que jovens explorem suas atitudes e valores, e pratiquem a tomada de decisões e outras habilidades de vida de que necessitarão para ser capazes de fazer escolhas informadas em sua vida sexual (UNESCO, 2010, p. 4).

Embasado em uma análise de quase 90 estudos sobre práticas exitosas de educação em sexualidade de diversos países[31], o estudo da UNESCO constatou que todos os programas analisados pelas pesquisas escolhidas tinham sido implementados com o objetivo de reduzir o índice de gravidez não planejada ou as ISTs, incluso o HIV. Todos baseiam-se em currículos, sendo que a maioria deles (70%) foi implantado em unidades escolares. Muitos dos programas avaliados tiveram curta duração (inferior a 30 horas). Foi avaliado o impacto desses programas sobre comportamentos sexuais diretamente relacionados à gravidez e a IST's. Comportamentos ligados à busca de mais saúde, atos contra violência sexual ou aborto não foram avaliados. Munido dessas informações, o guia técnico foi elaborado para apoiar as políticas públicas educacionais quanto a construção de currículos voltados para crianças e jovens de 5 a 18 anos, em que os conteúdos estejam organizados para quatro faixas etárias: a) 5 anos a 8 anos; b) 9 anos a 12 anos; c) 12 anos a 15 anos e d) 15 anos a 18 anos.

[31] O guia considerou 87 estudos sobre educação em sexualidade produzido em diversas localidades, destes 29 provinham de países em desenvolvimento, 47 localidades dos Estados Unidos e 11 de outros países ricos (UNESCO, 2010, p. 12).

De acordo com o documento, tais práticas educativas podem reduzir a circulação de informações equivocadas, acrescer conhecimentos válidos, fortalecer atitudes positivas, aumentar a assertividade de tomadas de decisões e melhorar a comunicação da criança ou jovem com pais e outros adultos de confiança. Ao contrário do que prega o senso comum, as pesquisas utilizadas pela Unesco apontam que a educação em sexualidade pode retardar o início de relações sexuais, reduzir o número de parceiros e a frequência de atividade sexual sem uso de preservativos, diminuindo os índices de gestações não planejada e infecções sexualmente transmissíveis entre jovens (UNESCO, 2010).

Com base em evidências científicas publicadas em estudos de diversos países do mundo, o documento desmente teorias que afirmam que educação em sexualidade leva ao sexo precoce e priva as crianças de sua "inocência", ou que supõem que a educação em sexualidade aumentaria a atividade sexual, estende os comportamentos de risco e taxas de infecção por HIV. Também afirma que programas de abstinência sexual não são eficazes para evitar ou retardar a iniciação sexual, nem capazes de diminuir a frequência de atividades sexuais e quantidade de parceiros entre os jovens (UNESCO, 2010). Pelo contrário:

> a) mais de um terço dos programas retardou o início das relações sexuais;
> b) cerca de um terço dos programas diminuiu a frequência de relações sexuais;
> c) mais de terço dos programas diminuiu o número de parceiros sexuais, seja em toda a amostra ou em subamostras importantes (UNESCO, 2010, p 23).

Mais adiante o documento traz orientações específicas para a implementação de educação em sexualidade no contexto escolar. Indica que dois fatores são cruciais para experiências exitosas: liderança e orientação política.

> Em primeiro lugar, espera-se que os gestores escolares assumam a liderança na motivação e apoio, bem como na criação do clima certo onde implementar a educação em sexualidade e abordar as necessidades de jovens. Na perspectiva da sala de aula, a liderança instrucional pede que professores liderem crianças e jovens em direção a uma melhor compreensão da sexualidade, por meio de descoberta, aprendizado e crescimento. [...] Em segundo lugar, a natureza sensível, e às vezes controvertida, da educação em sexualidade faz com que seja importante que existam leis e políticas de suporte e inclusivas, demonstrando que o fornecimento de educação em sexualidade é um tema de política institucional e não de escolha pessoal individual. Existe uma série de vantagens em implementar a educação em sexualidade no âmbito de um conjunto claro de políticas importantes para toda a escola ou de diretrizes relativas, por exemplo, à saúde sexual e reprodutiva, igualdade de gênero (inclusive assédio sexual), violência sexual e de gênero, e bullying (inclusive estigma e discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero) (UNESCO, 2010, p. 20).

O guia é claro ao evidenciar que políticas públicas voltadas a essa temática são responsáveis pelo fornecimento de uma base para a realização e execução de programas educativos para a sexualidade - de preferência no currículo como um todo, pela abordagem de questões sensíveis e referentes à implementação desses programas, pelo estabelecimento de normas e padrões de confidencialidade e de comportamento, pela proteção e apoio aos professores responsáveis pelo desenvolvimento de projetos de educação em sexualidade, aumentando seu status tanto na unidade escolar como na comunidade. Ressalta a possibilidade de que algumas dessas questões já possam estar bem delimitadas em políticas escolares existentes. Afirma que uma política de educação em sexualidade deverá esclarecer e fortalecer o compromisso da escola com oferta do currículo por docentes capacitados, envolver responsáveis parentais, apoiar alunas grávidas para que não interrompam os estudos, e transformar a escola num ambiente promotor de saúde, agindo em caso de infração às políticas e comportamentos validados por estas (UNESCO, 2010). E traz algumas orientações para que a educação em sexualidade ocorra da melhor maneira possível.

> Para que os estudantes se sintam bem em participar em atividades de grupo de educação em sexualidade, precisam se sentir seguros. Portanto, é essencial criar um ambiente que proteja e possibilite a educação em sexualidade. Em geral, isso inclui o estabelecimento, desde o início, de um conjunto de regras a ser seguidas durante o ensino e aprendizado da educação em sexualidade. Alguns exemplos típicos são: evitar comentários ridículos e humilhantes; não fazer perguntas pessoais; respeitar o direito de não responder a perguntas; reconhecer que todas as perguntas são legítimas; não interromper; respeitar as opiniões de terceiros; e manter a confidencialidade (UNESCO, 2010, p. 21).

O guia dedica um capítulo a descrição de recomendações baseadas em práticas exitosas de educação em sexualidade verificadas em instituições educacionais. Entre elas destaca: implementação de programas com pelo menos doze sessões, inclusão de situações de aprendizagens no decorrer de vários anos, escolha de professores capazes e determinados para implementar o currículo, e, formação de qualidade aos educadores, fornecendo-lhes gestão e supervisão e continuadas (UNESCO, 2010)[32].

No ano de 2013, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançou um novo documento sobre educação em sexualidade, desta vez

[32] Além do exposto, o guia traz outras informações relevantes, como: convenções e acordos internacionais relacionados à temática da educação em sexualidade, sugestão de critérios para a seleção de estudos de avaliação e métodos de revisão, listagem dos participantes envolvidos na consultoria técnica global da UNESCO sobre o tema em cena e algumas referências das pesquisas que fizeram parte do processo da revisão de evidências.

dedicada a professores e professoras brasileiras, intitulada: *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*[33].

O documento evidencia as grandes transformações sociais e comportamentais no campo da sexualidade e das relações de gênero pelas quais o país tem passado nas últimas décadas. Entretanto, afirma que apesar disso a maioria das iniciativas para educação em sexualidade nas escolas é centrada no discurso biologizante e científico do corpo, sendo que muitas dessas iniciativas ocorrem dentro de projeto local estruturado em consonância com o plano pedagógico da unidade escolar. Em outras ocasiões, tais ações não ocorrem de forma sistemática e pontual, aparecendo esporadicamente "dentro de um calendário de datas comemorativas, em eventos ou campanhas sobre saúde, ou como resposta a alguma situação na escola (namoro, gravidez na adolescência, violência de gênero, entre outras)" (UNESCO, 2013, p. 12).

Ressalta a relevância inserção da temática da educação em sexualidade nas políticas educacionais brasileiras, relacionando-a ao conjunto de mudanças sociais impulsionadas após a redemocratização do país, principalmente, a partir promulgação Constituição Federal de 1988, que o documento assinala como "grande marco que lançou as bases para a configuração de uma noção mais inclusiva e ampliada de cidadania no país", do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, dentre outras. O documento ainda aponta para quatro iniciativas federais voltadas para a educação em sexualidade na educação básica: o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997 e 1999, a implementação do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) em 2003, a inauguração do Programa Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGTB e de Promoção da Cidadania Homossexual (PBSH) em 2004 e do Projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE) em 2006, ressaltando a escola como espaço privilegiado para a constituição de uma ética de respeito à diversidade e a agenciamento da solidariedade (UNESCO, 2013).

A primeira parte do documento, *Tópicos e Objetivos de Aprendizagem Sobre Educação em Sexualidade: Princípios, Estrutura e Diretrizes Para Utilização*, apresenta quatro princípios

[33] Segundo página na internet mantida pela Organização das Nações Unidas, "o status de desenvolvimento do Brasil e a experiência prática nessa área certamente podem apresentar aspectos inovadores e servir como referências para versões futuras dessa orientação técnica internacional [...]. O interesse da representação da UNESCO no Brasil, em parceria com organizações especializadas na área, foi analisar nacionalmente os conteúdos desses tópicos para incorporar a rica experiência brasileira nas análises internacionais. Por outro lado, considerando a possibilidade de se adaptar os tópicos do cenário local, a agência da ONU afirma ser necessário obter a validação dessas orientações por especialistas brasileiros nas áreas de gênero e sexualidade, de forma a garantir a relevância e a adequação dos conteúdos para cada público-alvo no território nacional". Disponível em: https://nacoesunidas.org/unesco-lanca-publicacao-sobre-educacao-em-sexualidade-no-contexto-brasileiro/. Acesso em 19 fev. 2020.

norteadores do processo de aprendizagem, sendo considerados como fundamentos, mantendo-se para todas as faixas etárias:

> (i) disponibilizar informações precisas sobre tópicos importantes que despertam a curiosidade de crianças, adolescentes e jovens, nomeadamente: crescimento e desenvolvimento, anatomia e fisiologia sexual, reprodução, gravidez e parto, HIV e aids, DST, vida familiar e relações interpessoais, cultura e sexualidade, comportamento sexual, diversidade sexual, abuso, violência baseada em gênero e práticas de risco e danosas.
>
> (ii) Oferecer a crianças, adolescentes e jovens a oportunidade de explorar valores, atitudes e normas referentes à vivência da sexualidade (como indivíduo, na família, interpares, na comunidade) ao comportamento sexual, à saúde, risco e tomada de decisão, e aos princípios de respeito, igualdade de gênero, direitos humanos e igualdade.
>
> (iii) Facilitar a aquisição de habilidades importantes sobre o comportamento sexual para a tomada de decisões, de autoconfiança, comunicação e negociação, e capacidade de recusa da violência sexual, qualquer que ela seja.
>
> (iv) Estimular crianças, adolescentes e jovens a assumir responsabilidade por seu próprio comportamento e a respeitar o direito de outros, assim como estimular aceitação e empatia independentemente do seu estado de saúde ou orientação sexual (UNESCO, 2013, p. 16).

A publicação aponta para que temas como relacionamentos; valores, atitudes e habilidades; cultura, sociedade e direitos humanos; desenvolvimento humano; comportamento sexual e saúde sexual e reprodutiva, sejam trabalhados enquanto conceitos-chave e sugere que, o trabalho de educação em sexualidade na pré-escola e séries iniciais, seja desenvolvido utilizando-se de diversas metodologias como "atividades em grupo, jogos, atividades esportivas, brincadeiras, oficinas criativas, desenhos, contação e criação de histórias, fantoches, trabalho com argila, sessão de filmes, enfim, abordando a temática por meio da mistura de uma linguagem simples com uma programação visual cuidadosa e adequada" (UNESCO, 2013, p. 17).

A UNESCO ainda traz várias sugestões para a escola durante o processo de implementação do trabalho em educação em sexualidade, são feitas:

> (i) A proposta deve ser incluída no planejamento previsto no projeto anual da escola e direcionada para as diferentes faixas etárias. O envolvimento da comunidade escolar é imprescindível. Alunos e alunas, pais e mães, e todos aqueles que podem contribuir para um processo educativo democrático devem dar sua contribuição, tornando a metodologia participativa uma realidade desde o início do trabalho.
>
> (ii) A escola poderá tomar algumas iniciativas para garantir que a comunidade escolar esteja comprometida com o processo. Para tal, é imprescindível: sensibilizar todas as instâncias da instituição sobre a importância do trabalho no âmbito escolar; informar e explicar a proposta de trabalho a toda a comunidade escolar, e pedir colaboração e sugestões; apresentar os tópicos e objetivos de aprendizagem e eventualmente as "Orientações técnicas internacionais sobre educação em sexualidade", disponibilizando o material

> para quem quiser conhecê-lo, abrindo espaço para discussões e dúvidas; realizar uma reunião com pais e mães para apresentar a proposta.
>
> (iii) Os conceitos-chave devem ser utilizados como ponto de partida por educadores após uma edição ou priorização de tópicos de interesse dentro de um programa de educação em sexualidade de forma planejada, sistemática e transformadora, considerando as especificidades da escola.
>
> (iv) A leitura minuciosa de cada conceito-chave, e seus desdobramentos, deverá funcionar como parâmetro para a compreensão mais ampla de cada tema. O aprofundamento dos conhecimentos pode compor o repertório temático e os planos de aula para atuação com maior desenvoltura e segurança.
>
> (v) Cada um dos conceitos-chave abarca tópicos de aprendizagem a serem desenvolvidos na ação educativa, dentro de cada um dos níveis de idade mencionados (faixa etária). A proposta de tópicos e objetivos de aprendizagem compreende, desse modo, um cuidadoso roteiro para a preparação dos temas a serem tratados (UNESCO, 2013, p. 19).

Em seguida, o documento apresenta diversos exemplos de utilização dos tópicos de aprendizagem adequados aos diversos níveis de ensino[34], trazendo modelos de uso dos temas acima mencionados (relacionamentos; valores, atitudes e habilidades; cultura, sociedade e direitos humanos; desenvolvimento humano; comportamento sexual e saúde sexual e reprodutiva) com objetivos e ideias-chave para serem trabalhadas em diversas situações de aprendizagem (UNESCO, 2013).

Partindo da análise desses documentos realizada nesse capítulo é possível observar que alguns avanços ocorreram quanto a concepção sobre as manifestações da sexualidade juvenil e a educação em sexualidade. As informações observadas sugerem que a temática seja incluída no planejamento dos conteúdos escolares anuais nas mais diversas faixas etárias. Em diversos momentos apontam para a grande relevância do envolvimento da família e de toda comunidade escolar para esse processo educativo seja bem-sucedido. Defendem que a escola poderá realizar algumas ações que garantam que a comunidade escolar esteja comprometida com esse processo. Ressaltam que um programa de educação em sexualidade deve ocorrer de forma planejada, sistematizada e transformadora, levando-se em consideração as características especificas da escola.

Contudo, tais relatórios assinalam que ainda é comum na maioria das unidades escolares iniciativas para educação em sexualidade centradas no discurso biologizante e científico do corpo, não ocorrendo de forma constante, pois tais ações normalmente ocorrem dentro de projeto local e pontual, comumente vinculados a eventos e campanhas de saúde. O que pode

[34] Segundo o documento, os níveis de idade em se estruturam a organização e utilização dos tópicos e objetivos de aprendizagem são divididos em: I (5 a 8 anos), II (9 a 12 anos), III (12 a 15 anos) e IV (15 a 18 anos) (UNESCO, 2013, p. 18).

confirmar a hipótese de que a educação em sexualidade ainda é um grande tabu dentro da sociedade brasileira e a escola normalmente se posiciona de forma conservadora diante da situação.

4 GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE

Diversos estudos acadêmicos têm explorado a temática que envolve gênero e sexualidade nas escolas brasileiras, entre eles ALTMANN (2001), CARVALHO e SIVORI (2017); FARAH (2004); FURLANI (2003, 2011); HEILBORN, CARRARA, CABRAL (2009); LOURO (1997, 2008). Pretende-se nesse capítulo observar como o governo brasileiro tem tratado a questão de gênero e Educação em Sexualidade nos currículos escolares – especialmente da disciplina de Sociologia - e em políticas públicas e programas governamentais. Segundo Farah (2004),

> Política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública (FARAH, 2004, p. 47).

Assim, pretende-se analisar algumas ações governamentais voltadas para a educação em sexualidade no Brasil, cuja sociedade é fortemente marcada pela assimetria de gênero. Louro (2008) afirma que gênero e sexualidade são elaborados e reelaborados constantemente a partir de diversas aprendizagens e práticas sociais e culturais, de forma explícita ou não.

> Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. As muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se (LOURO, 2008, p. 22-23).

Como já mencionado em capítulos anteriores, para Foucault (1988), nos últimos séculos formou-se no Ocidente uma espécie ciência sexual, baseada no saber médico, produtora de discursos de verdade sobre as manifestações de sexualidade.

> Desde o século XVI, esse rito fora, pouco a pouco desvinculado do sacramento da penitência e, por intermédio da condução das almas e da direção espiritual – ars artium – emigrou para a pedagogia, para as relações entre adultos e crianças, para as relações familiares, a medicina e a psiquiatria. Em todo caso, há quase cento e cinquenta anos, um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo: um dispositivo que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão aos médicos da escuta clínica. E, através desse dispositivo, pôde aparecer algo como a

> ‘sexualidade’ enquanto verdade do sexo e de seus prazeres (FOUCAULT, 1988, p. 67).

É, portanto, possível concluir que a sexualidade seja um dispositivo que se origina no discurso de saber-poder sobre o sexo, não sendo hostil a este, mas normalizando comportamentos relacionados ao sexo. As concepções dos indivíduos sobre o corpo e o sexo são construídas dentro de relações de poder-saber que moldam condutas, corpos e subjetividades.

> Quanto a nós, estamos em uma sociedade do ‘sexo’, ou melhor, ‘de sexualidade’: os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progenitura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; [...] a sexualidade, quanto a ela, encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações (FOUCAULT, 1988, p. 138-139).

A perspectiva foucaultiana sobre os discursos de poder e as relações de poder-saber, a sexualidade relaciona-se a disciplina e regulamentação dos corpos. Pretende-se nas próximas páginas observar como iniciativas do Estado, por meio de políticas públicas e programas governamentais têm discutido a educação em sexualidade. Analisaremos como o Governo Federal tem tratado a temática nos principais documentos norteadores da educação (PCN e BNCC), bem como os comportamentos e práticas por eles incentivados.

4.1 Parâmetros e Orientações Curriculares para a Sociologia e Educação em Sexualidade

Em Foucault, governo trata-se da maneira como o comportamento dos indivíduos poderia ser conduzido. Governar significa estruturar o campo possível de ação dos outros, produzindo, moldando, guiando ou afetando a conduta dos sujeitos. Dessa forma, políticas públicas voltadas para educação, ou mesmo os próprios currículos escolares, podem ser identificadas como mecanismos de construção de identidades e subjetividades.

Nessa seara, cabe pontuar sobre o currículo de Sociologia. A Sociologia, enquanto componente disciplinar nos programas escolares brasileiros, é marcada pelo processo oscilante de inclusão, redução e retorno gradativo na grade curricular do Ensino Médio. Sua história como disciplina da Educação Básica no Brasil é verificada em três fases: o período de implementação e consolidação (1891 a 1941); o período de banimento (1941 a 1982) e o período de retorno gradativo (a partir de 1982).

Cigales (2014) assinala que personalidades como Rui Barbosa e Benjamin Constant demonstraram interesse em incluir o ensino de Sociologia nas escolas secundárias de todo o país ainda no final do século XIX. Contudo, apenas em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, que a disciplina foi inserida no currículo como componente obrigatório nas escolas secundárias brasileiras. Nesse momento destaca-se que a ideia de tornar a Sociologia disciplina obrigatória nas escolas secundárias se forma antes de existirem cursos que capacitem professores da área. No ano de 1931, início da Era Vargas, há uma ampliação do ensino de Sociologia nas escolas secundárias do Brasil com a Reforma Francisco Campos. "No início do século XX a sociologia ganha destaque na produção de manuais voltados aos cursos jurídicos" (CIGALES, 2014, p. 55).

> Entre 1925 e 1942, com a vigência da Reforma Rocha Vaz e depois com a de Francisco Campos (1931), a Sociologia passa a integrar os currículos da escola secundária brasileira, normal ou preparatória, chegando a figurar como exigência até em alguns vestibulares de universidades importantes. A primeira parte desse período pode ser entendida como de constituição e crescimento da demanda em torno das Ciências Sociais, não só da Sociologia. Assim, em 1933 e 1934, aparecem os cursos superiores de Ciências Sociais, na Escola Livre de Sociologia e Política, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal (BRASIL, 2006, p. 102).

Nesse mesmo período, segundo Helena Altmann (2001), a inserção da educação em sexualidade nas escolas brasileiras foi motivada por um deslocamento nos discursos sobre a sexualidade de infantil e juvenil. A autora afirma que entre as décadas de 1920 e 1930[35], os chamados "desvios sexuais" deixam de ser percebidos como crime para serem entendidos como doenças. Dentro do discurso da sociedade disciplinar, a escola é vista como uma instituição capaz de atuar em parceria com medicina higiênica, incumbida de cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes produzindo comportamentos normais.

Em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas conhecido como Estado Novo, a Reforma Capanema retira a obrigatoriedade da Sociologia nos cursos secundários no Brasil (CIGALES, 2014). A disciplina continuaria como componente curricular nas Escolas Normais, até 1964, o ensino de Sociologia ficou restrito aos cursos universitários, as Escolas Normais da época e sob controle da censura.

> A partir de 1942, a presença da Sociologia no ensino secundário – agora denominado especificamente colegial – começa a se tornar intermitente. Permanece no curso normal, às vezes como Sociologia Geral e quase sempre como Sociologia Educacional, mas no curso "clássico" ou no "científico" praticamente desaparece, visto que aí predominam disciplinas mais voltadas

[35]Altmann pontua que a discussão sobre a temática iniciada nos anos 30 é reflexo do momento em que a sífilis fazia numerosas vítimas (2001, p. 579).

> para a natureza dos cursos: Letras ou Ciências Naturais. Com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 4.024/61), a Sociologia permanece como disciplina optativa ou facultativa nos currículos. A LDB seguinte, Lei nº 5.692/71, mantém esse caráter optativo, raramente aparecendo a Sociologia senão quando vinculada ao curso que, obrigatoriamente, deveria ser profissionalizante. Assim, quando aparece, a Sociologia está também marcada por uma expectativa técnica. Nos cursos de magistério – nova nomenclatura com que aparece o curso normal –, a Sociologia da Educação cumpre aquele objetivo original – dar um sentido científico às discussões sobre a formação social e os fundamentos sociológicos da educação (BRASIL, 2006, p. 102).

Da mesma forma, entre os anos 1960 e 1970, a educação em sexualidade passou por avanços e retrocessos. Nos anos 1960, foram registradas experiências de educação sexual em algumas escolas públicas. Contudo, após o Golpe de 1964 o cenário sócio-político brasileiro foi sendo alterado e essas experiências foram cessadas em 1970.

> Após um pronunciamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo dando parecer contrário a um projeto de lei de 1968 que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos escolares. Em 1976, a posição oficial brasileira afirma ser a família a principal responsável pela educação sexual, podendo as escolas, porém, inserir ou não a educação sexual em programas de saúde (ALTMANN, 2001, p. 579).

Assim, podemos concluir que entre os anos de 1941 a 1982, momento em que o Brasil passou por governos autoritários, a abertura para a Educação em Sexualidade, bem como os conteúdos de Sociologia, juntamente com outros saberes das Ciências Humanas, foram paulatinamente alijados e, posteriormente, absorvidos superficialmente pelas disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC) que, de acordo com o Decreto Lei 869/68, tornaram-se obrigatórias no currículo escolar brasileiro a partir de 1969 (CIGALES, 2014). Além disso, destacamos também que após a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, LDB nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, ou Reforma Jarbas Passarinho, ampliou-se a valorização de disciplinas voltadas para o ensino técnico em detrimento dos conhecimentos da área das ciências humanas.

A partir de 1982 inicia-se a fase marcada pela luta pelo retorno da disciplina de Sociologia à grade curricular obrigatória da Educação Básica, em meio ao processo de redemocratização da sociedade brasileira.

> A crise do "milagre econômico brasileiro", na passagem da década de 1970 para a de 1980, acaba revelando os limites para sustentar a escola média profissionalizante obrigatória: não há demanda para tantos técnicos assim, nem há condições materiais objetivas para a formação desses técnicos, pois faltam equipamentos, professores e recursos. Assim, em 1982, como parte da "abertura lenta, gradual e segura", ainda que tardiamente, o governo flexibiliza a legislação educacional com a Lei nº 7.044/82 e revoga a

> obrigatoriedade do ensino profissionalizante, abrindo a possibilidade de os currículos serem diversificados (BRASIL, 2006, p. 102).

A Resolução n.6 do Conselho Federal de Educação de 1986, possibilitou o retorno da Sociologia como componente curricular optativo. O Distrito Federal e os Estados de São Paulo e Pará estão entre as primeiras Unidades Federativas em que a Sociologia voltou a ser ministrada na maioria das escolas. Em 1996 com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os conteúdos específicos de Sociologia ganham novamente destaque nacional, pois estabelece que: "ao final do ensino médio o educando demonstre: domínio de conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania" (BRASIL, 1996, *s. p.*).

> No entanto, uma interpretação equivocada, expressa a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), do Parecer CNE/CEB 15/98 e da Resolução CNE/CEB 03/98, contribui para uma inversão de expectativas: ao contrário de confirmar seu status de disciplina obrigatória, seus conteúdos devem ser abordados de maneira interdisciplinar pela área das Ciências Humanas e mesmo por outras disciplinas do currículo (BRASIL, 2006, p. 103).

À medida que ocorrem avanços quanto a inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória na Educação Básica em algumas Unidades Federativas, a Educação em Sexualidade também vivencia um novo momento. A década de 1980, segundo Helena Altmann, continuou marcada por polêmicas envolvendo a educação em sexualidade. Porém, ocorreram algumas modificações discursivas: a orientação sexual na escola está vinculada ao avanço e prevenção de casos de AIDS e outras IST, bem como controle de casos de gestação entre adolescentes. Altmann afirma (2001) que foi atribuída à escola a função de contribuir na prevenção dessa doença e dos casos de gravidez.

A autora destaca que o crescimento proporcional de casos de gravidez entre adolescentes em relação a outros grupos de mulheres e de casos de doenças sexualmente transmissíveis nos anos 1980 podem ter sido influenciadores para a inclusão em 1997, da Orientação Sexual nos PCN. A temática passa a integrar os temas transversais que - por se tratarem de amálgamas brasileiros - deveriam ser trabalhados por todos os componentes disciplinares em toda a educação básica, com linguagem simples, esclarecedora e direta, respeitando a faixa etária dos educandos.

Como a publicação *Gravidez na Adolescência – Gravidez Não é Brincadeira*, produzida por uma escola pública localizada em Araçatuba, no interior do Estado de São Paulo, reúne textos e desenhos produzidos majoritariamente por alunos e alunas do 9º ano do Ensino

Fundamental priorizaremos a discussão sobre os PCN para os III e IV ciclos dessa etapa da Educação Básica, publicado em 1998.

4.1.1 Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), conjunto de princípios norteadores para a educação brasileira elaborado pelo MEC, é a primeira ação de uma sistematização da educação em sexualidade do Governo Federal. Antes de iniciar a discussão precisamos apontar os PCN produzidos para o Ensino Fundamental (I e II ciclos), publicado em 1997; para o Ensino Fundamental (III e IV ciclos) de 1998 e para o Ensino Médio (PCNEM), produzido em 1999, que em 2006 foi desdobrado Orientações Curriculares para o Ensino Médio.

Resultado do trabalho de diversos especialistas, o documento, cuja finalidade é subsidiar os/as professores/professoras em suas práticas pedagógicas, postula quanto ao cotidiano escolar e os principais conteúdos que devem ser trabalhados. Com a proposta de transversalização, apresentam alguns temas considerados relevantes, entre eles estão éticas, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, trabalho, consumo e orientação sexual. Pautaremos a nossa análise no tema "orientação sexual", por se tratar daquele que se relaciona diretamente com educação em sexualidade e trata de questões como a gravidez na juventude.

> Ao tratar do tema orientação sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (incluindo a aids) e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1998, p. 287).

O documento sugere que a partir do Ensino Fundamental II aconteça debates e um aprofundamento progressivo dos temas. Os conteúdos foram organizados em três blocos norteadores: Corpo – matriz da sexualidade, relações de gênero e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/Aids. Segue abaixo trecho do documento sobre a concepção que os PCN trazem sobre sexualidade:

> A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas. Manifesta-se desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida. Além disso, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em

> cada sujeito. Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Educação, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia, Medicina e outras. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade, entendida de forma bem mais ampla, é expressão cultural. Cada sociedade desenvolve regras que se constituem em parâmetros fundamentais para o comportamento sexual das pessoas. Isso se dá num processo social que passa pelos interesses dos agrupamentos socialmente organizados e das classes sociais, que é mediado pela ciência, pela religião e pela mídia, e sua resultante é expressa tanto pelo imaginário coletivo quanto pelas políticas públicas, coordenadas pelo Estado. A proposta de Orientação Sexual procura considerar todas as dimensões da sexualidade: a biológica, a psíquica e a sociocultural, além de suas implicações políticas (BRASIL, 1998, p. 295).

Nos dois últimos trechos destacados é possível observar uma ação discursiva normalizadora da sexualidade, apontando para um "conjunto de regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo" (BRASIL, 1998, p. 295). Uma leitura inicial do documento pode deixar a impressão de crítica à naturalidade do corpo e a normalização das sexualidades ao apontar para as variações culturais que cada sociedade vivencia quanto a sexualidade e apresenta mais que contribuições médico biológicas à temática, pois indica que o "estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Antropologia, História, Economia, Sociologia, Biologia, Medicina, Psicologia e outras mais" (BRASIL, 1998, p. 295). Contudo, ainda que o documento relacione a sexualidade "com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos" e traga afirmações sobre manifestações diversificadas da sexualidade, em nenhum momento há discussões e problematizações sobre a categoria sexualidade sob o prisma de sua constituição histórica. Para Altmann, "defender a sexualidade como algo ligado ao prazer e à vida não diz muito e não é suficiente para desvinculá-la de tabus e preconceitos" (ALTMANN, 2001, p. 581).[36] É relevante pontuar que tais discursos no âmbito escolar, significam a produção de um saber escolar sobre a sexualidade. A criação de parâmetros curriculares que tratam desse tema constitui um exercício efetivo do biopoder, pois, permite maiores possibilidades de controle e intervenção sobre as ações dos indivíduos e no exercício da sexualidade. Na sociedade disciplinar, produzir

[36] Mesmo que no corpo do documento não apareçam problematizações que envolvem a construção social de preconceitos e tabus, este abre espaço para que isso ocorra durante as aulas. Uma vez que propõe "que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade, com as crianças e os jovens. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança já possui e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus" (ALTMANN, 2001. p. 588).

discursos sobre o sexo é um mecanismo essencial de poder, abre-se a possibilidade de gerir comportamentos sexuais.

> Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostrá-lo que servem essas declarações solenes e liminares); cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos (FOUCAULT, 1999, p. 27).

Os PCN consolidam a colocação discursiva do sexo na escola, o que possibilita maior controle sobre o exercício da sexualidade dos indivíduos. Todavia, o exercício do poder nos PCN é feito de forma a produzir positividade, pois não se utiliza de proibições e/ou punições, mas reforça comportamentos considerados ideais. É claro que há intenção normalizadora dos corpos através da educação escolar, pois, o documento aponta que a escola deve abordar conteúdos que destaquem a importância da saúde sexual e reprodutiva. Dessa forma, indica os cuidados necessários para sua promoção, buscando parcerias com serviços públicos de saúde para a conscientização dos/das estudantes para a importância de ações preventivas de "autocuidado". (BRASIL, 1998, p. 325-326). Destarte, por meio da educação para a prevenção de comportamentos não normalizados e do adestramento dos corpos quanto à maneira de viver sua sexualidade, constrói-se indivíduos autodisciplinados e capazes de portarem-se de maneira a prevenir ISTs e gravidez, especialmente na juventude.

Os PCN explicitam a necessidade do/da professor/professora ter acesso à formação específica para tratar de sexualidade, formação esta que possibilite a elaboração e implementação de atitudes éticas e profissionais no trato dessa temática com os alunos. Também versa sobre a importância do/da educador/educadora preparar-se para a intervenção prática por meio leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; se possível, em contato com assessoria especializada. Sua formação, segundo o documento, deve acontecer de forma continuada e sistemática, oportunizando reflexões sobre seus próprios valores e preconceitos para que tenham condições de reconhecer os valores que norteiam seus próprios comportamentos. Contudo, o que se observa no interior das escolas são professores que necessitam lecionar em diversas unidades escolares e para diferentes faixas etárias, situação que dificulta a articulação entre os docentes para realização de trabalhos interdisciplinares. Aliado a isso, é notória a deficiência formativa para tratar de sexualidade, além da falta de estrutura e material.

Apesar da ausência de problematizações e com orientações sobre a temática ainda estejam imersas em um discurso muito voltado à prevenção, o documento fundamenta as bases para que a educação em sexualidade fosse incluída no currículo como como tema transversal. Para Altmann (2001),

> O tema Orientação Sexual não tem apenas um caráter informativo, como sugerem os PCNs, mas sobretudo um efeito de intervenção no interior do espaço escolar. Concebido como tendo uma função transversal que atravessa fronteiras disciplinares, ele se dissemina por todo campo pedagógico e funciona de forma a expandir seus efeitos em domínios dos mais heterogêneos. Os PCNs incitam a escola a, através de práticas pedagógicas diversas, construir e mediar a relação do sujeito consigo mesmo, de modo a fazer com que o indivíduo tome a si mesmo como objeto de cuidados, alterando comportamentos. Através da colocação do sexo em discurso, parece haver um complexo aumento do controle sobre os indivíduos, o qual se exerce não tanto através de proibições e punições, mas através de mecanismos, metodologias e práticas que visam a produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade. De maneiras diversas, meninos e meninas também exercem formas de controle uns sobre os outros, bem como escapam e resistem a este poder. O dispositivo da sexualidade perpassa espaços escolares, instaura regras e normas, estabelece mudanças no modo pelo qual os indivíduos dão sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos e sonhos (ALTMANN, 2001, p. 584).

Todavia, apesar de a Educação em Sexualidade ser de alguma forma contemplada na transversalidade pelo tema "Orientação Sexual" dos PCN, a própria forma do documento apresentar a temática contribui para que esta seja tratada majoritariamente pelas disciplinas de Ciências e Biologia. À época da elaboração dos PCN, a área das Ciências Humanas ainda estava bastante fragilizada pelas decretos e pareceres educacionais das décadas de 1960, 1970 e 1980, que tiveram como principais efeitos as inconstâncias de disciplinas e a censura. A própria ideia de pedagogia das competências trazida pelos PCN para nortear o ensino contribui para a noção equivocada de que conteúdo específicos da Sociologia, possam ser diluídos nos currículos de outras disciplinas, como História e Geografia, por meio da transversalidade. Dificultando, assim, que disciplinas que estavam engajadas em garantir a sua obrigatoriedade no currículo, como a Filosofia e a Sociologia, conseguissem estruturar um debate mais aprofundado sobre a Educação em Sexualidade na Educação Básica.

No ano 2000, o deputado Padre Roque (PT/PR) apresentou um projeto de emenda à LDB (PCL 09 de 2000) cujo objetivo era estabelecer a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio de todas as escolas brasileiras (CIGALES, 2014). O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas foi vetado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Somente em a 02 de junho de 2008, durante o segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que a Lei nº 11.684 determinou a volta da obrigatoriedade disciplina de Sociologia

para o currículo nacional da Educação Básica. Mesmo que o histórico da Sociologia como disciplina escolar seja marcado por instabilidade e- incerteza, a aprovação da lei 11.684/2008 trouxe algumas mudanças.

4.1.2 Orientações Curriculares Nacionais

Tantos os PCN quanto as OCN, como os próprios nomes já dizem, são orientações e parâmetros para a Educação Básica, não possuindo peso de Lei, como a LDB. Dessa forma, há grande autonomia por parte dos sistemas de ensino e das unidades escolares em suas adequações. Em se tratando de Educação em Sexualidade, os PCN a inclui no currículo diluída na transversalidade; e as OCN não se aprofundam nesse tema.

Contudo, as OCN representam um grande avanço para a Sociologia. Segundo Passamani (2009), na tentativa de rever os PCNs, foi constituída pelo Ministério da Educação uma comissão que elaborou as OCNs – Orientações Curriculares Nacionais.

> Ao contrário dos PCN, as OCN já começam defendendo a especificidade e a identidade da Sociologia com base no panorama histórico da constituição da disciplina nos currículos do Ensino Médio. Mostram-se as intermitências na constituição de uma tradição da disciplina no país, ora entrando, ora ficando fora dos currículos. Assim, o currículo é pensado sociologicamente nas suas vinculações com os movimentos de lutas nos diferentes campos que compõem a sociedade. Este viés, eminentemente político, contrasta-se com a visão a-histórica dos PCN que não problematizam a ausência da disciplina no currículo. Desnaturaliza-se, portanto, a idéia de que o currículo é isento de interesses (CASÃO; QUINTEIRO, 2007, p. 233)

As OCN de Sociologia pontam para o estranhamento[37] e a desnaturalização[38] das concepções ou explicações dos fenômenos sociais como eixos centrais do pensamento sociológico, sendo importantes também para outras ciências e para conservação do rigor científico.

> Muitas vezes as explicações mais imediatas de alguns fenômenos acabam produzindo um rebaixamento nas explicações científicas, em especial quando essas se popularizam ou são submetidas a processos de divulgação midiáticos, os quais nem sempre conservam o rigor original exigido no campo científico (BRASIL, 2006, p. 107).

[37] Para as OCN, "só é possível tomar certos fenômenos como objeto da Sociologia na medida em que sejam submetidos a um processo de estranhamento, que sejam colocados em questão, problematizados" (BRASIL, 2006, p.107). Entende-se que estranhamento é não observar os fenômenos sociais como sendo naturais, mas problematizá-los.

[38] Segundo as OCN, desnaturalização é a compreensão de que os fenômenos sociais são mutáveis e fruto de construção social; "segundo, que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, ou seja, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais" (BRASIL, 2006, p. 106).

O documento cita pensadores de diversas e/ou divergentes correntes teóricas, vários conceitos específicos da Ciências Sociais e afirma a importância de no contexto escolar, Sociologia, História, Geografia e outras ciências estarem em sintonia. Bem como para a relevância da articulação entre os temas escolhidos, os conceitos e as correntes teóricas.

> [...] temas escolhidos pelo professor e pelos alunos, como menor abandonado, gravidez na adolescência, violência e criminalidade, desemprego, etc. são importantes no cotidiano e não podem ser tratados de modo desconectado da realidade em que se inserem, mas também não devem ser apresentados sem uma articulação com os conceitos e as teorias que podem explicá-los (BRASIL, 2006, p. 108).

Aponta também para a necessidade de a disciplina de Sociologia ser desenvolvida a partir das seguintes perspectivas: conceitos, temas, teorias e pesquisa. Afirma que "a pesquisa pode ser um instrumento importante para desenvolvimento da compreensão e para explicação dos fenômenos sociais" (BRASIL, 2006, p. 126).

> Os autores questionam a idéia de pré-requisito, presente na pedagogia das competências, e, assim, negam a idéia de sequência entre os conteúdos. O "como" ensinar Sociologia aparece de forma interligada aos três recortes metodológicos propostos: conceitos, temas e teorias -, sendo que a tendência da prática costumeira é o professor, os livros e os próprios currículos tratarem separadamente os mesmos. Expõe-se as vantagens e desvantagens de se priorizar um ou outro recorte dentro da sala de aula, além de fornecer exemplos do quê, como e por quê se trabalhar com o que é proposto. Discute-se também a importância de se trabalhar com os autores clássicos, numa linguagem adaptada ao Ensino Médio, assim como a importância de se discutir os temas contemporâneos. Além dos três recortes metodológicos sugeridos, o documento orienta para a pesquisa sociológica no Ensino Médio e faz uma análise crítica de práticas de ensino e recursos didáticos com o fim de reforçar a riqueza e importância da Sociologia e assim propiciar um maior suporte para a regulamentação da disciplina no Ensino Médio. Os recursos sugeridos permitem ao professor utilizá-los para desnaturalizar os fenômenos sociais e causar o estranhamento, como ponto de partida para as aulas (CASÃO; QUINTEIRO, 2007, p. 234)

Contudo, segundo Orsato e Ferreira (2018), "alguns estudos têm demonstrado que o debate sobre gênero não tem surtido efeito nos documentos nacionais que norteiam a educação básica no País, em particular no que se refere ao ensino de sociologia" (p. 90). As autoras apontam que particularmente conteúdos relacionados a Educação em Sexualidade aparecem de forma velada, ou mesmo reducionistas.

> Nos PCN a discussão sobre gênero está alocada nos "Temas Transversais" em uma sessão nomeada "Orientação Sexual". O fato de não haver menção detalhada e explícita do tema no documento e jogar o debate para o campo da transversalidade, segundo Araújo (2016), pode fazer com que gênero incida no esquecimento e que, juntamente com sexualidade, se restrinja à prevenção da gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis, inviabilizando a discussão sobre assimetrias de gênero, sua construção histórica e da sexualidade nos corpos. Mesmo que presentes nas escolas, tais questões são

> aventadas como pertencentes à vida privada (ORSATO; FERREIRA, 2018, p. 90).

Para Louro (1997), escola é produtora de diferenças e distinções entre os sujeitos e se faz indispensável compreender como se produziram e se produzem tais diferenciações e seus efeitos sobre os indivíduos. A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas: “Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes” (LOURO, 1997, p. 62). A autora ainda afirma que o processo de “adestramento estratégico” dos sujeitos é contínuo e quase sempre imperceptível (LOURO, 1997).

Mais de vinte anos após a implementação dos PCN – que propunha que a temática Orientação Sexual fosse trabalhada transversalmente por todas as disciplinas presentes no currículo – e quase duas décadas após as OCN serem postas em prática, o que se vê na realidade cotidiana da maioria das escolas é a contemplação do tema da sexualidade apenas nas aulas e materiais didáticos de Ciências e Biologia. As ações sobre sexualidade na escola se direcionam para a perspectiva disciplinar e higiênica ao invés de uma ótica humanitária. A sexualidade dos jovens e a gravidez na adolescência a maioria das vezes são vistas como problemas que precisam ser confrontados. Deste modo, atitudes que poderiam ampliar a perspectiva dos adolescentes em relação a temas como ISTs, gestação na adolescência ou preconceitos de gênero, são deixadas para segundo plano.

4.2 Orientação sexual nas escolas e a onda conservadora no país

Os documentos que orientam a educação básica brasileira atualmente são a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN) e o Plano Nacional de Educação (PNE), outros documentos importantes são a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além destes existem, os já citados, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), os quais servem de base para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Serão abordados como o atual PNE e a BNCC tratam a temática da educação em sexualidade. Cumpre ressaltar que os dois documentos oficiais foram produzidos em uma conjuntura social e política específica, pela qual o Brasil tem passado na última década.

Autores, como Carvalho e Sivori (2017), vem colaborando para o recente debate sobre a inclusão de orientação sexual nos currículos escolares, e como essa indicação reverbera em diversas esferas políticas e educacional. Dois marcos da ascensão de pautas conservadoras protagonizadas por atores religiosos, com discurso ético moral que teve relevante impacto junto à opinião pública. O primeiro ocorreu em 2011 e envolveu parlamentares pentecostais e seus aliados em uma campanha difamatória contra o Projeto Escola Sem Homofobia[39], que terminou com o veto da presidente Dilma Rousseff. O segundo marco, ainda em curso e envolvendo lideranças católicas, pentecostais e de outros setores conservadores da sociedade – como o Movimento Escola Sem Partido[40] e da crítica à "ideologia de gênero" para seguir censurando conteúdos relacionados ao uso do termo "gênero".

Souza Junior (2008) ressalta que os estudos de gênero são rechaçados por religiosos fundamentalistas pois consideram gênero "uma construção falsa, que negaria a verdade da diferença sexual e, ao criticarem, tal momento, produzem uma confusão sobre os termos ligados ao gênero e identificando um dado inexistente" (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 9) e por isso se posicionam contra o que chamam de Ideologia de Gênero (SOUZA JUNIOR, 2018, p. 9). Rosado-Nunes (2019) aponta que a expressão "ideologia de gênero" apareceu como uma reação dos grupos conservadores católicas ao feminismo, que acreditavam que a luta feminista atinge a tradicional família cristã. Surgiu entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000 no âmbito do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, ala conservadora da Igreja Católica. "Discute-se como o gênero, tomado como um conceito homogêneo, é considerado um poderoso inimigo, destruidor dos valores morais defendidos pela

[39] Segundo Mazzoco (2015), o governo federal lançou em 2004 o programa **Brasil sem Homofobia** cujo objetivo era combater a violência e o preconceito contra a população LGBT (composta por travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e outros grupos). Tal ação governamental previa a formação de educadores para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. Para tanto, um convênio firmado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi produzido o material que seria distribuído às unidades escolares de todo o país. Contudo, uma forte campanha de oposição ao projeto envolvendo setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional foi posta em prática. O projeto, que objetivava a formação de professores, foi distorcido em tal campanha, ficando pejorativamente conhecido como "kit gay". A informação de que esse material intentava estimular o "homossexualismo" e a promiscuidade foi amplamente divulgada pelos envolvidos na campanha difamatória. O governo federal cedeu à pressão e suspendeu a impressão do material e viabilização do projeto.

[40] O Movimento Escola sem Partido (MESP) surgiu em 2004, se define "como a mais importante e consistente iniciativa contra o uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária" (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019. Disponível: http://escolasempartido.org/. Acesso em 18 jan. 2020.). Se posicionam contra aquilo que chamam de "doutrinação esquerdista" e afirmam que grande parte dos educadores e das autoridades promovem ou apoiam a doutrinação. Inicialmente optaram pela estratégia de judicialização das relações entre docentes e estudantes/responsáveis legais, tendo. Depois passaram a pressionar o Poder Legislativo para que aprovassem projetos de Lei que legitimassem suas ideias. Segundo Elisabeth Macedo "se trata de um movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular (2017, p. 509).

Igreja Católica" (ROSADO-NUNES, 2019, p. 2)[41].Para os autores como Carvalho e Sívori (2017), os protagonistas das polêmicas acima atuaram como agentes de forma a despertar pânico moral. Embora, não seja o objetivo desta pesquisa aprofundar-se no sentido do conceito de gênero, a definição trabalhada é aquela aceita academicamente: gênero é uma construção social imbricada de relações de poder e moldada socialmente sobre corpos, comportamentos e subjetividades. A sociedade heteronormativa espera que gênero e sexo biológico estejam em total consonância. Gênero é uma categoria analítica.

Os autores afirmam que primeiramente, a querela sobre o Programa Escola Sem Homofobia baseou-se em três vídeos didáticos que traziam a possibilidade de jovens viverem positivamente identidades LGBT[42] e dentro do contexto escolar. Apresentavam a história das

[41] Segue trecho da mensagem de Natal do Papa Bento XVI em 2012 no qual é possível perceber a confusão relação ao conceito de gênero defendido por Judith Butler: "Num tratado cuidadosamente documentado e profundamente comovente, o rabino-chefe de França, Gilles Bernheim, mostrou que o ataque à forma autêntica da família (constituída por pai, mãe e filho), ao qual nos encontramos hoje expostos – um verdadeiro atentado –, atinge uma dimensão ainda mais profunda. Se antes tínhamos visto como causa da crise da família um mal-entendido acerca da essência da liberdade humana, agora torna-se claro que aqui está em jogo a visão do próprio ser, do que significa realmente ser homem. Ele cita o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: «Não se nasce mulher; fazem-na mulher – *On ne naît pas femme, on le devient*». Nestas palavras, manifesta-se o fundamento daquilo que hoje, sob o vocábulo «*gender* - género», é apresentado como nova filosofia da sexualidade. De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade desta teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente. O homem contesta o facto de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano. Nega a sua própria natureza, decidindo que esta não lhe é dada como um facto pré-constituído, mas é ele próprio quem a cria. De acordo com a narração bíblica da criação, pertence à essência da criatura humana ter sido criada por Deus como homem ou como mulher. Esta dualidade é essencial para o ser humano, como Deus o fez. É precisamente esta dualidade como ponto de partida que é contestada. Deixou de ser válido aquilo que se lê na narração da criação: «Ele os criou homem e mulher» (Gn 1, 27). Isto deixou de ser válido, para valer que não foi Ele que os criou homem e mulher; mas teria sido a sociedade a determiná-lo até agora, ao passo que agora somos nós mesmos a decidir sobre isto. Homem e mulher como realidade da criação, como natureza da pessoa humana, já não existem. O homem contesta a sua própria natureza; agora, é só espírito e vontade. A manipulação da natureza, que hoje deploramos relativamente ao meio ambiente, torna-se aqui a escolha básica do homem a respeito de si mesmo. Agora existe apenas o homem em abstracto, que em seguida escolhe para si, autonomamente, qualquer coisa como sua natureza. Homem e mulher são contestados como exigência, ditada pela criação, de haver formas da pessoa humana que se completam mutuamente. Se, porém, não há a dualidade de homem e mulher como um dado da criação, então deixa de existir também a família como realidade pré-estabelecida pela criação. Mas, em tal caso, também a prole perdeu o lugar que até agora lhe competia, e a dignidade particular que lhe é própria; Bernheim mostra como o filho, de sujeito jurídico que era com direito próprio, passe agora necessariamente a objecto, ao qual se tem direito e que, como objecto de um direito, se pode adquirir. Onde a liberdade do fazer se torna liberdade de fazer-se por si mesmo, chega-se necessariamente a negar o próprio Criador; e, consequentemente, o próprio homem como criatura de Deus, como imagem de Deus, é degradado na essência do seu ser. Na luta pela família, está em jogo o próprio homem. E torna-se evidente que, onde Deus é negado, dissolve-se também a dignidade do homem. Quem defende Deus, defende o homem". (DISCURSO... 2012. Disponível: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html. Acesso em: 11 fev. 2020).

[42] A sigla LGBT tem sido utilizada desde a década de 1990 em referência à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Atualmente a sigla passou por algumas mudanças, sendo substituída por LGBTTQI+. Segue definição encontrada no artigo "A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS" de Paulo Roberto Souza Junior (2018): **Homossexualidade** cuja orientação sexual e afetiva principal é uma pessoa do mesmo sexo anatômico. Esta orientação foi notada, inicialmente, na III Dinastia Egípcia, cerca de 2500 anos a.C. Entretanto, com o passar do

negociações a partir da "descoberta" do afeto não heterossexual e dos trânsitos de gênero por parte de personagens ficcionais; respectivamente, duas meninas que se envolvem afetivamente, um rapaz que admite a possibilidade da sua bissexualidade, e uma garota. Os autores afirmam que versões distorcidas dos materiais foram divulgadas insistentemente pelos agentes conservadores em diversos meios, como debates parlamentares, TV, imprensa, redes sociais online, folhetos impressos, alertando para o perigo da exposição de "crianças a conteúdos pornográficos", tornando a escola um local de incentivo ao "homossexualismo" (CARVALHO; SÍVORI, 2017, *s. p.*).

O então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro, na época filiado ao Partido Progressista, esteve entre os primeiros a se posicionar contra o projeto. Seguidamente, outros se juntaram a ele nas trincheiras contra o projeto Escola sem Homofobia; entre eles os deputados João Campos (então PSDB/GO) e Anthony Garotinho (PR/RJ), líderes da Frente Parlamentar Evangélica; o Senador Magno Malta (PR/ES), Presidente da Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família Brasileira; e os Deputados, Marcos Feliciano (PSC/SP) e Eros Biondini (PTB/MG), respectivamente membros das bancadas evangélica e católica. Atuando em rede, segundo os autores, tanto os parlamentares citados, quanto "as três frentes parlamentares mencionadas passaram a demandar em conjunto a não aprovação dos materiais desenvolvidos para o Programa Escola Sem Homofobia por parte do MEC" (CARVALHO; SÍVORI, 2017, *s. p.*).

Os autores ainda sinalizam que, aproveitando-se do crescente desprestígio do Governo Dilma Roussef - que estava em seu segundo mandato -, os parlamentares exigiram e conseguiram o compromisso da Presidente e do, então, Ministro da Educação, Fernando

---

tempo e a entrada das igrejas cristãs estas relações amorosas e sexuais passaram a ser consideradas como sodomia (atividade indesejável ou pecaminosa). O movimento de libertação homossexual, trouxe consigo inquietações feministas, sexuais, ecológicas e raciais que tramitam internacionalmente. Estão incluídos: lésbicas e gays. **Bissexualidade** significa sentir atração sexual por ambos os sexos. **Travesti** é uma pessoa que não se identifica com o gênero biológico e se comporta como pessoas de outro sexo (vestimenta, forma de agir, etc.). **Transexualismo** quando a pessoa se identifica como sendo gênero oposto ao sexo refletido no corpo, como exemplo, mulher transexual possui gênero feminino, embora nascido com corpo masculino. **Queer** se identificam como o sujeito da sexualidade desviante, onde problematizam as noções clássicas do sujeito e suas identidades usuais. Estes buscam analisar a multiplicidade de identidades sexuais e de gênero e, como, desconstruir as relações binárias, o que significa subverter, perturbar, entretanto, não significa destruir, já que visam a crítica entre o heterossexual e o homossexual. É considerado um termo guarda-chuva, onde todos os sujeitos que não se encontram confortáveis dentro do eixo masculino e feminino. **Intersexualidade** é a ocorrência de qualquer variação de características sexuais, que dificultam a análise do sexo correto, pois nascem com genitálias ou características diferentes das dos padrões sexuais da sociedade e, por isso, não se trata de orientação sexual" (SOUZA JUNIOR, 2018, p. 2).

Haddad, para a retirada do material, apesar de diversos pareceres positivos de autoridades na área (entre elas, por exemplo, a UNESCO[43]) (*s. p.*).

Carvalho e Sivori (2017) também mencionam que a recente vitória dos setores mais conservadores reforçou a legislação que estabelece a forma e o conteúdo da Educação Básica (*s. p.*). O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento decenal que faz um diagnóstico da educação no país e determina diretrizes, metas e estratégias que devem guiar as políticas públicas educacionais e combater os problemas nesse setor em todos as esferas de governo. Segue a transcrição dos objetivos deste Plano Nacional de Educação:

> I. Erradicação do analfabetismo;
>
> II. Universalização do atendimento escolar;
>
> III. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação;
>
> IV. Melhoria da qualidade da educação;
>
> V. Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
>
> VI. Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
>
> VII. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
>
> VIII. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
>
> IX. Valorização dos profissionais da educação;
>
> XI. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

A Lei no 13.005, marco do Plano Nacional de Educação (PNE), regerá a política de educação até 2024[44]. Foi aprovada em 2014, após intenso debate que uniu evangélicos, católicos e outros atores parlamentares conservadores quanto ao texto original do projeto de lei, que tinha entre as suas metas, a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual".

> Embora a sensibilidade em relação à igualdade de gênero tenha se tornado transversal a muitas políticas governamentais, a preocupação central dos conservadores religiosos é com a educação (e, em menor medida, com os meios de comunicação de massa). Entende-se que as crianças seriam as mais vulneráveis à "ideologia de gênero", que impediria a consolidação da

[43] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

[44] Segundo página INEP, "o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência entre 2014 e 2024, constitui um documento que define compromissos colaborativos entre os entes federativos e diversas instituições pelo avanço da educação brasileira. A agenda contemporânea de políticas públicas educacionais encontra no PNE uma referência para a construção e acompanhamento dos planos de educação estaduais e municipais, o que o caracteriza como uma política orientadora para ações governamentais em todos os níveis federativos e impõe ao seu acompanhamento um alto grau de complexidade".(BRASIL, 2015, *s.p.*).

> identidade masculina ou feminina. No Brasil, foram alvos prioritários o plano nacional de educação, aprovado em 2014 depois de longa tramitação, e os planos de educação votados em 2015 nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras municipais. Tais planos devem reger o ensino por um prazo de dez anos (MIGUEL, 2016, p. 599).

Apesar disto, no texto aprovado onde havia sinalização para o compromisso do Estado em prol da promoção da igualdade de raça, região, gênero e orientação sexual foi suprimido e alterado para a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação". Prosseguindo, Carvalho e Sivori (2017), ressaltam:

> [...] ao substituir raça, região, gênero e orientação sexual pela noção mais geral de "desigualdades educativas, promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação", de fato restringe o alcance desses princípios e abre – eis o estratégico deslocamento de sentido – para uma abordagem moral das relações de gênero e da sexualidade, sob outras nomenclaturas (CARVALHO; SIVORI, 2017, *s. p*.).

Nota-se os efeitos da onda reacionária, e uma oportunidade para os atores conservadores da polêmica potencializarem sua popularidade e capital político, aproveitando-se de maior exposição nos meios de comunicação, e relativa radicalização da agenda moral conservadora na educação, provocada por "uma avalanche de movimentos de reforma educativa nas legislaturas de estados e municípios" (CARVALHO E SIVORI, 2017, *s. p*.).

Evidencia-se assim que na última década, o cenário político brasileiro foi marcado por intensas disputas ideológicas e a ascensão da direita ao poder. O Movimento Escola Sem Partido (MESP)[45], é outro fator de expressiva relevância nessa jornada. Miguel (2016), aponta que para os idealizadores do MESP a educação brasileira seria altamente influenciada pelo "marxismo", o que acarretava em "doutrinação ideológica" dos estudantes (MIGUEL, 2016, p. 595). Para o autor, o atual cenário político conservador combina três características: seria (1) ultraliberal "libertária", pois prega o estado mínimo; (2) "anticomunista", à medida que enxerga a eleição e os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) como parte de uma conspiração comunista/socialista continental, sem, contudo, trazer à baila com clareza o que de fato é comunismo e socialismo; e é (3) "fundamentalista", pois tal onda reacionária estrutura-se intervenção de agentes ligados a igrejas pentecostais e neopentecostais na política de Estado. Ainda no tocante a participação da atuação de religiosos em questões governamentais, o autor afirma que não se pode deixar de lado a "importante presença do setor mais conservador da Igreja Católica" (MIGUEL, 2016, p. 593).

[45] Não é nosso objetivo fazer uma análise do Movimento Escola Sem Partido (MESP) nesse estudo.

Concomitante as disputas ocorridas entre as pautas do Executivo e as intenções dos setores mais conservadores do Legislativo, não se deve perder de vista as manifestações populares que ganharam as ruas das principais cidades brasileiras na primeira metade da década de 2010, especialmente entre os anos de 2013 e 2015[46]. Segundo Jardim Pinto (2017), essas agitações nas ruas brasileiras podem ser divididas em três momentos distintos e fundamentais de tais jornadas:

> (1) as manifestações de junho de 2013; (2) as manifestações relacionadas à Copa do Mundo de Futebol em 2014; e (3) as manifestações pelo impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em março de 2015. Contudo, para ela, houve um deslocamento discursivo em uma direção conservadora (JARDIM PINTO, 2017, p.119).

Nesse ínterim, no tocante ao avanço da onda conservadora no país pode-se observar que haviam dois cenários distintos sendo formados no Brasil: o primeiro constituído por um grupo de deputados que representavam os setores mais conservadores da sociedade brasileira - grupo pequeno, mas que produziu muito ruído, principalmente com o tema da "ideologia de gênero". Já o segundo cenário é mais popular e compreende as manifestações ocorridas entre 2013 e 2015 nas principais cidades do país, que como vimos, eram inicialmente próximas de anseios de grupos ligados à esquerda, contudo, com o passar do tempo, pautas mais conservadoras foram aparecendo nas ruas.

É possível estabelecer uma relação entre esses fatos. É muito provável essa alteração de percurso das manifestações esteja relacionada as demandas políticas da ala mais conservadora do Congresso nacional. As manifestações surgidas nas massas com o decorrer do tempo, passam a ter entre seus participantes políticos e personalidades famosas por seus discursos reacionários. Tal fato levou um número cada vez maior de manifestantes com anseios mais conservadores às ruas. Essa tendência foi percebida nas urnas. Para Quadros e Madeira (2018), foram eleitos em 2014 um número expressivo de parlamentares ligados a discursos mais conservadores:

> Defensores de valores cristãos, da preservação do status quo nas zonas rurais e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro (a chamada 'bancada BBB' – Bíblia, Boi e Bala), ao passo que bancadas simpáticas às pautas 'progressistas' sofreram sensível redução (QUADROS; MADEIRA, 2018, p.7).

Jardim Pinto (2017) salienta que entre os anos de 2014 e 2015, houve um discurso que associava o Partido dos Trabalhadores/PT e corrupção quase que como sinônimos, sendo

[46] Não temos o objetivo de fazer uma análise das manifestações populares ocorridas no Brasil ao longo da década de 2010 nesse estudo.

acatado pelas massas, que estavam cada vez simpáticas às Forças Armadas e ao um sentimento anticomunista.

> Esse foi um novo momento discursivo que canalizou as insatisfações fragmentadas que apareciam desde 2013; era ideologicamente muito bem cortado, recolheu um significante flutuante poderoso – a corrupção –, que carregava em si todos os outros problemas: educação, segurança, saúde. A corrupção tornou-se equivalente a PT e governo Dilma, e a presidenta passa a ser, a partir então, o novo significante vazio da política brasileira (JARDIM PINTO, 2017, p. 150).

Em 2015, grandes manifestações realizadas nas principais cidades do país congregaram-se para pedir o impeachment da Presidenta Dilma Rouseff. Para a autora, "certamente, os grupos radicais de esquerda, os eleitores históricos do PT que estiveram nas ruas para pressionar o governo, não foram esses que voltaram às ruas dois anos depois". Contagiando o sentimento de revolta quanto as denúncias de corrupção, "muitas dessas pessoas foram interpeladas pelo discurso com tendências claramente conservadoras, anti-PT, anticomunista e a favor do impeachment dos grupos que se criavam nas redes sociais" (JARDIM PINTO, 2017, p. 151).

As manifestações iniciadas em 2013 passaram por transformações e culminaram no impeachment de Dilma Rousseff[47] em 2016. O então Vice-Presidente, Michel Temer, passa a ocupar a presidência do Brasil.

> Ainda será objeto de muitas análises o período que envolveu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), resultante de um Golpe de Estado articulado entre as três esferas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com forte participação da Mídia e Poder Judiciário. Este foi um momento de muita tensão e incompreensão do cenário político, que se constituía rapidamente na inflexão de governo de centro-esquerda do PT/PMDB ao governo conservador de Michel Temer (PMDB), que optou por um alinhamento à direita com a elite brasileira, abraçando, sem grandes embaraços, a pauta radical das contrarreformas. É importante destacar que o governo Temer apresentou um conjunto de (contra)reformas que atacam direitos sociais e consegue, favorecido pela conjuntura pós-impeachment, o fortalecimento da direita e o apoio popular, ainda que controverso, aprovar: a Emenda Constitucional nº 95/2016, Lei 13. 415/2017 – Reforma do Ensino Médio; a Lei 13.429/2017 – Terceirização; e, a Lei 13.467/2017 – Reforma Trabalhista, ficando de fora somente a Reforma da Previdência (MENDONÇA, 2019, p. 39).

Mendonça (2019) destaca como as ações do governo Temer, afinadas com pautas conservadoras e liberais, impactaram em diversos setores brasileiros. "Temer avançou na implementação das (contra)reformas, levando a cabo o radical programa neoliberal pautado na desregulamentação do mercado e dos direitos sociais, diminuindo a presença do Estado na economia, porém com Estado forte para garantir sua implementação" (MENDONÇA, 2019, p.

[47] Não temos o objetivo de fazer uma análise do impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) nesse estudo.

41). A autora destaca que tais ações só foram possíveis pois havia "sintonia dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), unidos pelo antipetismo, viabilizou, em tempo recorde, a tramitação, aprovação e promulgação das novas leis' (MENDONÇA, 2019, p. 39). Na Educação a Lei 13.415/2017, que trata da reforma do Ensino Médio, foi uma das primeiras conquistas de Michel Temer.

> A Lei 13.415/2017, nesse sentido, coaduna-se com a precarização mais ampla da classe trabalhadora, ao impor um novo modelo curricular, do qual pouco se sabe sobre sua concretização, tendo como eixo a obrigatoriedade de somente duas disciplinas, Língua Portuguesa e Matemática, e cinco itinerários formativos (I – Linguagens e suas tecnologias; II – Matemática e suas tecnologias; III – Ciências da Natureza e suas tecnologias; IV – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e, V – Formação Técnica e Profissional), baseado ainda na escola de tempo integral a ser inserida gradativamente, sabe-se lá quando. Vale lembrar que a responsabilidade da oferta desses itinerários é dos sistemas estaduais de ensino, que até o momento sem informações concretas sobre o modo e como serão disponibilizados por tais sistemas (MENDONÇA, 2019, p. 41-42).

Contudo, a aprovação da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[48] foi o principal avanço das pautas neoliberais e conservadoras desse governo na Educação. , que deixou de mencionar questões envolvendo gênero e sexualidade, afinando-se com as demandas de parlamentares mais conservadores.

A finalidade da BNCC, como o próprio nome já diz, é fornecer bases unificadoras para os currículos escolares de todo o país, incluindo unidades escolares públicas ou privadas de todos os segmentos da Educação Básica brasileira. O documento, afinado com a pedagogia das competências, define conteúdos, competências e habilidades que se espera que todos/todas os/as estudantes adquiram e desenvolvam ao longo desta etapa da escolarização. Seguem competências gerais da Base Nacional Comum Curricular:

> 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
>
> 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

[48] Prevista na Constituição de 1988, na LDB de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014, a BNCC começou a ser elaborada em 2015, a partir de uma análise profunda dos currículos do país realizada por 116 especialistas indicados por secretarias municipais e estaduais de educação e por universidades. Entre 2015 e 2016, foram realizadas consultas públicas presenciais e on-line. Em 2017, o Ministério da Educação (MEC) concluiu a terceira e última versão que foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

> 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
>
> 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
>
> 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
>
> 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
>
> 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
>
> 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
>
> 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
>
> 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017d, p. 11-12).

Entre os anos de 1988 e 2002 há um avanço na implantação de políticas públicas que tratavam de direitos humanos, gênero e educação em sexualidade na área educacional, em especial, os PCN. Todavia, que os debates sobre a sexualidade estavam mergulhados em um discurso muito voltado à prevenção de ISTs, motivado especialmente pelo crescimento da epidemia do HIV/Aids, o documento foi um de grande relevância para que a temática sexualidade fosse incluída no currículo como como tema transversal como “orientação sexual”. Em contrapartida, a partir da década de 2010, o Brasil iniciou um retrocesso sobre a discussão dos mesmos temas, que pode ser comprovado pelos textos aprovados para o PNE em 2015 e para a BNCC que teve sua terceira versão aprovada em 2017.

Como parte desse processo de avanço de setores reacionários no cenário brasileiro e com uma campanha eleitoral fortemente pautada em discursos no combate à corrupção, defesa dos militares, da religião e de valores da família tradicional e no antipetismo, associada ao uso das mídias digitais, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil em 2018. A partir da eleição, a radicalização, a intolerância, e a onda conservadora consolidaram a adesão de um eleitorado baseado nos mais diferentes setores sociais brasileiros. As questões que envolvem a sexualidade juvenil, as relações de gênero têm sido ignoradas ou tratadas sob um prisma conservador, dada a constituição da escola forjada dentro de uma sociedade machista patriarcal. Observa-se que há um desconforto para tratar de temas relacionado à sexualidade e a gravidez juvenil, por falta de uma orientação sexual mais atenta na escola O debate sobre questões como identidades de gênero, associada à ausência de uma educação sistemática acerca das sexualidades se retraíram pela atual conjuntura sócio-política do país.

Recentemente o governo federal, através do Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Família, Mulher e Direitos humanos anunciou uma campanha (fevereiro/2020) para prevenir a gravidez na adolescência, com o slogan *Adolescência Primeiro, Gravidez Depois*, tem o objetivo de ressaltar os efeitos negativos da gestação não-intencional na adolescência. Essa política de governo exalta "o incentivo à abstinência sexual" como um de seus fundamentos principais e base de apoio. Segundo alguns canais de comunicação do país, entre eles as páginas na internet mantidas pelo jornal Folha de São Paulo e a Revista Exame, apontam para os gastos de cerca de R$ 3,5 milhões nesta campanha (ABRIL, 2020; CANCIAN 2020).

O vídeo de trinta segundos lançado pela campanha traz uma série de imagens de lazer, estudos e encontros entre amigos, afirma que "gravidez não combina com adolescência e traz consequências para toda a vida". Pede que o/a jovem busque informações e converse com familiares. Com solicitação que este/esta "planeje seu futuro e procure orientações em uma unidade de saúde", o material termina com o lema "*adolescência primeiro, gravidez depois*".

Natália Cancian (2020), jornalista que assina a notícia veiculada na Folha de São Paulo (03/02/2020), afirma que a campanha solicita aos adolescentes busquem informações e reflitam sobre formas de prevenção de uma gestação indesejada, contudo, não há citação métodos contraceptivos.

No portal do Ministério da Saúde, foi disponibilizado o vídeo de uma campanha sobre gravidez juvenil, focando também na adolescência, com diversas informações e materiais de divulgação. Um dos links, "Qual é a sua escolha? ", a/o internauta é direcionada/o para um texto

com esclarecimentos sobre o que os autores da ação entendem por gestação juvenil e suas implicações.

Investe na perspectiva que o plano de vida, o planejamento familiar, a saúde sexual e a saúde reprodutiva, bem como a prevenção de IST/AIDS estão entre as principais estratégias dessa campanha. Sem sinalizar nenhuma ação que seja diretamente implantada nas escolas brasileiras, afirma que é "necessário compreender os adolescentes como indivíduos em busca da construção de uma identidade em desenvolvimento, com cultura própria, demandando práticas capazes de contemplar suas diferentes necessidades de saúde".

O caráter homogeneizante e higiênico dessa política pública aparece mais claramente quando apenas ações voltadas à saúde e profissionais da área são citadas. Entre as formas de prevenção à gravidez não intencional na adolescência, recomenda:

a) Diálogo em casa entre pais e filhos sobre plano de vida, planejamento familiar e consequências sobre decisões e atos;
b) Vínculo com uma equipe da atenção primária à saúde;
c) Disponibilização de informação e ampliação do acesso aos métodos de anticoncepção;
d) Inclusão de adolescentes e jovens na concepção de projetos e programas de prevenção da gravidez não intencional.

Finaliza afirmando que "para evitar a gravidez não intencional na adolescência, o diálogo e a informação são nossas principais ferramentas. Converse com sua família e sempre busque orientações em uma unidade de saúde".

Levando em consideração que a falta de diálogo com os pais, familiares gera muitas dúvidas sobre sexualidade, não é incomum, os adolescentes recorrem aos seus colegas em busca de orientações. Contudo, isso pode acarretar em perpetuações de desinformações ou informações incorretas e imprecisas, já que essa transmissão de saberes muitas vezes se baseiam no senso comum. Legitimar apenas os agentes de saúde como possíveis parceiros dos jovens na busca por informações é uma ação, no mínimo equivocada.

A campanha tem sido alvo de crítica e ponderações de diversos especialistas e veículos de informação. A revista Exame veiculou a informação da Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública de São Paulo recomendando que a campanha não fosse veiculada, sob o argumento de que "não há evidências científicas para pregar a abstinência como política pública de prevenção da gravidez como sendo efetiva". A Sociedade Brasileira de Pediatria também é

apontada pela revista Exame como mais uma das instituições que se posicionaram de forma contraria a campanha do governo Federal (ABRIL, 2020).

Leonardo Torres, professor, doutorando em comunicação e pós-graduado em psicologia junguiana, em seu artigo veiculado na internet pelo jornal Estado de Minas, com o título "O erro da campanha da abstinência sexual", também se posicionou de forma contrária a campanha "*Adolescência primeiro, gravidez depois*". Afirmou:

> Com a campanha de abstinência sexual, acredito, não será diferente. Sem entrar no evidente viés ideológico da campanha, faz-se importante entender: primeiro, a necessidade de sexo é natural. Biologicamente, é uma demanda de parte do nosso o cérebro, o límbico, responsável pelas emoções, comportamentos sociais e aquela necessidade de se sentir saciado, seja pelo sexo e/ou pela comida. Segundo, o ser humano não necessita de proibições, mas de informação. Não será uma campanha de publicidade que evitará a gravidez precoce e as doenças sexualmente transmissíveis, mas, sim, uma campanha social e educacional ampla, de casa em casa, de escola em escola, para formar a mentalidade e o comportamento da população. Ela deve levar informações sobre cuidados com o próprio corpo (afinal, corpo não é objeto); sobre as consequências de uma gravidez precoce; de doenças sexualmente transmissíveis; e de contraceptivos. Campanha com este nível de detalhamento já é feita, por exemplo, na Finlândia e, tudo indica, os resultados têm sido favoráveis (ARIAS, 2020, *s. p*).

Contudo, na última década vimos se consolidar uma aliança entre representantes do Estado e agentes oriundos de setores religiosos, " de caráter fundamentalista tornando assim, a agenda política cada vez mais próxima de dogmas e crenças de pentecostais, neopentecostais e católicos conservadores.

O jornalista e escritor espanhol Juan Arias capta tais circunstancias e discorre sobre elas em artigo para o jornal El País. Sob o título "Por que os poderes religioso e político temem tanto a sexualidade?", o autor, que estudou filosofia, teologia, psicologia, línguas semíticas e jornalismo, reflete sobre as posturas do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que mistura em seus discursos Deus, sexo e poder e, segundo Arias ridiculariza e faz chacota com a temática da sexualidade, e sua ministra da Mulher, Damares Alves, que tem clamado em favor da castidade juvenil.

> Bolsonaro, além de seu pouco apreço pela mulher e o feminino, está usando em seus discursos e conversas uma linguagem que degrada a sexualidade. Do famoso vídeo com a cena do golden shower, do Carnaval passado, a suas já famosas comparações da política com relacionamentos, está banalizando a força que o sexo exerce na vida humana. E, ao mesmo tempo, adere às consignas de sua ministra, a pastora evangélica Damares, que advoga pelo exercício da castidade entre as jovens para não ficarem grávidas antes da maturidade (ARIAS, 2020, s. p).

Arias faz um contraponto entre a visão mais liberal em relação ao sexo do antigo paganismo e o recrudescimento religioso em relação a temática, "a partir da chegada do

monoteísmo e concretamente do cristianismo influenciado por Paulo de Tarso, o exercício da sexualidade com sua força de libertação, começou a ser considerada como pecado e a mulher como a tentação do homem" (ARIAS, 2020, s. p). O autor afirma que ao longo do tempo o cristianismo tem enxergado a mulher como perigosa ao homem de tal forma que foi afastada dos mistérios do culto, estes ainda dominado pelos homens. "E na vida, como sentenciou São Paulo, "submetida em tudo ao homem", até no exercício da sexualidade". Para o autor a busca pelo controle da sexualidade tem sido uma constante.

> Todos os poderes, do religioso ao político, à medida em que se tornavam mais autoritários e ditatoriais, foram alérgicos a uma sexualidade vivida em liberdade. No mundo político essa tentação de controlar a sexualidade das pessoas foi um pecado que tentou a direita e a esquerda, assim como o preconceito para que a mulher chegasse ao poder (ARIAS, 2020, s. p).

Juan Arias é enfático ao tratar que a sexualidade tem sido tratada de forma machista tanto pela religião quanto pela política em diversos locais no mundo e afirma que "nada dá mais medo hoje aos poderes políticos e religiosos do que esse movimento de libertação dos gêneros. [...] nem o poder religioso e o civil têm direitos sobre tal liberdade". Aponta ainda que a decisão do governo brasileiro de abordar a prevenção gravidez adolescente pelo viés da abstinência é no mínimo equivocada.

> Exigir no século XXI que as jovens brasileiras abracem a castidade por medo de ficar grávidas antes do tempo é ignorar que a fisiologia e a natureza fizeram com que a mulher muito jovem já possa procriar para assegurar-se o direito à prole e que hoje, no pior dos casos, existem substitutivos à castidade para evitar gravidezes não desejadas (ARIAS, 2020, s. p).

De fato, as medidas de "prevenção" adotadas pelo atual governo vão na contramão do que os estudiosos sobre o assunto apontam em seus estudos e publicações, especialmente no que tange sobre a abordagem que envolvem discussões sobre gênero, sexualidade, orientação sexual e gestação precoce nas unidades escolares, mantendo-se a premissa da laicidade do Estado.

Reiteramos a escola como espaço legítimo para discutir temas como gênero, sexualidade, gravidez, orientação sexual e outros correlatos por seu potencial de disseminar e construir saberes, por abrigar continuidades, por sua intencionalidade, por favorecer a ampliação de perspectivas e abertura para as transformações sociais e culturais. Não é demais, por fim, observar que é necessário garantir a laicidade do ensino para tratar destes assuntos acima das convicções religiosas de professores/as, alunos/as, seus pais e mães. Vivemos em um Estado laico, o que significa dizer que o Estado não pode defender uma só doutrina; ele precisa ser neutro, imparcial e autônomo frente a qualquer doutrina religiosa ou filosófica. Todas as pessoas têm o direito de ter (e de não ter) crenças, sem com isto impor o seu modo de conceber

o mundo aos/às demais. O Estado é laico, e os funcionários públicos devem servir a todos/as, e não a uma maioria ou uma minoria. Este é um preceito para que o Estado garanta a igualdade de direitos e condições, face às diferenças sociais, políticas, econômicas, raciais, de gênero, geracionais, religiosas, sexuais entre outras (HEILBORN; CARRARA; CABRAL, 2009).

As ciências da saúde vêm produzindo pesquisas e estão empenhadas em proteger e esclarecer as necessidades das gerações de jovens que na atual conjuntura possuem a liberdade sexual dos tempos, embora com poucas vivências dos seus efeitos. É na escola que os jovens passam boa parte do tempo e também é nesse ambiente que estabelece laços de confiança e cumplicidade, capazes de promover diálogos e empatia. A escola, portanto, pode e deve ser encarada como um do espaço de múltiplos saberes, e, de possibilidade de oferecer orientações galgadas na ciência médica.

4.3 Alternativas para o enfrentamento

Em artigo intitulado "*A 'in'visibilidade dos temas da sexualidade no ambiente escolar e a formação docente"* (2018), Monteiro e Ribeiro apontam que ainda hoje nas escolas brasileiras tratar a temática que envolve sexo e sexualidade se resume a apresentar informações sobre o tema, na maioria das vezes estas são apenas biológicas, contudo, ainda hoje, se espera que os professores/professoras não devam assumir uma postura problematizadora e consciente sobre o assunto. Os autores discutem sobre a invisibilidade desses temas na formação dos docentes e no ambiente escolar. Após reflexão sobre o atual contexto histórico de recrudescimento do conservadorismo em escala mundial, com incidência do discurso religioso na política, e consequente retrocesso na agenda de direitos sexuais e reprodutivos, recomendam a Educação Sexual em sala de aula.

> Sendo a sexualidade uma questão da própria sociedade, e uma questão de cidadania a educação sexual na escola deve propiciar uma reflexão voltada para as multiformas de manifestações da sexualidade humana e o lugar que estas manifestações ocupam em nossa sociedade: o corpo educado do sexo, do desejo, do medo, do amor, do corpo biológico, do corpo social, do corpo cultural, da emoção e dos os papéis sociais e os papéis sexuais. Sendo assim a escola não teria como missão controla da vontade do sujeito, mas um lugar de reflexão sobre o assunto. A educação sexual é antes de tudo Educação, e como tal tem o papel de provocar mudanças. Mudanças estas que tornem os seres humanos mais sensíveis e conscientes. Por isso ressalta-se que a educação sexual deve estar a serviço da felicidade da pessoa humana, preparando-a para, através do uso responsável da liberdade, ser um agente eficaz de promoção da felicidade individual e coletiva. Em sentido mais amplo a Educação Sexual

> deve estar a serviço do indivíduo e da sociedade (MONTEIRO; RIBEIRO, 2018, p. 92).

Para os autores negar as temáticas de gênero e diversidade sexual, discriminação e exclusão existente nas escolas limita a rotina escolar e a torna violenta, de tal forma que muitas vezes, chegando ao ponto de muitos darem fim a sua própria vida (MONTEIRO; RIBEIRO; 2018, p. 95). Nesse interim, Monteiro e Ribeiro ainda afirmam que "a escola precisa ser um local que possibilite o diálogo entre as diferenças, que interfira nas práticas diárias de seus/suas alunos/as oportunizando-lhes a orientação crítica dos acontecimentos do cotidiano" (MONTEIRO; RIBEIRO; 2018, p. 97).

Como espaço da diversidade por excelência, a escola, enquanto instituição não deve se curvar diante de valores e preconceitos do senso comum. Tratar a temática da no ambiente escolar é agir para a formação integral dos sujeitos, formando-os para serem indivíduos capazes de ser, viver e conviver, estando em consonância com os quatro pilares da educação definidos pela UNESCO[49]. Em documento publicado pelo órgão internacional se propõe que a educação do século XXI seja direcionada para os quatro eixos fundamentais: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, e finalmente aprender a ser (DELORS, 2010). Atualmente essas premissas têm sido amplamente divulgadas por gestores das escolas públicas de São Paulo e em cursos promovidos pela Secretaria Estadual de Educação, tendo os docentes como principal público alvo.

Tanto a Unesco, e consequentemente a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que tem seguido as orientações da instituição internacional, quanto Monteiro e Ribeiro concordam que saber lidar com as diferenças para atuar em sociedade é uma das bases da atual educação escolar. "Seja no presente ou no futuro, os sujeitos inseridos neste espaço precisam enxergar em seu contorno, sujeitos que não estão identificados pelos processos de construção social, que muitas vezes os mantêm a margem, invisível" (MONTEIRO; RIBEIRO, 2018, p. 98).

A instituição escola tem sido ao longo dos últimos anos objeto de análise de diversos estudiosos que a enxergam como o lugar ideal para a construção social e formação dos sujeitos. Precisamos enxergar a escola com um ambiente que propícia a mudança social, no sentido de

[49] De acordo com Silva (2008), "obedecendo à reestruturação geográfica e governamental do mundo em globalização, agências da ONU são mobilizadas no sentido de pensar orientações e estratégias para a educação. Essas agências organizam fóruns e aprovam documentos que definem orientações para os níveis de ensino. São orientações que se pautam na modernização e ressaltam a importância da educação básica para todos e da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem" (SILVA, 2008, p. 364).

humanizar e esclarecer; e não como um espaço que emudece diante de preconceitos e/ou reflete-os nas suas relações internas.

Dayrell (1996), já afirmava que é na escola "onde geralmente se expressam com mais clareza os preconceitos e racismos existentes nas relações, são comuns imagens ligadas à cor ou à raça, e mesmo a questões sexuais" (DAYRELL, 1996, p. 21). O autor destacou que a escola é um espaço social próprio, "cuja dimensão educativa encontra-se também nas experiências humanas e sociais ali existentes" (DAYRELL, 1996, p. 25).

> Acreditamos que a escola pode e deve ser um espaço de formação ampla do aluno, que aprofunde o seu processo de humanização, aprimorando as dimensões e habilidades que fazem de cada um de nós seres humanos. O acesso ao conhecimento, às relações sociais, às experiências culturais diversas pode contribuir assim como suporte no desenvolvimento singular do aluno como sujeito sociocultural, e no aprimoramento de sua vida social (DAYRELL. 1996, p. 26).

Juarez Dayrell em artigo mais recente intitulado *A escola 'faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil* (2007) discute as relações estabelecidas entre juventude e escola e problematiza o espaço ocupado pela ocupa na socialização da juventude brasileira contemporânea, especialmente dos jovens das camadas populares. Para o autor, diante das especificidades que os jovens das camadas populares estão inseridos – que envolve violência e exclusão social – "a escola, que poderia ser um dos espaços para esse acesso, não o faz. Ao contrário, gera a produção do fracasso escolar e pessoal".

> A escola tem de se perguntar se ainda é válida uma proposta educativa de massas, homogeneizante, com tempos e espaços rígidos, numa lógica disciplinadora, em que a formação moral predomina sobre a formação ética, em um contexto dinâmico, marcado pela flexibilidade e fluidez, de individualização crescente e de identidades plurais. Parece-nos que os jovens alunos, nas formas em que vivem a experiência escolar, estão dizendo que não querem tanto ser tratados como iguais, mas, sim, reconhecidos nas suas especificidades, o que implica serem reconhecidos como jovens, na sua diversidade, um momento privilegiado de construção de identidades, de projetos de vida, de experimentação e aprendizagem da autonomia. Demandam dos seus professores uma postura de escuta – que se tornem seus interlocutores diante de suas crises, dúvidas e perplexidades geradas, ao trilharem os labirintos e encruzilhadas que constituem sua trajetória de vida. Enfim, parece-nos que demandam da escola recursos e instrumentos que os tornem capazes de conduzir a própria vida, em uma sociedade na qual a construção de si é fundamental para dominar seu destino (DAYRELL, 2007, p. 1125-1126).

Dessa forma, é importante frisar que é de extrema relevância que temas ligados a educação em sexualidade e a gestação juvenil estejam presentes na formação do corpo docente e equipe gestora de todas as unidades escolares do país, para que assim, professoras e

professores possam estar preparados e respaldados para trabalhar essas temáticas em sala de aula. A sala de aula deve ser encarada como um centro para o estabelecimento do diálogo. Só com presença de uma conversa aberta e transparente entre estudantes, docentes e a comunidade escolar será possível garantir a discussão da questão que afeta diretamente a juventude. E apenas com o apoio do poder público esse processo educativo ocorrerá de forma mais sistematizada e efetiva. Somente a partir de uma educação em sexualidade livre de preconceitos e tabus será possível estabelecer no ambiente escolar um espaço profícuo para que haja por parte dos estudantes a construção de identidades e projetos de vida mais autônomos e conscientes

5 ESCOLA E INICIATIVA DE ENFRENTAMENTO: GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA – GRAVIDEZ NÃO É BRINCADEIRA (2013)

O palco dessa pesquisa foi uma escola pública urbana situada no município de Araçatuba/SP. No ano de fechamento deste estudo, 2019, segundo dados fornecidos membro do quadro de apoio escolar, a unidade escolar contava com cerca de 600 alunos matriculados distribuídos em 19 turmas, sendo 8 de Ensino Médio e 11 de Ensino Fundamental. No dia 13 de setembro de 2019 apenas 1/3 das matrículas eram de estudantes do Ensino Médio, assim a maioria dos/das alunos/alunas daquele ano na escola estavam cursando o Ensino Fundamental (Membro do quadro de apoio escolar da unidade analisada (Entrevista II. [set. 2019]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação, p. 153-154).

Segundo informações retiradas da própria publicação *Gravidez na adolescência – gravidez não é brincadeira* (2013), a equipe gestora e professores da unidade escolar puseram em prática um projeto de prevenção à gravidez juvenil durante o ano letivo de 2012, o que culminou na publicação de um livro no ano seguinte. A motivação para tal projeto foi o índice de alunas grávidas na unidade, embora não especifique a idade ou a série em que essas meninas estavam matriculadas, o livro informa que eram alunas tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio. Em 2011 a escola registrou seis casos de alunas gestantes e em 2012, o número subiu para catorze alunas grávidas. Em 2013, até o fechamento da edição do livro a unidade escolar contava com 9 alunas gestantes (VÁRIOS AUTORES, 2013, p.15).

Segundo uma professora que participou de todas as etapas do projeto, diante de tantos casos de gestação entre as estudantes, a equipe gestora da escola na época tomou a iniciativa de promover ações sobre esse tema. Então, em reunião de professores, as equipes gestora e docente alinharam que ações sobre a "gravidez na adolescência" deveriam ser incluídas, se possível, dentro dos conteúdos e atividades propostas por cada professor/professora aos seus alunos/alunas. Tais ações deveriam promover o esclarecimento e prevenção da gestação juvenil, especialmente entre alunas da unidade escolar (PROFESSORA A. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação p. 158-159).

Segundo membro da equipe gestora da unidade na época do lançamento do livro, as ações internas que envolviam a temática de forma transversal nas atividades pedagógicas aconteceram concomitantemente com a busca de verbas para a publicação do livro. Afirmou que como já

tivera algumas experiências de publicação de produções dos alunos em outras escolas em que esteve à frente, teve a iniciativa de buscar a verba para que o livro *Gravidez na adolescência – gravidez não é brincadeira* fosse publicado. Um projeto para a publicação deste foi escrito e analisado por vários segmentos, inclusive pela Diretoria de Ensino de Araçatuba. Só depois de aprovado pelos órgãos superiores, tal projeto foi inscrito na plataforma digital do PROEMI, em uma seção que permitia gastos com impressões e edições. Assim, o livro foi publicado em 2013 usando verbas do Programa Mais Educação[50] e do PROEMI[51]. Ambos são programas do Governo Federal que disponibilizam verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)[52] a projetos educacionais inovadores (Ex-membro da equipe gestora da unidade analisada. Entrevista III. [abr. 2020]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2020. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação, p. 155-157).

Todas as pessoas entrevistadas, ressaltam que houve boa adesão dos outros membros da equipe docente para inserir a "gravidez na adolescência" como um tema transversal em suas aulas. Afirmam também que foram realizadas peças de teatro, músicas, seminários, muitas rodas de conversa entre docentes e estudantes e as produções de textos e ilustrações que, posteriormente, originaram o livro (Entrevistas transcritas integralmente entre as páginas 150 e 166 desta dissertação).

A professora A, contou que devido a problemas de saúde foi afastada em 2005 da sala de aula e definitivamente readaptada para funções administrativas em 2008, passando então a

---

[50] Brasil (2018c) diz que Programa Mais Educação foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constituindo-se como uma ferramenta do Ministério da Educação para a melhoria da educação nas redes estaduais e municipais de ensino. De acordo com o projeto educativo em curso em cada unidade escolar, podem ser escolhidas seis atividades para receber recursos didático-pedagógicos e financeiros, a cada ano, no universo de possibilidades ofertadas pelo Programa. "O detalhamento de cada atividade em termos de ementa e de previstos é publicado anualmente em manual específico relativo à Educação Integral, que acompanha a resolução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do FNDE" (*s .p.*).

[51] O PROEMI, ou Programa Ensino Médio Inovador, foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, seu objetivo fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, por meio de apoio técnico e financeiro a ações que promovam um currículo dinâmico, flexível, atendendo às expectativas e necessidades de alunos e alunas, bem como das demandas da sociedade contemporânea (BRASIL, 2018b, *s. p.*).

[52] Segundo Brasil (2017c), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação foi criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto–Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, sendo uma autarquia responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Seu principal objetivo é garantir uma educação de qualidade a todos, em especial a educação básica da rede pública. O FNDE está presente nos 5.565 municípios brasileiros. Os repasses de dinheiro podem ser constitucionais, automáticos e voluntários (convênios).

"Além de inovar o modelo de compras governamentais, os diversos projetos e programas em execução – Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte do Escolar, Caminho da Escola, Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – fazem do FNDE uma instituição de referência na Educação Brasileira" (BRASIL, 2017c).

exercer funções administrativas. Membro da equipe escolar entre os anos de 2005 e 2019, disse que desde a sua chegada à escola cenário dessa pesquisa não atuou lecionando aulas, mas trabalhou ora auxiliando na secretaria da escola, ora na Sala de Leitura durante o período que esteve vinculada a essa unidade escolar. Tais circunstâncias proporcionaram a esta professora maior disponibilidade de tempo para apoiar os demais docentes em suas ações no projeto sobre a gestação juvenil (PROFESSORA A. Entrevista V. [abr. 2020]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2020. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice E desta dissertação p. 160-161).

A Professora C informou que atuou na escola entre o final de 2005 e início de 2017, nos informou na época da produção e publicação do livro era a responsável pela Sala de Leitura. Contou que foram muitos os textos e ilustrações produzidas ao longo do ano letivo de 2012 e que uma equipe composta por ela e outras professoras da escola. De acordo com o seu depoimento, selecionaram os textos e ilustrações de acordo sua concordância com o que havia sido trabalhado nas atividades sobre a "gravidez na adolescência" (PROFESSORA C. Entrevista VII. [abr. 2020]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2020. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação p. 165-166).

As professoras que colaboraram com essa pesquisa não souberam informar se houve a participação de professores de Sociologia no processo de produção do livro. Todavia, sabe-se que a escola até o momento da conclusão dessa pesquisa não contava com nenhum docente efetivo para o cargo dessa disciplina, sendo que essas aulas normalmente são atribuídas a professores de História, seja na Diretoria de Ensino ou na própria unidade escolar (Entrevista transcritas integralmente entre as páginas 158 e 166 desta dissertação). Porém, no ano de 2012, a escola contava com apenas um professor efetivo de História, e este estava afastado da sala de aula exercendo a função de coordenador pedagógico da unidade. Assim, tanto as aulas de História como de Sociologia, e de outros componentes curriculares da área das Ciências Humanas, foram ministradas ao longo de vários anos letivos, especialmente durante o biênio 2012-2013, por professores temporários. O que não significa necessariamente perda de qualidade das aulas, mas claramente é um fator que se demonstra como um entrave para a consolidação de processos de educação duradouros, especialmente no que se refere a educação em sexualidade, pois por se tratar ainda de uma temática bastante delicada em nossa sociedade, carece que laços de confiança e respeito sejam estabelecidos entre estudantes e docentes.

Em 2013, ano da publicação do livro pela escola, a BNCC e o atual PNE ainda não haviam sido implementados, por isso pautaremos a nossa análise nos PCN. A iniciativa da escola em promover ações com a temática da gestação juvenil está em total concordância com o disposto

nos PCN, pois a temática foi trabalhada na transversalidade e envolvendo diversas disciplinas, além do que já dispunha o currículo e os livros didáticos[53]. Ressaltamos a importância de atitudes como essa ocorrida na unidade escolar - no sentido de apoiar a produção bibliográfica dos estudantes, promovendo uma grande ação que incentivou a escrita no decorrer de um ano letivo e desembocou na publicação de um livro. Contudo, compreendemos que abordar esse tema no interior da escola ainda é algo delicado na sociedade brasileira, o que faz com que muitas vezes as instituições de ensino adotem posturas bastante conservadoras, mesmo quando tomam a iniciativa de abordar as temáticas de sexualidade e reprodução juvenil.

A associação entre a temática das manifestações de sexualidade na juventude e a gestação entre jovens ainda está profundamente relacionada ao discurso médico e biológico no interior das escolas brasileiras. O que acaba por promover diálogos sobre essas questões majoritariamente em aulas de Ciências e/ou Biologia. Mesmo quando os debates são promovidos no seio de outros componentes curriculares, ainda é comum que os argumentos sejam pautados em enunciados biologizantes, como os riscos à saúde materno-infantil e os possíveis efeitos negativos que uma gestação nessa faixa etária pode trazer, especialmente para às jovens mãe. Essa última noção é carregada de sentimentos machistas que produzem e reproduzem as desigualdades de gênero típicos de uma sociedade patriarcal, como a brasileira. Raras são as vezes que as subjetividades dos jovens e as verdades que estes trazem sobre sexualidade e gravidez são levadas em consideração.

A publicação do livro *Gravidez na adolescência: gravidez não é brincadeira* pela escola em 2013 foi muito bem recebida pela opinião pública. Seu lançamento ocorreu em uma cerimônia de gala promovida pela própria escola, sob a supervisão da equipe gestora, no clube do Sindicato dos Comerciários, espaço vizinho a unidade escolar, com a presença de estudantes e seus familiares e profissionais da unidade escolar. Também estava presente o então vereador Rosaldo de Oliveira (PROS), ex-aluno da escola, que ressaltou a importância desta ação.

A TV Câmara cobriu o evento e produziu uma reportagem, que exibiu, entre outras coisas, uma entrevista em que a então diretora da escola em questão ressaltava a sua preocupação com a questão da gestação entre as alunas da unidade escolar, pois, segundo ela, estas ao engravidarem deixavam a escola para cuidar de seus filhos. A diretora também expõe que após a execução deste projeto notou aumento da participação das famílias dos estudantes na vida escolar dos filhos (OLIVEIRA, 2014, *s. p.*).

---

[53] "O trabalho de Orientação Sexual se dará, portanto, dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema" (BRASIL, 1998, p. 308).

A diretora da escola e uma das professoras envolvidas no projeto “Gravidez na adolescência” foram homenageadas pela produção e publicação do livro *Gravidez na adolescência, gravidez não é brincadeira* em sessão ordinária da Câmara Municipal de Araçatuba, que aprovou um voto de aplauso de autoria do vereador Rosaldo de Oliveira (PROS). (OLIVEIRA, 2014, *s. p.*). A Professora C informou que o SBT Interior, afiliada da rede de televisão SBT em Araçatuba, e o jornal Folha da Região produziram reportagens sobre o lançamento do livro pela escola (PROFESSORA C. Entrevista VII. [abr. 2020]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2020. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação p. 165-166).

5.1 O livro *Gravidez na adolescência: gravidez não é brincadeira* (2013)

É importante valorizar ações que incentivam a escrita e a leitura entre os estudantes. Na unidade escolar observada, não foram poucas as ações que promoveram espaços para a produção bibliográfica por parte dos alunos. Diversos outros projetos foram desenvolvidos que culminaram em publicações de outros livros e revistas da escola (PROFESSORA C. Entrevista VII. [abr. 2020]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2020. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação p. 165-166). A busca por programas que ofereçam recursos para esse tipo de ações inovadoras é outro ponto alto dessa gestão. Contudo, como está se trata de uma análise sociológica abordaremos trechos do livro com esse olhar: o de desnaturalizar o senso comum.

A obra *Gravidez na adolescência: gravidez não é brincadeira*, que reuniu produções de estudante e docentes da escola, publicada em 2013, é apresentada em uma versão mais econômica de produção, a brochura, com a capa mole e material simples. Contudo, os editores utilizaram elementos e símbolos para atrair a atenção do público logo na capa, única parte da publicação impressa em cores, com desenho ilustrativo e título chamativo.

Foram reunidas em 62 páginas diversas produções de estudantes e docentes: 4 textos informativos, 5 artigos de opinião, 2 acrósticos, 1 paródia musical, 4 poemas, 5 relatos, entrevistas ou depoimentos com mulheres que engravidaram muito jovens, 11 pequenos textos produzidos pelos/pelas alunos/alunas em rodas de conversa e 12 ilustrações. Embora o material não apresente índice em sua estrutura de publicação, a tabela abaixo foi produzida para facilitar a visualização de todo o conteúdo da obra.

Tabela 1: Conteúdo do livro *Gravidez na adolescência – gravidez não é brincadeira (2013)*

Página	Estrutura do livro
-	**Capa (Ilustração 1)**
-	**Contracapa (Ilustração 2)**
1	Folha de rosto
2	Ficha catalográfica
3	Falsa folha de rosto
5	Lista com os nomes de todos os estudantes envolvidos
6	Ilustração 3
7	Dedicatória
8	Agradecimento
9	Apresentação
11	Ilustração 4
13	**Abertura da seção *Textos informativos* (Ilustração 5)**
14	Gravidez na adolescência: danos, causas e consequências
18	Causas da gravidez precoce
21	Consequências
23	Ilustração 6
24	Um pouco mais sobre gravidez na adolescência
27	Ilustração
29	**Abertura da seção *Artigo de opinião* (Ilustração 7)**
30	Tome Consciência
31	Ser mãe na adolescência
32	Cuide-se sempre
33	A falta de informações pode trazer riscos
34	Da água para o vinho
35	**Abertura da seção *Acrósticos* (Ilustração 8)**
36	Acróstico
37	Acróstico
39	**Abertura da seção *Paródia* (Ilustração 9)**
40	Agora eu fiquei prenha
41	**Abertura da seção *Poema* (Ilustração 10)**
42	Criança adulta
43	Previna-se
44	Preocupação
45	Gravidez na adolescência
47	**Abertura da seção *Relato* (Ilustração 11)**
48	Relato

50	Gravidez na adolescência
52	Depoimento
53	**Abertura da seção *Entrevista* (Ilustração)**
54	Entrevista
55	Depoimento
57	**Abertura da seção *Relato* (Ilustração 12)**
58	Textos de alunos
-	Quarta capa (Ilustração 1)

Tabela produzida pela autora (grifos nossos).

O livro apresenta várias divisões, normalmente agrupando produções de um mesmo gênero textual. A cada nova seção de escritos a publicação apresenta uma nova ilustração, produzidas por estudantes ou docentes. De acordo com Bazerman, os gêneros textuais constroem os nossos pensamentos e as comunicações por meio das quais interagimos, sendo os "moldes" que nós utilizamos para explorar o que não nos é familiar (Apud BOFF; KÖCHE; MARINELLO, p. 2, 2009). Boff et tal, afirmam que os gêneros textuais "promovem a interação e enriquecem a vida do sujeito [...], pois permitem ao interlocutor expressar o que já conhece e aproximar-se daquilo que objetiva descobrir" (BOFF; KÖCHE; MARINELLO, p. 2, 2009).

> O texto, desse modo, é a materialidade do discurso, sua forma de expressão linguística, através da qual o sujeito constrói pontes em sua relação com o outro e com o mundo que o cerca, e se (re)vela e compartilha sentidos, saberes e experiências. Nossos alunos, portanto, produzem discursos através de textos, em textos (MENDES, 2008, p. 171).

Assim não podemos deixar de observar que ao escreverem textos sobre reprodução juvenil, os/as estudantes são ao mesmo tempo produtos e produtores desses enunciamos discursivos, fruto e esteio da construção da relação-saber poder dentro da escola. As informações implícitas e explicitas contidas nessas produções são nosso objeto de análise para a compreensão de como os discursos mais difundidos socialmente sobre a sexualidade e gravidez na juventude se refletem dentro do ambiente escolar. Em nossa análise do material agruparemos algumas produções de acordo com o assunto tratado e/ou autores que produziram, mas seguiremos a ordem em que estão dispostos no livro.

5.1.1 Capa e páginas iniciais

O trocadilho presente no título é bastante interessante, servindo para despertar o interesse do/da leitor/leitora e levar a uma reflexão sobre a realidade escolar. Realmente gravidez não é brincadeira! Sendo um assunto muito importante e delicado de ser tratado, especialmente dentro de um contexto escolar.

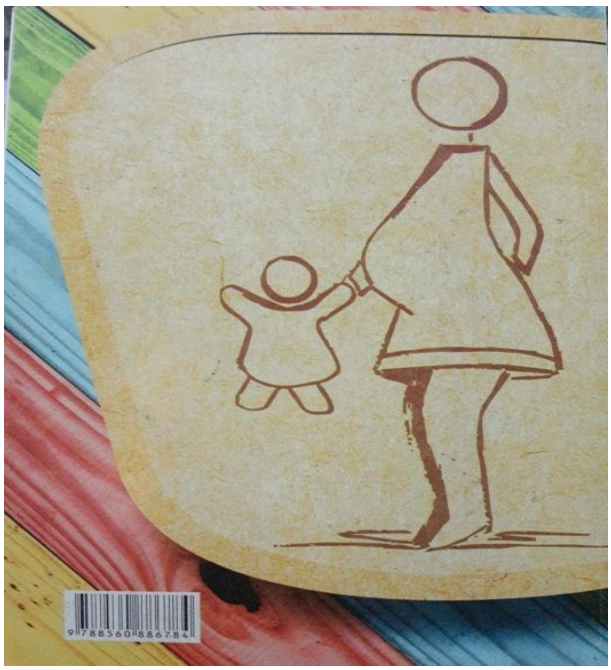
Figura 1

Fonte: Capa original do livro publicado em 2013. Ilustração produzida por uma professora (Artes) (alguns dados como o nome da escola e a assinatura da professora foram omitidos).

As questões de gênero que permeiam relações sociais aparecem no desenho escolhido para ilustrar a capa (figura 1) e a contracapa (figura 2) da publicação. Mesmo que não tenha sido essa a intensão, nem da autora e nem dos editores, a ilustração tende a colocar a questão da gravidez juvenil como um problema feminino, pois representa apenas uma mulher grávida de mãos dadas com uma criança ou boneca. Onde está o pai dessa criança? Seria uma boneca ou criança? A ilustração teria por objetivo problematizar sobre recorrência de gestações nessa etapa da vida? Ao redor dessa mãe existem símbolos que fazem lembrar pontos de interrogação, logo, as dúvidas e incertezas seriam apenas dela, pois há um mutismo claro em relação ao

genitor. Poderíamos afirmar que a autora desta ilustração quis representar as dúvidas e incertezas de uma garota diante de uma gestação? Seria essa uma forma inconsciente de responsabilizar ou até mesmo culpar as jovens por uma gravidez não planejada?

Figura 2



Fonte: Contracapa original do livro publicado em 2013. Ilustração produzida por uma professora (Artes) (VÁRIOS AUTORES, 2013, contracapa).

O interior do material conta com textos e ilustrações produzidas por docentes e estudantes que compunham a comunidade escolar durante o ano de 2012. As páginas iniciais trazem informações e nomes de pessoas, gestores, alunos e professores envolvidos no projeto. Primeiro são apresentados os alunos e alunas autores/autoras dos textos, seguidos dos/das estudantes e professoras que produziram as ilustrações. Somam-se 37 pessoas. Apuramos que se tratam de 3 professoras, sendo uma de Biologia e duas de Artes, e 34 estudantes. Destes últimos, detectamos 24 nomes femininos e 10 nomes masculinos. Assim, percebemos uma maior participação feminina na produção deste livro. Em seguida, na página 3, nomeiam-se todos os membros da equipe docente e gestora envolvidos na produção da publicação. Os nomes citados são de professoras de Língua Portuguesa, que segundo informações do livro atuaram como orientadoras das produções textuais (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 1-5). Segundo a Professora B, membro do corpo docente da escola desde 2013 até os dias atuais, sua atuação foi mais como auxiliar na correção ortográfica e gramatical dos textos, haja vista que se tratam de produções

de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio e esta sempre leciona para as turmas de 6º e 7º anos do Ensino Fundamental (PROFESSORA B. Entrevista VI. [abr. 2020]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2020. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação p. 162-164).

5.1.2 Textos produzidos pela equipe de profissionais

As produções textuais produzidas pelos profissionais da escola subdividem-se em *Dedicatória,* A*gradecimento* e A*presentação,* que aparecem logo na abertura do livro; e os *Textos informativos* cujos títulos são: *Gravidez na adolescência: danos, causas e consequências, Causas da gravidez precoce, Consequências* e *Um pouco mais sobre gravidez na adolescência.* Todos foram publicados sem registro de nenhum autor. Contudo, conforme relatos da Professora A, membro da equipe escolar até o ano de 2019, somente um dos textos dessa seção foi produzido por uma estudante: *Um pouco mais sobre gravidez na adolescência*; todos os outros são fruto do trabalho e pesquisa de docentes e gestores da unidade escolar (PROFESSORA A. Entrevista IV. [jun. 2018]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação p. 158-159).

Essa parte do livro é aberta por uma ilustração que ocupa toda a página 6, assim como a representação utilizada nas figuras 1 e 2, traz uma jovem grávida sem a companhia de seu parceiro. Nessa ilustração (figura 3), a garota encontra-se em uma fase avançada da gestação rodeada de brinquedos e materiais escolares, no que talvez seria uma tentativa de sensibilizar o/a leitor/leitora quanto as difíceis escolhas que uma jovem mãe terá que fazer após o nascimento de seu bebê. Mais uma vez a questão intrigante é que os desdobramentos e consequências da gestação é implicitamente imputado apenas à garota, a ilustração não trata de corresponsabilidade entre os genitores nem de coparticipação nos desdobramentos que sucedem a gravidez. Seria a garota grávida a única a vivenciar todas as possíveis consequências dessa gestação?

Figura 3

Fonte: ilustração produzida por uma professora (Artes) (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 6).

5.1.2.1 Dedicatória, Agradecimento e Apresentação

O livro foi dedicado a memória de uma professora falecida no decorrer da produção e publicação do livro. Nos agradecimentos o livro é narrado como sendo resultado de um esforço de conscientização e de amor dos/das professores/professoras para com os/as seus/suas alunos/alunas, "crianças e adolescentes, vidas preciosas que carecem de valores que vão dos familiares aos éticos, para iniciarem no mundo do trabalho". Agradecem a pais, alunos, monitores da sala de informática, membros da diretoria de ensino e todos que de alguma forma colaboraram com a produção e lançamento do livro. Dedicam um parágrafo aos agradecimentos a Deus: "Agradecemos principalmente a Deus pelo dom que recebemos para educar e principalmente pelo amor, que é o sentimento que nos move" (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 7).

Na *Apresentação* os autores contam brevemente o que os moveu para a realização deste projeto, "o número de adolescentes entre 11 e 18 anos que deixaram a escola por engravidarem elevou consideravelmente" e como este trabalho aconteceu na escola, "oficinas com palestras, dinâmicas, rodas de conversas, filmes, debates, discussões a fim de conscientizar os alunos sobre os riscos e consequências da gravidez na adolescência, por que acreditamos que não há nada melhor do que educar" (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 9).

A próxima produção impressa no livro está na página 11, trata-se de mais uma ilustração. Desta vez, como vemos na figura 4, a imagem traz representações de um preservativo masculino

ao lado de brinquedos como bola, caminhãozinho e boneca. Haveria uma preocupação de estabelecer um diálogo com ambos os sexos? Qual seria a intenção dessa gravura? Alertar para o uso da "camisinha"? O discurso sobre gestação que consta nessa imagem seria uma preocupação para estudantes de ambos os sexos? Ou seria uma tentativa de chamar novamente atenção apenas do público feminino? Seria um recado que a meninas devem usar preservativos? Mas porque apresenta apenas um método contraceptivo masculino?

Figura 4

Fonte: ilustração produzida por uma professora (Biologia) (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 11).

5.1.2.2 Textos informativos

Essa parte do livro, *Textos informativos*[54], traz os seguintes textos: primeiro *Gravidez na adolescência – danos, causas e consequências*, segundo *Causas da gravidez precoce*, terceiro *Consequências* e o último texto *Um pouco mais sobre gravidez na adolescência* e traz em sua abertura uma das ilustrações mais intrigantes de todo o material. Só é possível saber quem escreveu o último texto, uma aluna do 9° ano do Ensino Fundamental, todos os outros

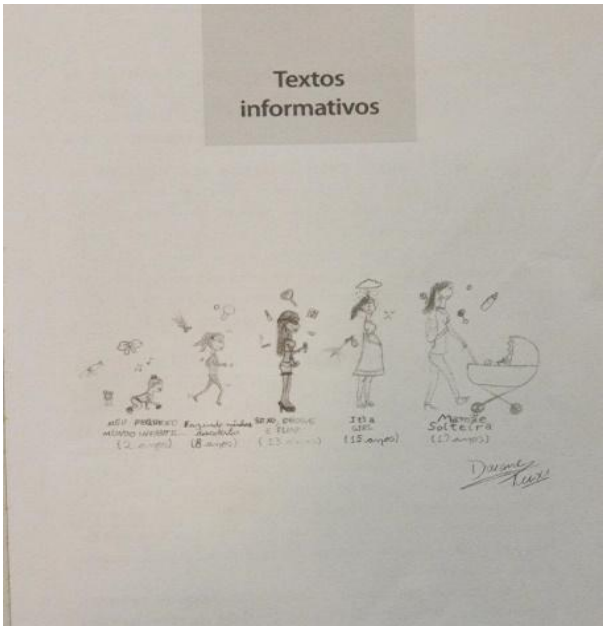
[54] Texto informativo é um gênero textual, que pode ser dissertativo ou expositivo, cujo principal objetivo é informar e esclarecer o/a leitor/leitora sobre um determinado conteúdo, "trazendo a interpretação do autor sobre um fato noticiado ou tema variado (político, cultural, científico, etc.)" (COSTA, 2008, p. 35).

textos não trazem o nome de seus autores, mas como já foi esclarecido no decorrer deste capítulo, sabe-se que foram produzidos por algum membro da equipe de profissionais da escola.

O desenho foi produzido por uma aluna. Segundo a lista de autores, presente na página 2 do livro, quando o livro foi publicado a estudante estava matriculada em outra escola. A distância entre as duas unidades escolares é de cerca de 1000 m, sendo muito comum a transferência de alunos de uma escola para a outra. As professoras B e C, ouvidas nesse estudo, não se lembraram qual era a situação dessa estudante no momento da produção e publicação da obra. Supõem que ela deveria estar matriculada na unidade analisada nessa pesquisa, e posteriormente ter se transferido para a outra escola (Entrevistas transcritas integralmente entre as páginas 162 e 166 desta dissertação).

Acredita-se que a autora da ilustração da página 13 (figura 5) tentou representar as fases da vida de uma jovem com desenhos que indicam idades e fases diferentes dessa trajetória. A primeira etapa intitulada "*meu pequeno mundo infantil*" mostra um bebê de dois anos brincando, em seguida a fase "*fazendo minhas descobertas*" traz a criança de oito anos supostamente correndo. Aos 13 anos inicia-se o período que a autora denominou de "*sexo, drogas e funk"* e representa a adolescente usando roupas curtas com bebida na mão, cercada por espelho, batom e cigarro. Em seguida, na fase *"It's a girl",* o desenho retrata a jovem aos 15 anos esperando um bebê, vestida de forma mais "recatada", usando um vestido comprido. A sua volta aparece uma cegonha, uma nuvem que pode representar tristeza, pois seu rosto está encharcado de lágrimas. Já a última etapa representada é denominada *"mamãe solteira"* e apresenta a jovem vestida com calça, camiseta e tênis e empurrando um carrinho de bebê. Pode ser uma representação da jovem indo para a escola, pois está portando uma mochila nas costas. A sua volta aparece desenhos de chocalho e mamadeira. A ilustração nos permite indagar se seria essa a concepção da autora sobre o que seria o curso de vida de uma jovem do sexo feminino? A jovem autora entende que a gravidez destrói sonhos e/ou adia a consolidação destes? Seria essa uma projeção para a vida das jovens? Seria esse o seu futuro?

Figura 5



Fonte: ilustração produzida por uma estudante que demonstraria a trajetória da vida de uma menina desde sua infância até a maternidade, (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 13).

Concordamos com Guacira Lopes Louro (1997) quando esta pontua que a escola é produtora de diferenças e distinções entre os sujeitos e que se faz indispensável compreender como estas se produziram e se produzem, bem como seus efeitos sobre os indivíduos. É perceptível que nesse projeto que envolve sexualidade e gravidez juvenil boa parte das produções reproduziu concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade. Principalmente no que se refere a manifestação da sexualidade feminina, especialmente no desenho da página 13, que apresenta a jovem aos 13 anos, na descoberta das manifestações eróticas de sua sexualidade, vestida com roupas que o senso comum julga vulgares e inadequadas, rodeada por espelho e batom, além de cigarro. Nota-se uma tentativa repressora da sexualidade feminina nesse elemento discursivo. Em nenhum momento as ilustrações coíbem as manifestações da sexualidade masculina. Assim, segundo Altmann, ao se colocar o sexo em discurso na escola, eleva-se o controle sobre os indivíduos, e esse poder é exercido não por meio de proibições e/ou punições, "mas através de mecanismos positivos de poder que visam a produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade" (ALTMANN, 2001, p. 582).

Entre as páginas 14 e 17 da publicação "*Gravidez na adolescência – gravidez não é brincadeira"*, são apresentados dados coletados sobre a gestação juvenil em nível nacional, estadual, municipal e escolar. Fazendo referência ao Ministérios da Saúde, o texto afirma que

“444.056 meninas e adolescentes brasileiras, entre 10 e 19 anos tiveram filhos em 2009. Destes mais de 70 mil são referentes aos números do estado de São Paulo”. Destaca o aumento de 150% nos casos registrados de gestação juvenil em todo o país. A pesquisa realizada pela escola aponta que segundo dados coletados no Hospital Municipal da Mulher de Araçatuba nos últimos anos houve um aumento de 46,25% nos casos de partos realizados em adolescentes. Relata que em 2008 foram 96 partos em adolescentes neste hospital, enquanto em 2012 o número salta para 117 partos entre jovens menores de 18 anos. Afirma que “Nossa escola não ficou alheia a esse problema” e traz os números de estudantes grávidas entre os anos de 2011 e 2013, citados anteriormente. E apontam dados produzidos pela equipe escolar em uma “enquete qualitativa”, segundo o texto publicado (VÁRIOS AUTORES, 2013).

A Professora A indicou ser a responsável por levantar os dados sobre a incidência de casos de adolescentes grávidas a nível nacional, estadual e municipal na última década e apurar sobre o fenômeno da reprodução juvenil dentro do ambiente escolar. O resultado de sua pesquisa pode ser encontrado entre as páginas 14 e 17 do livro *Gravidez na adolescência: gravidez não é brincadeira* (2013). Segundo ela, todas as fontes primárias levantadas ficavam guardadas em um armário na diretoria da escola. Contudo, quando iniciamos este estudo e fomos em busca dessas fontes elas não estavam mais no local indicado nem foram localizadas. Ninguém soube informar qual o destino desses documentos.

Nesse estudo interno, a escola colheu informações de 717 estudantes e o objetivo era “entender melhor a história de vida do pai adolescente: suas angústias suas dúvidas e suas inquietações” (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 15). Contudo, o texto publicado não revela a idade dos estudantes, em que ano ou ciclo da escolarização básica estavam matriculados e nem o número de meninos e meninas que participaram da pesquisa.

> Diante desta realidade instigou-se a ideia de conhecer as questões que permeiam a paternidade adolescente e seus aspectos mais subjetivos tais como: suas expectativas, preocupações, sentimentos, percepções e vivencias. Por se tratar de uma problemática sociocultural os “meninos grávidos” em geral ficam de lado; para a família de sua parceira, são tidos como um “monstro” que estragou a vida da menina, que não se preservou. Pela própria família é visto como um inconsequente que “não se cuidou” (grifos dos autores) (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 15).

Segundo o livro, na enquete foi realizada a seguinte pergunta: “diante da gravidez, o pai: assume, some ou não fica sabendo?”. Dentre os estudantes do sexo masculino que participaram da pesquisa interna, 72,22% afirmaram que os meninos assumem a paternidade ao ficarem sabendo que suas parceiras estão grávidas; 24,22% deles responderam que o garoto some e não assume o filho; enquanto 3,56% alegaram que não os jovens não ficam sequer

sabendo que serão pais. Já entre as alunas, 71,16% delas responderam que o garoto assume a paternidade ao saber da gestação de sua parceira; 28,09% afirmaram que o rapaz some e não assume a criança; e 0,75% alegam que os garotos não ficam sabendo que serão pais (VÁRIOS AUTORES, 2013).

Esse é o único momento do livro que há uma responsabilização maior dos meninos em caso de envolverem-se em um caso de gravidez durante a adolescência. Os autores ponderam que sabem que uma gestação na adolescência trará grandes impactos nas vidas do jovem que assume a paternidade, especialmente quanto a escolarização e a responsabilização financeira; e afirmam que "isso não corresponde a ideia socialmente veiculada que as mães adolescentes seriam as maiores vítimas deste evento; pois ambos sofreriam com a gravidez, apenas de forma diferenciada" (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 16).

Contudo, os autores alegam que boa parte dos jovens ouvidos afirmaram que não assumem a paternidade por que pensam não ter qualquer responsabilidade em relação à prevenção. "Alegam que evitar a gravidez e se proteger nas relações sexuais é uma tarefa exclusivamente feminina e até aceitam fazer uso de preservativo" (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 16).

> Sabendo que a comunicação da gravidez é exclusivamente feminina, pois só ela sabe quem é o pais. Responsabiliza exclusivamente a mãe por abandonar o filho ou por interromper uma gravidez. Porém quando o jovem não assume a paternidade, não são responsabilizados, tampouco presos por abandonar o seu filho. Toda vez que um homem rejeita um filho ao negar sua paternidade, ele também comete um aborto. Para este homem aquele filho não existe, está morto em sua consciência e irresponsabilidade, caracterizando um aborto social (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 17).

O texto cita dados colhidos em uma pesquisa realizada pela professora de Biologia do Ensino Médio ao desenvolver, em parceria com a Diretoria de Ensino, o Projeto Vale Sonhar[55]. Dentre os 176 estudantes que responderam às perguntas: "Você engravidou algumas meninas nos últimos 12 meses?", no caso dos alunos; e "Você esteve grávida nos últimos 12 meses?",

[55] Projeto lançado em 2004 pelo governo do Estado de São Paulo, na região do Vale do Ribeira, com objetivo de reduzir os índices de gravidez entre as alunas da Rede. A metodologia, desenvolvida em parceria com o Instituto Kaplan, é aplicada pelos professores de biologia da rede estadual em suas aulas no 1º ano do Ensino Médio em três oficinas: 1ª Oficina - "O Despertar para o Sonho", 2ª Oficina - "Nem toda relação sexual engravida", 3ª Oficina – "Engravidar é uma escolha". Nesses momentos, com a utilização de aulas dialógicas e uso de gincanas, as/os estudantes são incentivadas(os) a refletir sobre seus sonhos pessoais e profissionais e consequências gestação juvenil, recebem informações sobre anatomia, fisiologia e relação sexual com risco de gravidez e métodos contraceptivos (SÃO PAULO, 2009, *s. p.*).
A professora de Biologia da escola analisada no biênio 2018/2019 foi convidada para colaborar com essa pesquisa, contudo preferiu não participar de entrevistas e nem quis fornecer maiores esclarecimentos sobre a aplicação do Projeto Vale Sonhar na unidade escolar.

no caso das alunas; 11% dos meninos e 7,2% das meninas responderam positivamente aos questionamentos.

Essas informações levantadas na pesquisa interna promovida pela escola corroboram com dados da Pesquisa Gravad que foram analisados por Tania Salem em capítulo denominado *Homem... já viu, né?* do livro *Família e sexualidade* organizado por Maria Luiza Heilborn em 2004. Segundo Salem,

> O discurso do homem de classe popular é, em primeiro lugar, o mais explícito e enfático quanto ao consentimento de que há uma diferença radical entre as sexualidades masculina e feminina, e de que ela se arma na natureza de cada sexo (SALEM, 2004, p.16).

A autora ressalta que embora os homens da classe popular analisados pela Pesquisa Gravad, afirmam que recusariam sexo por falta de camisinha, seus depoimentos revelam que muitos deles acreditam que "estar desprevenido não é motivo para recusar sexo" (SALEM, 2004, p. 32). As falas desses jovens revelam que eles acabam por associar o sexo sem prevenção a impulsividade e descontrole quanto a sexualidade que relacionam ao sexo masculino; enquanto para esse grupo a mulher estaria naturalmente melhor capacitada para o exercício controlado da sexualidade. Ao mesmo tempo, a autora destaca que "uma eventual resistência da parceira ocasional à camisinha é invariavelmente interpretada como sintoma de que ela é 'suja' ou 'problemática, tornando mais necessário ainda o seu uso" (SALEM, 2004, p. 33).

> A aversão que os homens de classe popular manifestam com relação ao preservativo restringe significativamente o exercício da decisão feminina no que respeita à prevenção. De acordo com muitos, a palavra final sobre a utilização de preservativos é da alçada do homem (SALEM, 2004, p. 34).

Dessa forma, é notável que no que tange a negociação do uso de preservativos, as mulheres encontram-se em posição desvantajosa, dada as relações assimétricas de gênero, especialmente percebidas no contexto das relações sexuais. Quando os estudantes da escola em análise alegam não assumir a paternidade por pensarem ser isentos de qualquer responsabilidade em relação à prevenção, acreditando que esta deva ser da competência feminina, as assimetrias de gênero quanto ao exercício da sexualidade ficam bastante evidentes. Dessa forma, os estudantes do sexo masculino se comportam de maneira similar aos jovens das camadas populares analisados por Salem.

Salem (2004) aponta que inúmeros relatos masculinos por ela analisados comprovam que, diante de uma gravidez, especialmente com parceiras eventuais, "eles, sempre que possível, eximem-se da responsabilidade", muitas vezes acusando a gestante de manterem vários parceiros simultâneos e, portanto, não poderem afirmar com certeza quem é o pai da criança e/ou que ela estaria usando a gestação para "prendê-lo" (SALEM, 2004, p. 36). Na

escola não é muito diferente, pois em seus depoimentos, os garotos entendem que a comunicação da gravidez é exclusivamente feminina, pois só ela sabe quem é o pai" e responsabilizam "exclusivamente a mãe por abandonar o filho ou por interromper uma gravidez" (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 17).

Embora o texto escrito pela escola ensaie uma discussão quanto a gravidade do abandono paterno, associando a sua gravidade ao aborto, não passa de um comentário superficial, uma vez que, nas próximas produções, sejam elas ilustrações ou textos, a responsabilidade masculina praticamente desaparece, recaindo a responsabilidade de prevenção e as consequências sobre os ombros das meninas (VÁRIOS AUTORES, 2013).

Salem ainda salienta que a percepção dessa diferença no comportamento sexual masculino e feminino reverbera no plano da construção das identidades; e seria por meio dela que haveria o que a autora chamou de "especialização" por gêneros na esfera sexual, naturalizando o comportamento masculino a partir do descomedimento sexual e o feminino menos pulsional e mais contido, "ele quer tudo; ela resiste, modera ou limita" (SALEM, 2004, p. 42).

Já que a escola aponta que "é fato que precisamos urgentemente motivar os nossos jovens a prevenir a gravidez na adolescência, pois sexo na adolescência é natural e prevenção é aprendida" (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 17), estaria ela educando para a igualdade, ou estaria contribuindo para a cristalização das assimetrias de gênero?

Nesse interim, Heilborn e seus colaboradores afirmam que não basta a escola apenas oferecer informações sobre o sistema reprodutivo e/ou sobre métodos de contracepção e prevenção à DSTs, é preciso que esta atue na formação dos estudantes para os relacionamentos entre homens e mulheres e para o convívios dom as diversidades, sejam elas de cultura, gênero, orientação sexual e cor/raça. "Isso ressalta a importância da qualificação dos educadores no sentido de serem capazes de abordar esses temas desnaturalizando os estereótipos de gênero" (HEILBORN; AQUINO; BOZON; KNAUTH, 2006, p. 408).

Outro texto encontrado na publicação da escola, sem indicação de sua autoria, está intitulado como "*Causas da gravidez precoce*", e atribui as seguintes causas ao cenário de gestações entre adolescentes na unidade escolar:

> A atividade sexual precoce entre os adolescentes está relacionada ao contexto familiar, em que os próprios pais possuem histórico semelhante. *Ausência do conservadorismo,* a independência desmedida, a falta de cumplicidade e a vergonha de abordar assuntos sexuais em momentos de reunião familiar, são fatores que implicam consideravelmente nesse aspecto.
>
> Quando não há jogo de cintura para equilibrar os limites impostos aos filhos, a instalação de transtornos familiares torna-se bastante eminente. Deixar por

> conta exclusiva deles o acesso a locais impróprios, em horários inadequados, acompanhados de pessoas que os influenciam negativamente, sem uma mínima orientação, *os deixam vulneráveis as tentações mundanas* (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 18, grifos nossos).

Segundo trecho do livro, "atividade sexual precoce", falta de comunicação em casa, famílias desestruturadas, imaturidade psicológica, baixa autoestima, exposição frequente à, chamada pelos autores de, "banalização sexual", carências econômicas e de perspectiva de vida, influência de amigos e conteúdos midiáticos, falta de informações sobre reprodução e contracepção, inconsequência e violência sexual foram apontados pelos autores como os principais fatores causadores da gravidez juvenil (VÁRIOS AUTORES, 2013). Os autores propõem que para suprir carências afetivas, os adolescentes não respeitam seus corpos e sentimentos. Não fazem quaisquer exigências ao parceiro sobre uso de métodos contraceptivos por medo de serem abandonados pelo mesmo (VÁRIOS AUTORES, 2013). Tais análises, contudo, não se debruçam sobre as questões que envolvem as relações assimétricas de gênero.

Para Bozon (2004), os debates contemporâneos sobre comportamentos e questões do sexo, suscitam questionamentos tanto sobre o sentido das modificações recentes na sexualidade tanto sobre o próprio sentido da sociedade. Para o autor "a sexualidade serve como linguagem para a sociedade, da mesma forma que as relações sociais e as normas da sociedade estruturam a sexualidade" (BOZON, 2004, p. 145). Nesse mesmo sentido, Foucault aponta que "de um polo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações". (FOUCAULT, 1988, p. 137). Dessa forma, ao pontuar sobre as possíveis causas da "gravidez precoce", o texto na verdade seria uma tentativa de normalizar comportamentos e disciplinar corpos. Um enunciado que deseja fomentar resultados quanto ao comportamento sexual dos estudantes e suas famílias.

Michel Foucault afirma que "o discurso sobre o sexo, já a três séculos, têm-se multiplicado em vez de rarefeito; e que, se trouxe consigo interditos e proibições, ele garantiu mais fundamentalmente a solidificação e a implantação de todo um despropósito sexual" (FOUCAULT, 1988, p. 53). A medida em que os discursos se multiplicavam, vindos de vários pontos e várias instituições que deram origem a uma ciência do sexo, esses enunciados dão origem a uma ciência do sexo, "subordinada aos imperativos de uma moral" (FOUCAULT, 1988, p. 53). Tanto no texto "*Causas da gravidez precoce*" quanto em outros escritos do livro, orientações médicas e exortações morais aparecem imbricadas nas considerações sobre a sexualidade e reprodução juvenil.

No texto intitulado "*Consequências"*, a gestação juvenil é considerada um problema de saúde pública e associada a mortalidade materna e fetal, que pode trazer consequências físicas, pessoais e sociais à adolescente. Os autores apontam como consequências aquelas relacionadas à saúde da mãe e do bebê, como nascimentos prematuros, pré-eclâmpsia, anemia e complicações no parto. Também citam os riscos à saúde caso haja decisão em abortar. Ressaltam que a adolescência é uma fase de preparação para o mundo adulto e afirmam que "para a jovem mulher esse processo é mais difícil por causa de condicionamentos culturais, que limitam sua autonomia na realização de projetos de vida, quase sempre exigindo que se mantenha nos limites do núcleo familiar" (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 22). E afirmam que a educação sexual nas escolas é fundamental para superar tabus (VÁRIOS AUTORES, 2013). Embora o debate sobre a reprodução juvenil seja muito relevante e necessário, e mesmo estando diante de uma grande ação da equipe gestora em conjunto com docentes e estudantes, percebemos nesses textos forte influência dos discursos médicos sobre a sexualidade e reprodução juvenil. O que mais uma vez demonstra a dificuldade de temas como estes serem abordados dentro da realidade escolar sob o prisma das Ciências Humanas.

Nesta seção aparece uma outra ilustração produzida por um aluno do primeiro ano do Ensino Médio, página 23 (figura 6), que representa uma jovem grávida enquanto acaricia seu ventre, com um leve sorriso em seu rosto. A moça foi representada em uma fase avançada da gestação, ressaltando o resultado das transformações pelas quais seu corpo passou durante a gravidez. Essa é uma das poucas ilustrações do livro que não representa a jovem grávida, solitária e desesperada. Apesar de ter sido representada sozinha, sua solitude não é sinônimo de solidão. Dessa vez o semblante da adolescente aparece tranquilo e sereno. É possível afirmar que o autor dessa ilustração tentou transmitir a aceitação da gestação por essa jovem? Seria essa a visão dos meninos sobre a forma como as garotas encarariam a maternidade na juventude? A ilustração demonstra uma representação idílica das circunstâncias na subjetividade masculina? O autor dessa ilustração acredita que uma jovem ao se perceber grávida encara a situação com serenidade?

Figura 6

Fonte: ilustração produzida por um aluno do 1ª ano A do Ensino Médio (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 23).

Na sessão *"Um pouco mais sobre gravidez na adolescência"*, assinado por uma aluna do 9º ano e revisado por uma equipe composta por professores e gestores da unidade escolar, os apontamentos profiláticos e sexistas continuam:

> Em sua esmagadora maioria essas adolescentes *não estão preocupadas psicológica ou emocionalmente* para enfrentar uma gestação precoce, muito menos a responsabilidade advinda dela. Hoje em dia podemos identificar uma juventude que vive na banalização do sexo, provocada pelo exagero apelo sexual da mídia, a licenciosidade dos programas de tv e grande facilidade em obter materiais pornográficos, como revistas, DVD`s ou até mesmo sites pornográficos… *Os jovens rebeldes vivem bombardeados pelos muitos modismos de que podem transar a vontade que nunca poderiam engravidar*; pela desinformação sobre as consequências da sexualidade e pela falta de acesso aos serviços de orientação contraceptiva (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 24, grifos nossos).

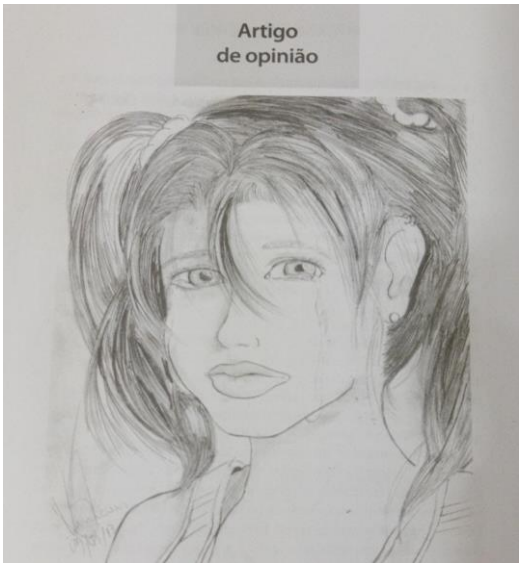
O mesmo texto *"Um pouco mais sobre gravidez na adolescência"*, segue indicando os dilemas que uma adolescente grávida pode enfrentar, por exemplo, ser levada a uma união marital com o pai da criança, entregar o filho para a adoção – destacando que poderá sentir-se culpada por isso por toda a vida – e, "no pior dos casos, o suicídio". Ainda, esta poderá ser considerada uma "mácula na família, enfrentando a rejeição, o desprezo e a frustação". A observação fatalista se aplica também ao filho gerado por essa adolescente: "*Isso sem contar que seu filho, nascido nesse ambiente conturbado, será atingido também por essa rejeição e abandono, podendo tornar-se, mais tarde, um delinquente infanto-juvenil cheio de ódio, revolta*

e amargura" (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 25, grifos nossos). Entendemos a intenção positiva desse projeto, mas nesse trecho a abordagem sobre a gestação juvenil ganha tons bastante pesados, com forte dose moral, que pouco, ou nada, leva em consideração as subjetividades das jovens que engravidam e nem corresponsabilizam seus parceiros.

5.1.3 Textos produzidos por estudantes

A figura 7 inaugura essa parte da publicação que traz textos produzidos exclusivamente por estudantes. Nela observamos uma garota chorando e com um penteado de cabelos normalmente utilizado em crianças. Qual seria o motivo deste choro? Teria ela percebido as consequências de sua gravidez? Novamente, onde está o pai? Estaria ela se sentindo sozinha e desamparada?

Figura 7



Fonte: ilustração produzida por um estudante do 3º ano B do Ensino Médio (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 29).

A seção *"Artigo de opinião"*[56], que reúne cinco textos produzidos por estudantes do 9º ano do ensino fundamental durante as aulas de Língua Portuguesa. Os títulos dos textos são: Tome consciência, *Ser mãe na adolescência, cuide-se sempre*, *A falta de informação pode*

[56] Segundo Boff (2009), "o artigo de opinião é um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. Ele expõe a opinião de um articulista, que pode ou não ser uma autoridade no assunto abordado. Geralmente, discute um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores (p. 4).

trazer riscos, e *Da água para o vinho*. Todos foram escritos por alunas do 9º ano do Ensino Fundamental e trazem frases carregadas de enunciados biologizante, profilático, baseado em noções assimétricas de gênero.

Foram escolhidos dois textos para serem transcritos na íntegra: *Ser mãe na adolescência* e *Da água para o vinho*. O primeiro aproxima-se das práticas discursivas que colocam a gestação na juventude como um fenômeno que provoca desvios nas trajetórias juvenis. parece que nesse texto gravidez na adolescência é sinônimo de gestação "inesperada" e/ou "indesejada" que colocaria a vida da jovem na anormalidade, provocando o adiamento de sonhos e dificultando o desenvolvimento pessoal. Ao mesmo tempo, a aluna autora do texto, destaca a necessidade do uso de preservativos como "camisinhas, pílula e outras coisas" para que uma noite de prazer não se transforme em "nove meses de muita dor e responsabilidade" (VÁRIOS AUTORES, 2013, p.31).

> **Ser mãe na adolescência**
>
> Gravidez: um privilégio ser uma mãe, isso quando se tem a vida formada e estruturada. Ser mãe na adolescência não é nada fácil e você começa a mudar os seus caminhos e construir uma vida que não foi planejada.
>
> Tudo começa em um romance, isso vai crescendo, sem prevenção, isso por que existem camisinhas, pílula e outras coisas, e uma noite de prazer vira nove meses de muita dor e responsabilidade, por que ao nascer o bebê, a jovem começa a perceber que a responsabilidade que era de sua mãe, está nela.
>
> A gravidez na adolescência envolve problemas físicos, emocionais, sociais, entre outros. É muito importante que exista a consciência, pois uma gravidez inesperada dificulta ao jovem ter uma vida normal, como sair com os amigos e estudar. Viver e sonhar os sonhos da adolescência é uma experiência única, acreditar que um futuro bem-sucedido o espera. É importante lutar para que isso aconteça.
>
> Portanto, o melhor caminho é o amadurecimento, crescer e aprender que a vida não é moleza. Mas ela será mais fácil se conseguirmos agir com responsabilidade (Aluna do 9º ano C) (VÁRIOS AUTORES, 2013, p.31).

Já o próximo artigo, traz uma opinião muito mais relacionada a necessidade de informação e diálogos sobre sexualidade. A autora afirma que "engravida quem quer" e colocando o arrependimento como um dos principais efeitos de uma gestação nos anos iniciais da juventude, afirmando que a vida da jovem passará por profundas transformações.

> **Da água para o vinho**
>
> Na maioria das vezes a gravidez na adolescência acontece indesejadamente, por isso muitas das vezes o aborto acontece, mas nem por isso devem abortar o filho que está esperando. No mundo em que vivemos, temos tantos meios de se prevenir, que podemos dizer que "engravida quem quer".
>
> Sem falar que quando engravida na adolescência, perde os estudos e várias outras coisas. Conheço muitas meninas que falam que se arrependem, e se

> pudessem voltar no tempo não teriam feito o que fizeram, tem outras também que se arrependem e sofrem ainda mais por que o pai da criança não assume e não quer nem saber do filho que irá nascer.
>
> Diante de tudo isso a única coisa que posso fazer é orientar e falar que antes de fazer pense muito. Pois se chegar a acontecer sua vida irá mudar da ”água para o vinho” e nunca mais voltará a ser a mesma! (Aluna do 9º ano A) (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 34).

Bozon (2004) afirma que a disseminação do uso de contraceptivos contribuiu para construir uma normalização contraceptiva das mulheres “aquelas que não desejam filhos não podem mais deixar de recorrer aos métodos eficazes que lhes são propostos, segundo controle médico, sob pena de passar por irresponsáveis ou desviantes” (BOZON, 2004, p. 141). Segundo o autor “não há mais lugar para a ambivalência no tocante ao desejo de ter filhos ou de ficar grávida” (BOZON, 2004, p. 141). A medicalização da sexualidade tornou a contracepção não mais uma conquista para as mulheres - como era nos idos da década de 1960, quando a pílula representava para a mulher o controle do próprio corpo e da sua fecundidade; para as gerações mais jovens tomar anticoncepcionais à base de hormônios deixou de ser um direito e tornou-se uma obrigação (BOZON, 2004).

Após a irrupção da epidemia da AIDS, as campanhas de promoção da camisinha contribuíram para a difusão de um modelo de fases da trajetória afetiva e sexual: toda relação sexual deveria iniciar-se com a camisinha, substituída pela pílula quando a relação se estabilizasse e a vida sexual começasse a ser mais regular, passando-se ao DIU quando já se tivesse obtido o número de filhos desejado. Há, assim, uma norma referente a utilização do bom método no bom momento, que pode colocar as mulheres em situações bastante delicadas: assim, uma mulher que se encontra em uma situação conjugal deteriorada pode sentir certa dificuldade ao ter de tomar a pílula todo dia (BOZON, 2004).

O autor destaca que essa medicalização da sexualidade produziu uma norma contraceptiva que remete a “planificação dos nascimentos em um tempo socialmente determinado. A questão do bom momento se torna fundamental” (BOZON, 2004, p. 142). Nota-se nos textos dessas alunas duas importantes preocupações que remetem a normalização médica das relações sexuais: a importância/obrigatoriedade da utilização de métodos contraceptivos e a colocação de que a adolescência não seria um bom momento para o engravidamento e o exercício da maternidade. Contudo é importante ressaltar que em nenhum dos dois textos transcritos e nem nos outros artigos de opinião publicados no livro há uma responsabilização que equalize comportamentos femininos e masculinos quanto à contracepção.

Heilborn e Bozon (2006) destacam que as práticas enunciativas que colocam o comportamento sexual feminino como aquele que deve ser mais contido e autocontrolado

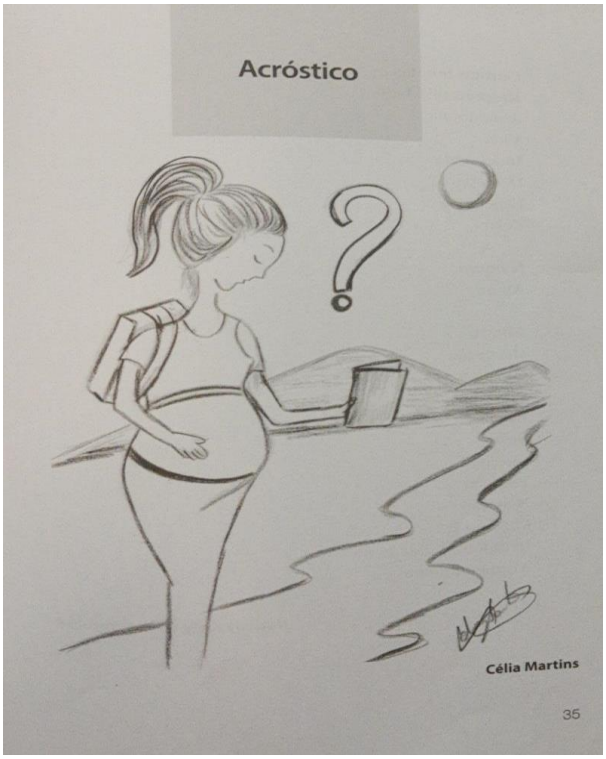
também traz efeitos quanto à contracepção. De uma maneira geral, espera-se que meninas não pensem (não devem pensar) nem em sexualidade e nem em contracepção, dessa forma os encontros amorosos devem ser marcados pela espontaneidade por parte delas (HEILBORN; BOZON, 2006). A falta de prevenção ainda é comum por parte das meninas pelo receio de serem consideradas "fáceis" e ganhem uma má reputação se estiverem preparadas para uma relação sexual do ponto de vista da contracepção. Os autores ressaltam que tal comportamento contribui para reforçar atitudes tradicionais do sistema de gênero (HEILBORN; BOZON, 2006).

Dessa forma, simplesmente conhecer os métodos contraceptivos, como as alunas ressaltam em seus textos, não é o suficiente. É preciso que haja uma modificação nas estruturas de pensamento e nas relações de gênero, especialmente quanto a sexualidade. Pois ao mesmo tempo em que os meninos atribuem à garotas a responsabilidade quanto a contracepção, também consideram inadequado que elas estejam munidas de preservativos. "Em um contexto onde as relações femininas tornaram-se cada vez mais precoces, esse sistema tende a produzir um maior número de gravidezes não planificadas nem desejadas" (HEILBORN; BOZON, 2006, p. 199).

A seção com o título *"Acróstico"*[57] é inaugurada na página 35 pela figura 8. A ilustração retrata uma moça em avançado estágio de gravidez, com uma das mãos acariciando a barriga e outra segurando um livro. Bem ao centro da imagem há um grande ponto de interrogação que sugere incertezas na trajetória de uma jovem grávida. Estaria essa jovem pensando em seu futuro e o que faria de sua vida a partir da do nascimento dessa criança? Estaria ela pensando em como continuar a estudar após o fim do período gestacional?

[57] Acróstico é uma produção textual construída a partir das letras uma determinada palavra, normalmente posicionada na vertical, em que as letras iniciais, do meio ou do fim de outros vocábulos formam nomes ou palavras (Definição da autora).

Figura 8



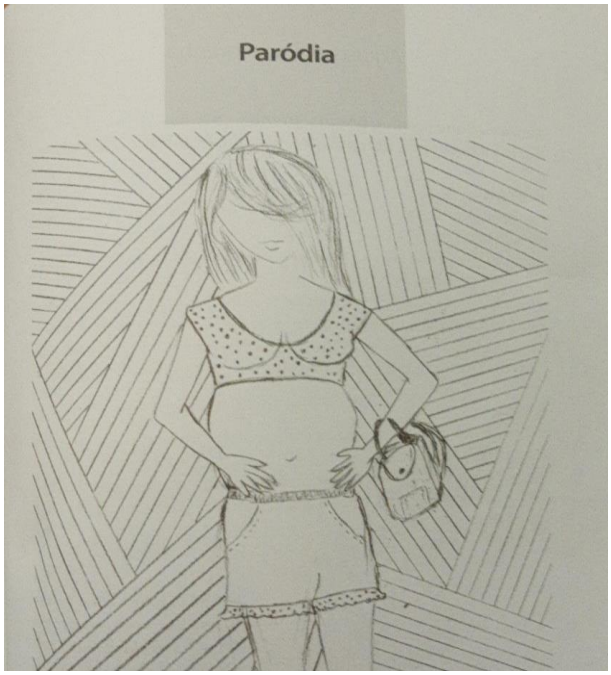
Fonte: ilustração produzida por uma professora (Artes), (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 35).

As produções dos dois acrósticos, presentes nas páginas 36 e 37, utilizaram como base os termos "gravidez na adolescência" e "Gravidez". As palavras responsabilidade, desespero, obediência, escolha, irresponsabilidade e arrependimento estão entre algumas das escolhidas para a composição dos textos.

Sob o título *"Paródia"*[58] tem início o elemento mais carregado de preconceitos entre todos os elementos publicados no livro. A seção é inaugurada na página 39 (figura 9) com mais um desenho de uma jovem grávida sozinha, com as mãos na barriga. Estaria essa jovem no início da gestação e ainda passando pela fase de adaptação da vestimenta? Ou seria o ato de andar com a barriga a mostra uma forma de demonstrar orgulho e satisfação pela gravidez?

[58] Segundo Costa (2012), paródia é um "texto geralmente jocoso ou satírico que se caracteriza por ser essencial e intencionalmente intertextual e interdiscursivo, já que 'importa' elementos de um texto [ou textos] já existente[s]" (p. 187).

Figura 9



Fonte: ilustração produzida por uma professora (Artes) (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 39).

O desenho é seguido por uma produção textual intitulada “Agora eu fiquei prenha” que faz analogia a uma música do gênero sertanejo universitário que fazia muito sucesso na época da produção do livro, “Camaro amarelo” de Munhoz e Mariano. A paródia produzida por sete alunas do 9º ano A, trata a gestação e a jovem gestante de forma bastante pejorativa. Segue transcrição da íntegra:

Agora eu fiquei prenha

Agora eu fiquei prenha, prenha, prenha;

Agora eu fiquei pré, pré, pré, pré, prenha, prenha;

Refrão

Agora eu fiquei gorda igual fruta pão, to tirando onda com meu grande barrigão.

Agora eu ti digo que quero a pensão para sustentar o nosso grande filhão.

Quando eu passava por você eu nem tinha bebê ai você me olhava

Fazia de tudo para me vê, pra me perceber..., mas eu nem te olhava

Aí veio a herança do seu velho e resolveu o problema sua situação

E do dia para a noite nos olhamos, ficamos e tivemos uma relação.

Refrão

Agora eu fiquei gorda igual fruta pão, to tirando onda com meu grande barrigão.

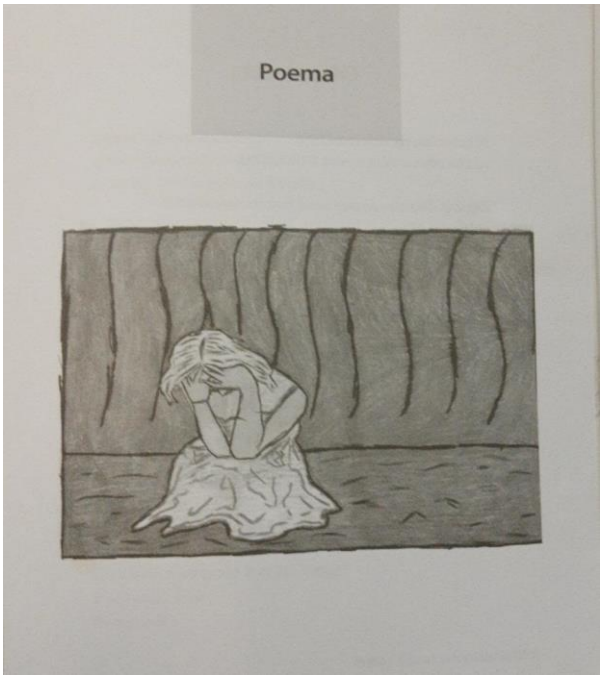
> Agora eu ti digo que quero a pensão para sustentar o nosso grande filhão.
>
> Eu não posso estudar. Muito menos trabalhar, por que agora eu só posso repousar (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 40).

O que essas jovens estudantes queriam dizer com esse texto? A professora B, que conviveu com essas alunas, embora não lecionasse aulas para esta turma, apontou que a palavra "prenha" era utilizada de forma muito comum entre meninos e meninas da escola, não necessariamente de forma negativa (PROFESSORA B. Entrevista VI. [abr. 2020]. Entrevistadora: Laís Regina da Silva Paiva. Araçatuba, 2020. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação p. 162-164). Entretanto, a gestante é vista nesse texto como alguém "gorda" e comparada a fruta pão. Também afirma que a moça da paródia atraia olhares masculinos antes de engravidar, o que sugere uma visão negativa sobre gravidez, especialmente no que se refere às mudanças físicas desse período. Além disso, as autoras conscientemente ou inconscientemente apontam para aquilo que cabe como consequências da gravidez para os genitores: a moça terá grandes dificuldades ou ficará impossibilitada, segundo o texto, de estudar e trabalhar, podendo apenas repousar; enquanto ao rapaz caberá o pagamento da pensão. Assim implicitamente percebemos uma visão bastante assimétrica das relações de gênero e os papéis de gênero sendo claramente estabelecidos. Enquanto ela se responsabilizará pela criação e educação da criança, abrindo mão de sonhos e planos, ele apenas precisa ajudar financeiramente.

A figura 10 abre a parte intitulada *"Poema"*[59]. A ilustração fala por si só. Retrata uma jovem possivelmente imersa em sentimentos de solidão, desespero e tristeza. Não por acaso essas foram palavras recorrentes nos acrósticos e muito utilizadas nos poemas. Por que essa jovem está cabisbaixa? Que sentimentos podemos perceber nela quando a observamos com as mãos no rosto? Ela está chorando? Estaria ela pensando em como a sua família irá reagir com a notícia de sua gravidez? Ou estaria preocupada com o seu futuro? Onde está o pai?

[59] Gênero textual dividido em estrofes e versos, geralmente pouco extensa.

Figura 10



Fonte: ilustração produzida por dois alunos do 7º ano B (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 41).

Entre as páginas 42 e 45 estão os poemas produzidos pelos/pelas estudantes de 7º e 8º anos no decorrer do projeto na escola. Foram escolhidos quatro textos para integrar a publicação da escola, respectivamente intitulados: *Criança adulta*, *Previna-se*, *Preocupação* e *Gravidez na adolescência*. Todos tratam das responsabilidades que envolvem uma gestação, três deles discorrem sobre a adolescência como período de transição para a fase adulta e dois fazem observações quanto a prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis e gestação.

Criança adulta

A gravidez na adolescência
Acaba com a vida e a inocência
Depois de nove meses você fica independente
Cuida do filho
Até cair os dentes.

Você ainda é criança
Com postura de adulta
O pai da criança foge
E você assume a culpa
(Aluno do 8º ano C) (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 42).

Mais uma vez há uma ênfase em argumentos científicos que deporiam contra a gravidez na juventude e uma responsabilização muito grande da jovem em relação a gestação, que tanto pode representar um fator conflitivo à sua trajetória de vida como simbolizar muita dor e tristeza.

Gravidez na adolescência
Gravidez na adolescência
Você pode não entender
Muitas vezes pode até morrer

A adolescente se inicia com a puberdade,
Por isso não fique com vergonha.
Fale a verdade!

A gravidez é fruto
De um lindo amor
Mas só que isso na hora errada,
Pode lhe trazer muita dor.

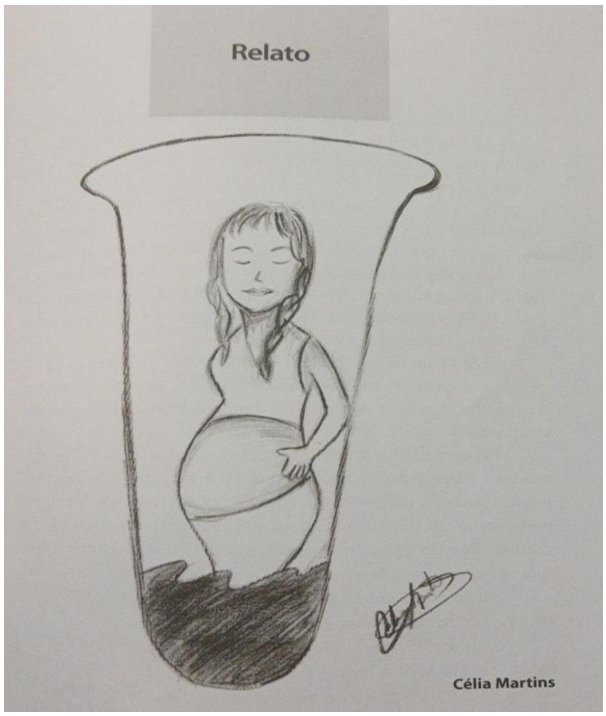
A gravidez para quem já é adulto
Traz muita felicidade,
Mas enquanto você ainda é adolescente,
Pode infelicidade.

Quando for adolescente e quiser ter um filho,
Pare e pense duas vezes ou o tempo que for,
Pois pode ser o seu fim
E um futuro constrangedor.
(Aluna do 7º ano D) (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 45).

Já terminando o livro, aparecem o trecho *"Relato"*, traz algumas entrevistas feitas por docentes e estudantes a jovens e adultas que engravidaram durante a juventude, narrando suas trajetórias de vida após a descoberta da gravidez. A página 47 (figura 11) traz mais uma ilustração de jovem grávida produzida por uma professora. Desta vez a moça surge dentro de algo que parece ser um preservativo masculino usado. Seu semblante pode sugerir arrependimento e/ou aceitação ao mesmo tempo em que repousa a mão sobre seu ventre. O que a apresentação da jovem grávida se apresentar dentro de um preservativo? Estaria ela, de fato,

arrependida de sua “inconsequência”? Ou ela simplesmente estaria conformada com esse acontecimento em sua trajetória de vida? A gestação juvenil seria, dentro dos círculos de convivência dessa moça, algo comum e por isso ela se conforma? Porque representar um preservativo masculino e não um método contraceptivo feminino, como as comuns pílulas anticoncepcionais? Onde está o pai?

Figura 11



Fonte: ilustração produzida por uma professora (Artes), (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 47).

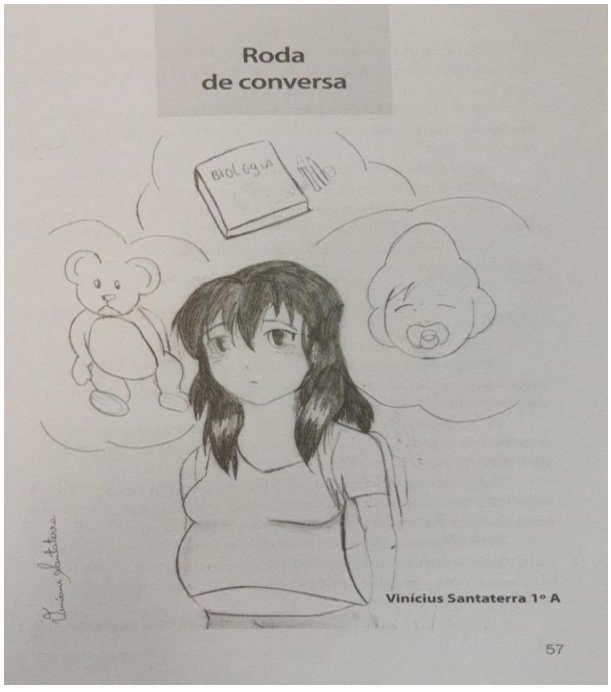
Os depoimentos enfatizam as humilhações e julgamentos que as jovens mães tiveram que suportar com a descoberta da gravidez, traz também as dificuldades financeiras e relatam a depressão pós-parto que uma das jovens mães enfrentou após o nascimento de sua filha. Dentre esses textos, um chama a atenção, trata-se de uma mulher que na época do depoimento, colhido por uma aluna, contava com 34 anos e ficou grávida de trigêmeas na adolescência. Relata que primeiro quis abortar a gestação, mas que não teve coragem. Depois pensou em vender as crianças para três casais diferentes e conseguir dinheiro para se manter. Contudo, devido terem nascido prematuras e desnutridas as bebês não sobreviveram. A mulher disse que se sentiu “chateada, mas a vida continua”. Após esse fato, ela foi mãe novamente, teve “um menino e logo depois um casal” (VÁRIOS AUTORES, 2013).

A Biologia e a Medicina passam a produzir saberes sobre o sexo. Incluindo estudos que buscavam estudar comportamentos de seres considerados anormais, aqueles para os quais se

constrói um aparato de normalização e medicalização (pedagogia/medicamentos/sanções disciplinadoras) para sujeitos que podem ser moldados ou sancionados. As histórias de vida dessas mulheres que foram mães muito jovens servem para elucidar o que ocorre com aquelas que tiveram comportamentos sexuais desviantes.

A última parte da publicação, "*Roda de conversa*", traz pequenos pareceres escritos por estudantes a favor do uso de preservativos e ressaltam as consequências negativas de uma gestação. Uma aluna do 7º ano escreveu que "alguns homens e meninos só querem aproveitar do corpo feminino, por isso fique atenta, porque senão você pode ter muita dor" (VÁRIOS AUTORES, 2013, p. 62). É inaugurada pela figura 11, em estilo "mangá"[60], que traz uma garota grávida com olhar perdido e lágrimas nos olhos, com diversos balões de pensamentos a sua volta. Neles vê-se um urso de pelúcia, possível referência a infância perdida, um livro de Biologia mais ao alto, podendo relacionar-se com seus estudos e projeto de vida, bem como com as dificuldades que a jovem enfrentará em seu percurso escolar, e um bebê, podendo aludir ao futuro e com as responsabilidades que terá com a maternidade. Por que ela está tão triste? Estaria se sentindo solitária e confusa? Onde está o pai?

Figura 12



Fonte: ilustração produzida por um estudante do 1º ano A do Ensino Médio, (VÁRIOS AUTORES, 2013, p.57).

[60] As histórias em quadrinhos japonesas são chamadas de "mangá", sendo o grande símbolo da cultura pop desse país (WINTERSTEIN, 2009, p. 15).

Para Michel Foucault, os discursos colocam em funcionamento enunciados e relações. Assim, ao analisarmos alguns dos textos e ilustrações produzidos por estudantes e docentes da escola ao longo do biênio 2012-2013 é possível perceber relações socialmente construídas e práticas muito vivas, que estão latentes nos discursos, mesmo que de forma inconsciente. Nessa interim, observar essas produções, significa antes de tudo uma tentativa de compreender enunciados discursivos que estariam como pano de fundo dos documentos, buscando compreende-los, na medida em são ao mesmo tempo produtos e produtores de um discurso sobre a sexualidade e reprodução juvenil.

> Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p. 56).

Esse autor relaciona a prática discursiva a "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 1986, p. 136). Sendo assim, quando observamos as produções que compõem a obra *"Gravidez na adolescência – gravidez não é brincadeira"* (2013), seus textos e ilustrações estão imersos em um conjunto de elementos e características que constroem e delimitam aquele discurso. Que, por sua vez carrega influências do senso comum e de análises produzidas pela mídia brasileira sobre a juventude, exercício da sexualidade juvenil e a gestação nessa fase da vida. Todos esses elementos inscrevem-se no dispositivo da sexualidade, construídos a partir de verdades produzidas pela medicina e pela psicologia. Que muitas vezes se chocam com outros discursos construídos socialmente, como, por exemplo, o enunciado discursivo feminista, que como vimos, especialmente a partir dos anos 1960, passou a influenciar a forma como se estabelecem as relações de gênero, bem como garantiu maior liberdade sexual as mulheres. Contudo, sem que isso signifique igualdade de gênero,

Nos discursos presentes em escritos e ilustrações do livro analisado, a gestação juvenil, nomeada como gravidez na adolescência, dentro de uma conjuntura muitas vezes negativa. Sendo que gravidez na adolescência, gravidez precoce e gravidez indesejada foram tomadas como sinônimo ao longo das páginas do livro.

As ilustrações produzidas por estudantes, recorrentemente, colocam as jovens de forma infantilizada, seja pelos penteados nos cabelos, seja por estarem rodeadas por brinquedos. O que sugere imaturidade por parte dessas. Contudo, ao mesmo tempo em que as garotas são

representadas em circunstâncias infantis, paradoxalmente são muito mais responsabilizadas pelas consequências de uma gestação e culpabilizadas pela ocorrência desta. Em nenhum momento aparecem representações de métodos contraceptivos femininos, apenas preservativos masculinos. Muito se falou sobre as implicações de uma gestação na vida das moças, contudo, pouco se falou sobre os mesmos efeitos na vida dos jovens pais. O que corrobora para o entendimento de que a Escola não apenas reforça as diferenças de gênero, como também as produz. E mesmo dentro de um ambicioso projeto, que culminou com a publicação de um livro, pouco fez para que a educação em sexualidade ocorresse para a dissolução de preconceitos e comportamentos socialmente construídos, reforçando tabus de uma sociedade patriarcal como a nossa.

Diante do exposto a presente pesquisa justifica-se, pois permiti-nos o estranhamento dos discursos contemporâneos que tratam a gestação juvenil como um problema social. Essa temática, como já exposto, tem mobilizado esforços nas mais variadas esferas do setor público, é presença frequente em relatórios e estudos de agências internacionais, estando também presente enquanto preocupação urgente na já citada unidade escolar (VÁRIOS AUTORES, 2013).

Situar o conteúdo dos poemas, análises e ilustrações presentes na obra como efeito de um discurso recente no cenário nacional e internacional se torna relevante para a compreensão desses enunciados discursivos na construção de um cenário onde a gestação juvenil é tida como um problema. Bem como auxilia a compreensão da relação dos jovens quanto ao próprio corpo e manifestações de sexualidade e as relações de poder e saber envolvidas nesse conjunto de ideias e práticas quanto a fecundidade juvenil.

Ao nos indagarmos sobre a concepção de gestação juvenil como um problema social e sobre os efeitos destes enunciados discursivos quanto a disciplina e normalização dos corpos e percursos de vida dos jovens, objetiva-se, acima de tudo, compreender a construção desse discurso, que se materializa em produção de saberes, normas, valores e padrões de comportamento esperados para a juventude, em especial daqueles costumes que se espera para as moças, como resultados das relações de poder disseminadas na sociedade. Trata-se de analisar como as relações de poder-saber, construídas historicamente, produzem e reproduzem discursos que influenciam a visão que os jovens têm de si e dos outros e as determinações subjetivas quanto ao exercício da sexualidade feminina e maternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou compreender como o pensamento de que gravidez no início da juventude – ou adolescência – cristalizou-se como algo a ser evitado. Até o início do século XX o casamento e a maternidade, nas famílias burguesas ocorriam quando as jovens tinham por volta de 15 anos de idade. Nessas uniões o matrimônio muitas vezes era realizado para atender aos interesses sociais e econômicos das famílias dos noivos. Também não era incomum jovens das classes populares terem filhos antes dos dezoito anos, uma vez que eram expostas no espaço público e por sobrevivência adentravam ao mercado de trabalho ainda muito jovens.

Contudo, em meados do século XX a gestação juvenil foi se configurando como um problema social a ser entendido e enfrentado. Como principal argumento para essa mudança de perspectiva estavam os enunciados discursivos que ressaltavam os "efeitos danosos" de uma gravidez nessa faixa etária, principalmente para os segmentos mais pobres da sociedade, onde famílias extensas criavam núcleos de pobreza e demandas sociais. Logo, os discursos médicos do período começaram a apontar para a necessidade de ações dos poderes públicos que objetivassem o controle da natalidade.

A fecundidade juvenil passou a ser associada a riscos à saúde materno-infantil ao mesmo tempo em que possíveis consequências psicossociais decorrentes da imaturidade psicológica das jovens mães apareciam entre os desdobramentos da gravidez tida agora como "precoce". A sexualidade e a reprodução figuraram como questões de biopolítica, na qual se buscava extrair dos indivíduos o máximo de força de trabalho que pudessem suprir a produção (FOULCAULT, 1988). Com isso, a gravidez juvenil, ou seja, aquela ocorrida antes dos vinte anos de idade, passou a ser alvo de políticas e dispositivos de controle dos fenômenos reprodutivos da população. Um conjunto de ações, estratégias e discursos voltados ao controle dos corpos, especialmente os femininos, e a normalização da gestação na juventude acabaram por representa-la como um problema social a ser solucionado, e o controle da sexualidade da juvenil, uma questão relevante que deveria ser evitada.

Vários discursos de ordem médica e de saúde pública sobre a gestação juvenil foram produzidos por Fóruns Internacionais, Governos e o meio Acadêmico, como foi a nossa proposta nessa pesquisa. Apesar de possuírem origens institucionais diversas, os textos que foram elaborados, em grande parte, apresentam certas constâncias, tais como associar a gravidez juvenil a danos tanto a saúde física quanto psicológica das mães e da criança. Também é relacionada a como a causa do agravamento e perpetuação da pobreza e consequente avanço da criminalidade; costumam apontar que as jovens oriundas das classes populares tendem a ser

mais propensas à gravidez “precoce”. Prosseguindo nos efeitos danosos, demonstram a frequente baixa escolaridade e falta de profissionalização entre as gestantes e mães adolescentes, o que dificultaria sua inserção no mercado de trabalho e traria consequências negativas as gerações vindouras. Não é incomum as características da juventude serem relacionadas como um fator de risco tanto para o exercício imaturo da sexualidade quanto a uma possível gestação nessa faixa etária.

Além disso, os enunciados desses textos são apresentados com uma duplicidade discursiva: aqueles que se referem ao tipo ideal de vivencia da juventude, como uma fase de experimentação e preparação pessoal e profissional para o desempenho das responsabilidades adultas. E outros que apontam para o modelo ideal do exercício da maternidade, que inclui a maturação física das mães e prévia preparação social e econômica destas antes do engravidamento, o que pode incluir seu percurso escolar, a estabilidade financeira e a presença do matrimônio. Constatando-se assim tentativas de disciplinarização e normalização dos corpos por meio desses documentos, cujos objetivos são docilizar indivíduos nessa faixa etária tanto para às atividades econômicas quanto para o exercício da sexualidade.

Percebemos que nos enunciados discursivos socialmente produzidos e reproduzidos sobre reprodução espera-se que os genitores tenham condições financeiras, sociais e psicológicas de cuidarem de seus filhos. Dentro dessa perspectiva, a gestação na juventude passa a ser assumida de forma negativa, por que os genitores não possuíam ainda as condições socialmente elencadas para manterem autonomamente suas crianças, via de regra, necessitando de ajuda de terceiros para cumprirem com suas responsabilidades. Ao mesmo tempo, compreensão de gestações mais tardias, em que há o engravidamento por volta dos 35 ou 40 anos de idade, embora tragam comprovadamente mais riscos à saúde materno-infantil, passam a ser melhores aceitas, pois, acredita-se que nessa fase da vida os genitores teriam consolidado as condições necessárias de subsistência - devido a inserção no mercado de trabalho - e possuíam, pelo menos no senso comum, melhores condições de cuidar de seus filhos.

Dessa forma o adiamento da maternidade e controle da sexualidade juvenil relacionam-se intrinsicamente com questões de ordem social e econômica, onde discursos e verdades são produzidos e reproduzidos, sendo fruto e esteio de uma busca de disciplinarização dos corpos para o exercício do trabalho. Políticas públicas, programas de governos, documentos e manuais figuram entre as ações propostas com o objetivo de regular a saúde reprodutiva dos jovens. Nos últimos anos tem-se procurado exercer uma influência cada vez mais intensa e mais extensa sobre a sexualidade juvenil, de forma a garantir que o exercício da sexualidade nesse momento

da vida seja visto como comprometedor ao desenvolvimento saudável dos jovens e a gravidez seja encarada como fator desviante de seus percursos de vida.

Ao investigarmos sobre a percepção da gravidez juvenil como um problema de ordem social e sobre consequências dos discursos, as práticas de disciplinamento e normalização dos corpos e a condição dos percursos de vida dos jovens, pretendeu-se entender esse discurso como um constructo social que se materializa na produção de saberes, normas, valores e padrões de comportamento esperados para os jovens, especialmente aqueles desejados para o gênero feminino, como resultados das relações de poder arraigadas na sociedade.

No tocante a vivência de uma sexualidade, constatou-se que a desigualdade de gênero deixa marcas profundas, pois os padrões culturais que definem e separam os comportamentos femininos dos masculinos trazem consigo consequências diferentes para homens e mulheres nas relações sociais e reprodutivas. Enquanto, o exercício da sexualidade masculina é socialmente permitido, muitas vezes estimulado, o mesmo não ocorre em relação à atividade sexual feminina. Ao mesmo tempo em que se espera um comportamento sexual mais contido por parte das moças, lhes é atribuída maior responsabilidade em relação à contracepção e posterior cuidado com os filhos, em caso de uma gravidez.

Temos que ressaltar que a gestação juvenil não deve ser encarada como um fenômeno que traria consequências exclusivamente negativas às trajetórias de vida das jovens mães. Pode-se até apontá-la como uma variável que intensifica as condições social desfavoráveis previamente vivida pela jovem mãe. Mas ao mesmo tempo que pode ser um fator de agravamento de condições sociais, a concepção de um filho pode inserir a jovem em uma rede de solidariedade e proteção que lhe confere segurança e status social. Os diversos efeitos negativos constantemente sinalizados por pesquisas e relatórios - como abandono escolar, baixa escolarização, perpetuação da pobreza e maior vulnerabilidade social, só para citar algumas - não são apropriados, já que não são sentidos da mesma forma por todas as jovens que engravidam, pois estão intrinsicamente relacionadas às circunstâncias prévias vivenciadas por elas.

A questão central dessa pesquisa foi a análise de como os discursos sobre a gestação juvenil se intercruzam com práticas educacionais e publicações escolares sobre o tema, embora existam, muitas vezes esse tipo de documento escolar assume posturas conservadoras, de incriminação àquelas/es que rompem a norma. Portanto, o controle da sexualidade e reprodução juvenil aparecem em enunciados discursivos que nada mais faz do que discriminar e acusar.

A partir de uma experiência docente que culminou nesse estudo sobre a gestação entre alunas de uma escola pública do interior do Estado de São Paulo, percebeu-se que as relações

de poder-saber são fortemente construídas, produzindo e reproduzindo discursos disciplinadores que sugestionam a percepção de uma vida desejada para os jovens e como eles devem perceber a si próprios e aos outros. Diante da leitura dos textos e ilustrações que compõem o livro *Gravidez na adolescência – gravidez não é brincadeira* (2013), produto de um projeto interno de uma escola pública do interior do Estado de São Paulo, notou-se que as subjetividades dos/das estudantes quanto ao exercício da sexualidade feminina e reprodução, bem como a maternidade ficam em suspenso, pois o resultado das produções de alunos e alunas sugerem que estes foram levados a seguir os parâmetros baseados na vivencia e modelo familiar dos adultos.

Os enunciados e as ilustrações sobre a gestação juvenil presentes na obra "Gravidez na adolescência – gravidez não é brincadeira" - embora seja fruto e esteio de um projeto relevante - nos revelam que ainda há muito o que se aprender e ensinar através de práticas pedagógicas libertadoras, onde os jovens possam rever os modelos e os preconceitos e fazer suas escolhas de forma mais consciente.

Cumpre apontar diversas influências do senso comum na publicação escolar analisada, especialmente no discurso moralista que tem concepções implícitas sobre a idade ideal para o início da atividade sexual, entendimento esse que norteia boa parte das produções encontradas na obra, que, em certa medida, mantém o pensamento conservador do início do século passado que compreende a linearidade matrimônio – iniciação sexual – engravidamento, como o melhor percursos para as trajetórias sexuais e reprodutiva dos/das jovens, especialmente as femininas. Acrescentam-se aí preocupações com o desenvolvimento escolar e profissional dos estudantes. O livro analisado também toma de empréstimo do senso comum uma abordagem mais normalizadora da sexualidade, especialmente da femininas e maior responsabilização das meninas quanto a reprodução.

Consideramos que as manifestações de sexualidade durante a juventude devem ser observadas a partir de um contexto de grandes transformações sociais e familiares, das quais resultaram modificações nos comportamentos sexuais, especialmente nos femininos. A sexualidade não está mais circunscrita apenas a relações sexuais dentro dos laços do matrimonio, com a perda do valor social da virgindade feminina, as relações sexuais dos jovens deixaram de acontecer majoritariamente com mulheres ligadas à prostituição, para se darem com suas namoradas. Contudo, tal cenário não resultou necessariamente em um afrouxamento para as prescrições relacionadas ao comportamento sexual feminino. A iniciação as sexualidade ainda é fortemente marcada pela assimetria dos gêneros, que no caso particular do cenário brasileiro, ainda há forte separação entre sexualidade e reprodução, concebendo a sexualidade

como um espaço de maior preponderância masculina e a responsabilidade da reprodução sendo majoritariamente computada ao gênero feminino (HEILBORN; AQUINO; BOZON; KNAUTH, 2006).

Diversos tratados e convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário, colocam o Estado como responsável por garantir que os indivíduos sejam capazes de agir autonomamente sobre suas trajetórias sexuais e reprodutivas, por meio do acesso a informação e ao sistema de saúde. Contudo, destacamos que ações cujo foco seja no controle da fecundidade juvenil vão na contramão desse processo (HEILBORN; AQUINO; BOZON; KNAUTH, 2006). Tanto a produção do livro na unidade escolar, quanto as políticas públicas no geral, especialmente nos últimos anos, propõem ações normalizadoras dos comportamentos sexuais e reprodutivos dos jovens, não estando em consonância com as diversas conquistas sociais, especialmente do movimento feminista, no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos dos sujeitos.

É preciso se desvencilhar da ideia de que a educação em sexualidade incentiva a precocidade sexual. É preciso garantir diálogos sobre a temática em todas as fases da escolarização, não se restringindo apenas a um recorte serial, que pode trazer os conhecimentos tardiamente (HEILBORN; AQUINO; BOZON; KNAUTH, 2006). Enfatizamos que cabe a escola ocupar os espaços proporcionados pela implementação da sexualidade como um tema transversal pelos PCNs e LDB para preparar melhor os/as estudantes para o exercício da sexualidade, garantindo espaços para que os jovens reflitam sobre as desigualdades e estejam melhor aparelhados para enfrentar desafios, que não se limitam a iniciação sexual e reprodução (HEILBORN; AQUINO; BOZON; KNAUTH, 2006).

Nesse sentido a nossa experiência demonstrou que o objeto escolhido – gravidez na juventude - exige uma conversa séria, que capte às vivencias distintas de jovens no tempo presente, proporcionando a desejada autonomia de falar, debater e enriquecer suas vivências de modo que possam enfrentar os discursos que eles mesmos reproduzem e que os aprisionam sem que tenham possibilidade de fazer escolhas mais apropriadas para a sua fase de vida e os prepare, para o exercício autônomo e responsável da vida adulta, As disparidades de gênero podem ser entendidas e superadas quando se conhece as raízes de sua existência, de modo que as estudantes e os estudantes melhor informados de uma construção social e histórica desnaturalizem os papéis tradicionais de Ser Mulher e Ser Homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil (org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume27_juventude_outros_olhares_sobre_a_diversidade.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luis; Carlos Gil. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. *In*: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil (org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. p. 19-54.

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. Construções sobre sexualidade na juventude. *In*: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil (org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. p. 227-268.

ABRIL. Campanha polêmica que inclui incentivo à abstinência sexual é lançada. **Revista Exame.** [*s.l*], [*s.p*]. 2020. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/campanha-polemica-que-inclui-incentivo-a-abstinencia-sexual-e-lancada/. Acesso em: 09 fev. 2020.

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.9, n.2, 2001. p. 575-585.

ALVES, Nayara Cristina de Carvalho; FEITOSA, Kéllida Moreira Alves; MENDES, Maria Elisângela Soares, CAMINHA, Maria de Fátima Costa. Complicações na gestação em mulheres com idade maior ou igual a 35 anos. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. [*s.l.*], v. 38, n. 4, p. 1-8. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v38n4/1983-1447-rgenf-38-04-e2017-0042.pdf. Acesso em 02 mar. 2020.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia**.** *In*: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 45-77.

ARIAS, Juan. Por que os poderes religioso e político temem tanto a sexualidade?: Os maiores tiranos da história tiveram medo do sexo e o ridicularizaram, talvez para exorcizá-lo. **El País**, [s.*l*], [7], 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-02-08/por-que-os-poderes-religioso-e-politico-temem-tanto-a-sexualidade.html?%3Fssm=FB_BR_CM&fbclid=IwAR3H2zf-rpbRXgagbuNV8BGKNjebeXlH1ViWBF1NiKTQaVqeFu8nr6Y0KfU. Acesso em: 09 fev. 2020.

ARIÈS, Philipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. Gravidez na adolescência, são 400 mil casos por ano no Brasil. **AMB**, [*s.l*] 01 fev. 2019. Disponível em: https://amb.org.br/noticias/gravidez-na-adolescencia/. Acesso em: 17 mar. 2020.

BOFF, Odete M. B.; KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL**, [*s.l*], v. 7, n. 13, p. 1-12, 2009. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_o_genero_textual_artigo_de_opiniao.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A "juventude" é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121. Entrevista a Anne-Marie Métailié, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, Paris, *Associatíon de Ages*, 1978. Disponível em: http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e-apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

BOZON, Michel. A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerências às experiências íntimas. *In*: HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 119-150.

BRANDÃO, Elaine Reis. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil**.** *In*: HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p. 63-85.

BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência um balanço bibliográfico. *In:* HEILBORN, Maria Luiza *et tal*. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.** Rio de Janeiro. Fiocruz e Garamond. 2006. p. 30-62

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental.** Brasília. 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental**. Brasília. 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares Para o Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias.** Brasília. 2006.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 21 de fev. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024** : Linha de Base. Brasília, Inep, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Saúde. **Gravidez na adolescência tem queda de 17% no Brasil.** 2017a. Elaborado por Carolina Valadares. Disponível em: http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28317-gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil. Acesso em: 17 abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. Brasília, 2017b. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **História**. 2017c. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. 2017d. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Brasil 2017: Uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, 2018. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2017_analise_situacao_saude_desafios_objetivos_desenvolvimento_sustetantavel.pdf. Acesso em: 09 mar. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Médio Inovador.** 2018b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13439:ensino-medio-inovador. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Saiba Mais - Programa Mais Educação.** 2018c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-

secretaria112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-mais-educacao. Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. O que é HIV. [*S.l.*], [2019?]. Disponível em: http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Prevenção de gravidez na adolescência é tema de campanha nacional**. [*S.l*], 2020. Elaborado por Tinna Oliveira. Disponível em: https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46276-prevencao-de-gravidez-na-adolescencia-e-tema-de-campanha-nacional. Acesso em: 21 fev. 2020.

CABRAL, Cristiane S**. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro.** Caderno Saúde Pública. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csp/2003.v19suppl2/S283-S292/pt. Acesso em: 11 jul. 2018.

CANCIAN, Natália. Sem citar preservativos, campanha contra gravidez na adolescência prega reflexão. [*S.l*], [*s.p*], 2020. **Folha de São Paulo.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/sem-citar-preservativos-campanha-contra-gravidez-na-adolescencia-foca-em-reflexao.shtml. Acesso em: 09 fev. 2020.

CARVALHO, Marcos Castro; SIVORI, Horacio Federico. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.50, p. 1-37, Dez. 2017. DOI 10.1590/18094449201700500017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500017. Acesso em: 05 fev. 2020.

CARVALHO, Marília Pinto. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos GT Sociologia da Educação da Anped (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 99-266, Jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a06.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.

CASÃO, Carolina Dias Cunha; QUINTEIRO, Cristiane Thaís. Pensando a Sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e das OCNEM. **Revista Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 225-238, jun. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Murilo%20Salazar/Downloads/3403-11295-1-PB.pdf. Acesso em: 16 maio 2020.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. O Ensino da Sociologia no Brasil: perspectiva de análise a partir da história das disciplinas escolares. : Perspectiva de análise a partir da História das Disciplinas Escolares. **Revista Café Com Sociologia**, [*s.l.*], v. 3, n. 1, p. 49-67, jan. 2014. Disponível em: https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/100/pdf. Acesso em: 04 fev. 2020.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa**.** *In*: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 223-240.

DAYRELL, J. **A escola como espaço sócio-cultural**. In: DAYRELL, J. (org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural *In*: DAYRELL, Juarez. (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2ª. reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. Disponível em: https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996-Escola-espa%C3%A7o-socio-cultural.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 24, p. 40-52, set.-dez. 2003.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DELORS, J. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI: Educação: um tesouro a descobrir**. Brasília, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por/PDF/109590por.pdf.multi. Acesso em: 16 fev. 2020.

Discurso do Papa Bento XVI á Cúria Romana na apresentação de votos natalícios. 2012. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html. Acesso em: 11 fev. 2020.

EMIDIO, Thassia Sousa; HASHIMOTO, Francisco. **Poder feminino e poder materno: reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade.** [*S.l*], [*s.p*], 2008. Disponível em: http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/view/289/255. Acesso em 06 de maio. 2019.

ERIKSON, Eric. **Identidade, juventude e crise.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1972.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Conheça o Programa Escola Sem Partido**. [*S.l.*], 2019. Disponível em: escolasempartido.org. Acesso em: 18 jan. 2020.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004. Acesso em: 15 nov. 2019.
. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/0461085436047185. Acesso em: 02 mai. 2020.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 510-553.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. (org.). 29. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988

FOUCAULT, Michel **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas**.** *In:* LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLHER, Silvana Vilodre (org). **Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2003. p. 66-81.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. **Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade**. Pensando Famílias, [*s. l*], v.18, n.1, p. 55-62. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n1/v18n1a06.pdf. Acesso em 03 jan. 2020.

GRAVIDEZ, **Gravidez tardia.** [2019?] [*S. l*], [*S. p*]. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/gravidez-tardia-entrevista/ Acesso em: 29 abr. 2019.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 9-17, mar. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822017000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2019.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M, L., BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.** Rio de Janeiro. Fiocruz e Garamond. 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. Experiência as sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. *In:* HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M, L., BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.** Rio de Janeiro. Fiocruz e Garamond. 2006. p. 30-62.

HEILBORN, Maria Luiza; BOZON, Michel, Iniciação à Sexualidade: Modos de Socialização, Interações de Gênero e Trajetórias Individuais. *In:* HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M, L., BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.** Rio de Janeiro. Fiocruz e Garamond. 2006. p. 156-211.

HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio; CABRAL, Cristiane. Módulo V: Gravidez na Adolescência. *In:* CARRARA, Sérgio. *et al*. (org.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.**

Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. p. 11-60. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/gde-2009-livro-de-conteudo.pdf. Acesso em 17 mar. 2018.

IBGE. **Censo Demográfico.** [*S.l*], 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 15 mar. 2018.

IBGE. **Cidades**. [*S.l.*], 2015. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aracatuba/panorama. Acesso em: 15 mar. 2018

JARDIM PINTO, Céli Regina. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013- 2015). **Lua Nova**, n. 100, p. 119-155, jan-abr, 2017, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo, Brasil. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67350696005. Acesso em: 10 jan. 2020

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**. [s.*l*], vol.19, n.2, p.17-23, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf. Acesso em: 09 fev. 2020.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum**. Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, n.139, p.507-524, 2017. DOI 10.1590/es. Disponível em: https://doi.org/10.1590/es0101-73302017177445. Acesso em: 10 jan. 2020

MATARAZZO, Renata; GONÇALVES, Gabriela. Saiba como o termo 'ideologia de gênero' surgiu e é debatido. **G1 SP.** [*S.l.*], [*s.p.*], 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/saiba-como-o-termo-ideologia-de-genero-surgiu-e-e-debatido.ghtml. Acesso em: 09 fev. 2020.

MAZZOCO, Bruno. Uma análise do caderno Escola sem Homofobia. **Revista Nova Escola**. [*s.l.*], [*s.p.*], 2015. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/1579/uma-analise-do-caderno-escola-sem-homofobia. Acesso em: 09 fev. 2020.

MENDES, Edleise. Tipos e gêneros textuais: modos de leitura e de escrita. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 11, n. 1, p.167-180, 15 jul. 2008. DOI: 10.5433/2237-4876.2008v11n1p167. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5433/2237-4876.2008v11n1p167. Acesso em: 20 fev. 2020.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. Neoliberalismo, (Contra)Reformas e Educação. *In*: CARUSO, Haydée; SANTOS, Mário Bispo dos (org.). **Rumos da Sociologia na Educação Básica**: **ENESEB 2017, reformas, resistências e experiências de ensino**. Porto Alegre: Editora Cirkula, 2019. p. 35-61. Disponível em: https://cafecomsociologia.com/wp-content/uploads/2019/08/LIVROE-ENESEB2019.pdf#page=36. Acesso em: 09 maio 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016, p. 590-621, 2016.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A ‘in’visibilidade dos temas da sexualidade no ambiente escolar e a formação docente. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, v. 3, n. 4, p.87-110, dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/viewFile/1399/1021. Acesso em: 16 jan. 2020.

MOREIRA, Thereza Maria Magalhães; VIANA, Danielle de Sousa; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira; JORGE, Maria Salete Bessa. Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. **Revista escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 312-320, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-. Acesso em: 10 jan. 2020

ONU. Casamento infantil: o que falta para erradicar essa prática? **Nações Unidas**, [*s.l*], 17 jul. 2019. Disponível em: https://nacoesunidas.org/artigo-casamento-infantil-o-que-falta-para-erradicar-essa-pratica/. Acesso em: 27 dez. 2019.

ONU. UNESCO lança publicação sobre educação em sexualidade no contexto brasileiro. **Nações Unidas**, [*s.l*], 19 mai. 2014**.** Disponível em: https://nacoesunidas.org/unesco-lanca-publicacao-sobre-educacao-em-sexualidade-no-contexto-brasileiro/. Acesso em: 19 fev. 2020.

ONU. UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas. **Nações Unidas**, [*s.*l], [*s.p*] Disponível em https://nacoesunidas.org/agencia/unfpa. Acesso em 26 de abr. de 2018.

ORSATO, Andreia; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Relações de gênero no ensino de Sociologia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 22, p. 87-99, jun. 2018. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:x1hZkhRdlUYJ:retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/781/pdf+&cd=10&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 04 abr. 2020.

PAUTASSO, Diego. O fortalecimento das relações Sul-Sul: estratégia e realidade para os países emergentes. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.2, n. 8, p. 48-62, out.-nov. 2011.

PNUD. **Human Development Indices and Indicators - 2018 Statistical Update.** New York, [2018?]. Disponivel em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf. Acesso em 21 de nov. 2018.

PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, vol.24, n.3, p.486-522. set.-dez. 2018. DOI 10.1590/1807-01912018243486. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243486. Acesso em: 19 jan. 2020.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, Alberto Olavo Adivicunha. OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy Ramacciotti. Sexualidade e procriação na ótica de jovens de periferias sociais e urbanas. **Revista Brasileiro Crescimento Desenvolvimento Humano**. [*s.l.*], v. 17, n. 2, p. 54-63. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n2/07.pdf. Acesso em: 11 de jul. 2018.

RIBEIRO, Renato Janine. **Thomas Hobbes, ou: a paz contra o clero**. En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Politicas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A "ideologia de gênero" na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. **HORIZONTE**. Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260. Jul./set. 2015. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1237. Acesso em: 09 fev. 2020.

SALEM, Tania. "Homem... já viu, né?": representações sobre sexualidade e gênero entre homens da classe popular. *In*: HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Família e sexualidade.** Rio de Janeiro: Fgv, 2006. p. 15-61.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto Vale Sonhar chega às salas de aula de todo Estado**. 2009. Disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/projeto-vale-sonhar-chega-as-salas-de-aula-de-todo-estado/. Acesso em: 15 jan. 2020.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Sociologia**. São Paulo: SEE, 2010.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [*s.l*], v. 26, p. 227-234, abr-jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a04v26n2.pdf. Acesso em: 16 fev. 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1995. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667. Acesso em: 16 fev. 2020.

SINGER, André. Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República. *In:* BORON, Atilio, F**ilosofia política moderna: De Hobbes a Marx.** São Paulos: CLACSO. 2006. Disponível em: https:// http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/15_singer.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019.

SILVA, Lenildes Ribeiro. UNESCO: os quatro pilares da "educação pós- moderna. **Revista Inter-Ação.** [*s.l.*], v. 33, n.2, p. 359-378, jul./dez. 2008. Disponível em: https://pedagogiaaopedaletra.com/wp-content/uploads/2012/10/UNESCO-OS-QUATRO-PILARES-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-P%C3%93S-MODERNA.pdf. Acesso em: 16 fev. 2020.

SILVA, Deborah Costa; LIMA, Clinaura Maria de. O instituto do parto anônimo para a proteção e inclusão do recém-nascido. **Educação: Saberes e Prática**, Luziânia, v. 7, n. 2, [*s.p.*]. 2018. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/SaberesPratica/issue/view/100. Acesso em: 03 jan. 2020.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.27 n.54, p. 281-300, dez. 2007. DOI 10.1590/S0102-01882007000200015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015. Acesso em: 19 fev. 2019.

SOUZA JUNIOR, Paulo Roberto. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual base nacional comum curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Salvador, v. 4, n. 1, p.1-21, jun. 2018. Semestral.

TABORDA, J. A. *et al*. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. **Caderno de Saúde coletiva.** Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 16-24, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-. Acesso em: 27 dez. 2019.

TORRES, Leonardo. O erro da campanha da abstinência sexual: Não será uma campanha de publicidade que evitará a gravidez precoce e as doenças sexualmente transmissíveis. **O Estado de Minas**. Belo Horizonte, [*s.p.*], fev. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/opiniao/2020/02/08/interna_opiniao,1120326/o-erro-da-campanha-da-abstinencia-sexual.shtml. Acesso em: 09 fev. 2020.

UNESCO. **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde.** Paris: Unesco, 2010. Tradução: UNESCO Brasília. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281_por. Acesso em: 21 jun. 2019.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem.** Brasília: Unesco. 2013. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/Orientacoes_educacao_sexualidade_Brasil_preliminar_pt_2013.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

UNFPA - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO. Relatório sobre a Situação da População Mundial 2017. **Mundos distantes: Saúde e direito reprodutivo em uma era de desigualdade.** Nova York, UNFPA, 2017. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situa%C3%A7%C3%A3o-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-2017. Acesso em 26 abr. 2018

UNFPA - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO. Relatório sobre a Situação da População Mundial 2013. **Maternidade precoce: enfrentando o desafio da gravidez na adolescência.** Nova York, UNFPA, 2013. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2013.pdf. Acesso em 30 mai. 2018.

UNFPA - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO. **Fecundidade e dinâmica da população brasileira.** Brasília, UNFPA, 2018. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop_brasil_web.pdf. Acesso em 30 dez. 2018.

VARELLA, Antônio Dráuzio. **Currículo do sistema currículo Lattes.** [Brasília], 09 mai. 2001. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/4821270983210182. Acesso em: 02 mai. 2020.

VÁRIOS AUTORES. **Gravidez na adolescência: gravidez não é brincadeira.** Araçatuba: Somos, 2013.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. *In*: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 189-222.

VOTO DE APLAUSO LIVRO GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA [*S. l.*: *s. n.*], 2014. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Rosaldo de Oliveira. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kUOR5ZyV9uY. Acesso em: 04 fev. 2019.

WINTERSTEIN, Claudia Pedro. **Mangás e animes : sociabilidade entre cosplayers e otakus.** Orientador: Luis Henrique de Toledo. 2009. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

WODON, Quentin; TAVARES, Paula; MALE, Chata; LOUREIRO, André. **Erradicando o casamento infantil - Casamento na infância e adolescência: A educação das meninas e a legislação brasileira.** Londres e Washington, DC: Save the Children e o Banco Mundial; [*s.l.*], 2019. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/657391558537190232/pdf/Child-Marriage-Girls-Education-and-the-Law-in-Brazil.pdf. Acesso em 21 ago. 2019.

APÊNDICE A –Transcrição da Entrevista I

Entrevistado(a): Membro do quadro de apoio escolar – 33 anos.

Data: 26/06/2018.

Local: Secretaria da escola analisada.

LAÍS PAIVA: Esta é a entrevista número 1, com a XXXXXXX[61], minha colega de trabalho na Escola Estadual XXXXXX[62]. Bem, como já conversamos, eu estou realizando uma pesquisa sobre gravidez na adolescência entre estudantes e preciso de alguns dados sobre os alunos da

[61] O nome do(a) entrevistado(a) foi ocultado e substituído apenas pela função exercida na unidade escolar pesquisada.
[62] O nome da escola também foi mantido em sigilo.

nossa escola. Esta entrevista é parte super importante da investigação, pois vai me ajudar a reunir dados que elucidem melhor o meu objeto de estudo. Como estas informações são bastante preciosas, nossa conversa será gravada pra eu não perder nenhum dado... mas adianto que depois que eu gravar, o conteúdo será transcrito e eu enviar para você ler e decidir os trechos que talvez você queira modificar. Tudo bem? Você pode conversar comigo um pouquinho?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Claro, ajudo naquilo que eu souber.

LAÍS PAIVA: Qual a sua idade atual?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Tenho 33 anos.

LAÍS PAIVA: Há quanto tempo você trabalha nessa unidade escolar?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Mais ou menos 6 anos.

LAÍS PAIVA: Qual a sua função na escola?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Faço parte do quadro de apoio escolar, atualmente trabalho na secretaria da escola, na função de gerente de organização escolar.

LAÍS PAIVA: Sabe dizer quantas escolas públicas estaduais são subordinadas a Diretoria de Ensino de Araçatuba?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Nossa Diretoria de Ensino é responsável por trinta e três escolas públicas em seis cidades da região: Araçatuba, Bento de Abreu, Guararapes, Rubiácea, Santo Antônio do Aracanguá e Valparaíso.

LAÍS PAIVA: Quantas escolas públicas estaduais se localizam no município de Araçatuba?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Em Araçatuba são 22 escolas.

LAÍS PAIVA: Sabe me dizer quantos alunos temos matriculados no Ensino Médio na rede pública estadual em Araçatuba?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Aproximadamente 7 mil alunos.

LAÍS PAIVA: Agradeço pelas informações. A medida que novas questões forem surgindo, podemos voltar a conversar?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Se eu souber responder, pode contar comigo.

LAÍS PAIVA: Posso utilizar essas informações no meu texto?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Pode sim.

APÊNDICE B –Transcrição da Entrevista II

Entrevistado(a): Membro do quadro de apoio escolar – 34 anos.

Data: 13/09/2019.

Local: Secretaria da escola analisada.

LAÍS PAIVA: Esta é a entrevista número 2, com a XXXXXXX[63], que trabalha na Escola Estadual XXXXXX[64]. Como você já sabe, a minha pesquisa sobre gravidez na adolescência segue analisando dados sobre nossos estudantes. Suas informações da nossa última entrevista foram muito úteis, mas a medida que eu avancei no texto, precisei de mais informações. Seguimos o mesmo acordo de entrevistas gravadas para não perder dados importantes, mas

[63] O nome do(a) entrevistado(a) foi ocultado e substituído apenas pela função exercida na unidade escolar pesquisada.
[64] O nome da escola também foi mantido em sigilo.

você edita o texto transcrito que será utilizado. Ok? Quantos alunos temos matriculados atualmente na escola?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Tudo bem, sem problemas. Atualmente temos em torno de 600 alunos.

LAÍS PAIVA: Quantos alunos estão matriculados no Ensino Médio?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Temos aproximadamente 220 estudantes matriculados no Ensino Médio.

LAÍS PAIVA: Como as turmas estão distribuídas no Ensino Médio e Ensino Fundamental?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Temos dezenove turmas entre Ensino Fundamental e Médio na unidade escolar. Sendo oito turmas de EM e onze de EF, além de quatro turmas de inclusão atendidas na sala de recursos. Todas as aulas acontecem durante o dia, uma vez que a escola já não funciona no período noturno desde o ano de 2015. As aulas do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental ocorrem no período da tarde e os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio tem aulas no período da manhã.

LAÍS PAIVA: Sabe informar os bairros de onde se originam os alunos que estão matriculados na escola?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Entre 50 e 60% dos alunos são daqui do bairro mesmo, mas alguns moram bairros mais afastados da escola e bastante distante do centro da cidade, como o Porto Real, Águas Claras, Jardim Atlântico, Chácaras TV e outros.

LAÍS PAIVA: Por que acredita que esses alunos precisam se deslocar dos seus bairros de origem para vir estudar nessa escola?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Esses bairros ainda são novos e ainda necessitam de muitas obras públicas de infraestrutura. Faltam escolas que atendam a essa faixa etária. Mas é uma troca. A nossa escola, assim como outras de bairros mais antigos, precisam desses alunos para montar suas turmas.

LAÍS PAIVA: Como os alunos que moram nesses bairros distantes chegam à escola? Você acredita que a escola precise de alunos que morem tão longe?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Por ônibus fretados pela prefeitura em parceria com o estado. Temos unidades escolares ao nosso redor, esses alunos de bairros mais afastados estão igualmente distribuídos nas escolas próximas, temos duas escolas públicas

estaduais a 1km de distância de nossa escola, uma possui um número maior de salas e a outra possui algumas salas a menos que a nossa. Esses alunos de bairros mais distantes fazem a diferença.

LAÍS PAIVA: Posso utilizar essas informações no meu texto?

MEMBRO DO QUADRO DE APOIO ESCOLAR: Pode.

APÊNDICE C –Transcrição da Entrevista III

Entrevistado(a): Ex-Membro da equipe gestora.

Data: 02/04/2020.

Local: Via aplicativo de mensagens.

LAÍS PAIVA: Bom dia, dona XXXXXX[65]. Tudo bem? Estou encerrando a minha pesquisa e o livro foi bastante utilizado em meu estudo. Gostaria de fazer algumas considerações ou recomendações? Eu tenho algumas dúvidas, principalmente sobre como a verba para a publicação foi conseguida, como a editora foi escolhida e engajamento da equipe nesse

[65] O nome do(a) entrevistado(a) foi ocultado e substituído apenas pela função exercida na unidade escolar pesquisada.

processo. A senhora poderia me dar essas informações? Desde já agradeço. Carinhosamente, Laís.

EX-MEMBRO DA EQUIPE GESTORA: Boa tarde Laís! Tudo bem? Nós usamos verbas do Mais Educação e do PROEMI. Fizemos um plano que foi inserido na plataforma, foi analisado por vários segmentos, inclusive pela nossa DE e aprovado pelos órgãos superiores. Depois feira a prestação de contas. Infelizmente são poucas escolas que contam atualmente com essa verba. Existe no Rio de Janeiro uma ONG de um casal, ele jornalista e ela professora que editam livros a preço de custo. Se chama ABRACE UM ALUNO ESCRITOR. Inclusive eu fiz dois livros com eles. Eu consegui patrocínio. Eles catalogam na Academia Brasileira de Letras.

LAÍS PAIVA: Entrevistei algumas pessoas na escola e apurei que a idealizadora do projeto foi a senhora, preocupada com os altos índices de gravidez entre as alunas e que isso foi proposto a equipe docente em ATPC. Posso colocar assim, ou a senhora quer fazer alguma consideração?

EX-MEMBRO DA EQUIPE GESTORA: Pode sim.

LAÍS PAIVA: Eu entendi que o projeto ocorreu em duas etapas: 1- primeiro a sua proposta e ação dos professores. 2- depois de tudo pronto que surgiu o desejo da publicação do livro e inscrição do projeto do livro para o recebimento de verbas. É isso mesmo?

EX-MEMBRO DA EQUIPE GESTORA: As coisas foram acontece do ao mesmo tempo.

LAÍS PAIVA: quem teve a ideia de publicar? E como ficaram sabendo que era possível receber verba para isso?

EX-MEMBRO DA EQUIPE GESTORA: Minha por que eu já tinha vivenciado essa experiência em outras escolas. Com relação à verba existem manuais de orientações onde falam no que pode ser gasto a verba. Sempre visando o envolvimento e a aprendizagem do aluno. Tem que ter um projeto.

LAÍS PAIVA: a plataforma que a senhora citou que inscreveu o projeto do livro para receber a verba foi do PROEMI mesmo?

EX-MEMBRO DA EQUIPE GESTORA: Sim. Tem um campo na plataforma onde era permitido gastos com impressões e edições. Tinha também o CADE projetos, inclusive nossa DIRETORIA editou os dela por lá. Se não me falha a memória eu usei está verba também.

LAÍS PAIVA: Sabe o que significa CADE?

EX-MEMBRO DA EQUIPE GESTORA: Era um órgão, não sei se ainda existe onde escolas e diretorias solicitaram apoio financeiro aos seus projetos e nós acompanhávamos todo o trâmite do processo de aprovação. Muitas escolas foram beneficiadas. Acho que era CAD. A PCNP Edilene que entendia bastante. Amanhã vou perguntar pra ela. Isso há mais ou menos 4 anos.

LAÍS PAIVA: Eu posso citar o seu nome e as informações que a senhora está me dando no meu texto?

EX-MEMBRO DA EQUIPE GESTORA: Sim. Pode. Se eu me lembrar de mais alguma coisa eu te falo

LAÍS PAIVA: Assim que eu terminar de escrever a parte com as suas informações, te envio para a senhora ler e ver se eu entendi tudo certinho... Minha pesquisa é sobre a gestação juvenil no geral e como nos últimos tempos a sociedade mudou de opinião sobre o "engravidamento" nessa faixa etária. O período de vida da mulher que na época de nossas avós era visto como a idade ideal para se ter filhos deixou de ser. Aponto para as mudanças nas relações familiares e para as transformações no exercício da sexualidade, em especial a feminina, após a década de 1960. Assim, se por um lado temos um comportamento mais "permissivo" no tocante a sexualidade, também ocorre uma maior restrição a reprodução juvenil. Trabalho com os conceitos de um filósofo francês chamado Michel Foucault que analisa os discursos por trás de comportamentos sociais. Ele afirma que as pesquisas na área da medicina passaram a influência. Agradeço muito pela ajuda e aguardo as suas considerações...

EX-MEMBRO DA EQUIPE GESTORA: Vou ler com mais tempo depois.

LAÍS PAIVA: Eu esqueci de perguntar quando a senhora assumiu o cargo na escola. Eu coloquei que esteve na direção até 2017. É isso ou minha memória me enganou?

EX-MEMBRO DA EQUIPE GESTORA: 02-08-2011. Até outubro de 2017.

LAÍS PAIVA: Obrigada.

APÊNDICE D –Transcrição da Entrevista IV

Entrevistado(a): Professora A[66].

Data: 20/06/2018.

Local: Via aplicativo de mensagens.

LAÍS PAIVA: Você se lembra como aconteceu a produção e publicação do livro?

PROFESSORA A: A direção da escola na época tomou a iniciativa por causa do número de alunas grávidas que a escola tinha. Conversamos em ATPC e algumas ações sobre a "gravidez na adolescência" começaram a acontecer. Cada professor deveria trabalhar o tema nas suas

[66] O nome do(a) entrevistado(a) foi ocultado e substituído apenas pela função exercida na unidade escolar pesquisada.

aulas dentro do que fosse possível para não comprometer o currículo. Nosso objetivo era promover o esclarecimento e prevenção da gravidez na adolescência, especialmente na escola.

LAÍS PAIVA: Qual foi a sua participação no projeto?

PROFESSORA A: Eu participei de praticamente todas as etapas do projeto, por que na época eu estava na Sala de Leitura e pude ajudar os outros professores.

LAÍS PAIVA: Você se lembra de algumas atividades que foram desenvolvidas?

PROFESSORA A: Foram muitas. Aconteceram peças de teatro, músicas, seminários, muitas atividades diferenciadas com rodas de conversa nas aulas, produção dos textos nas aulas de Língua Portuguesa e dos desenhos nas aulas de artes.

LAÍS PAIVA: Quem produziu os textos e os desenhos?

PROFESSORA A: A maior parte foi produzida pelos alunos mesmo. Alguns desenhos foram feitos pelas professoras XXXX e XXXX de Artes e a XXXX[67] de Biologia.

LAÍS PAIVA: No começo do livro tem alguns textos informativos que não aparece o nome do autor. Você se lembra que os escreveu?

PROFESSORA A: Exatamente quem foi eu não me lembro, mas esses não foram escritos por alunos. Aquela pesquisa e aqueles dados do começo do livro fui eu que fiz e levantei as informações na internet e no Hospital da Mulher.

LAÍS PAIVA: você sabe se os papeis com os dados que você colheu ainda estão guardados? Seria interessante utilizar na minha pesquisa.

PROFESSORA A: Não sei se ainda existem. Mas eles ficavam guardados dentro de um saco da sala da diretora.

LAÍS PAIVA: Você considera que houve boa participação da equipe no projeto?

PROFESSORA A: Sim. Todos os professores se envolveram bastante.

LAÍS PAIVA: Você se lembra quem dava aula de Sociologia na escola na época?

PROFESSORA A: Não me lembro. Não tínhamos efetivo de Sociologia e nem de Filosofia. Normalmente as aulas dessas disciplinas são atribuídas para professores de História.

[67] Os nomes de todos os membros da equipe escolar foram ocultados.

LAÍS PAIVA: Quantos professores efetivos de História a escola tinha nessa época?

PROFESSORA A: Acho que efetivo era só o XXXX[68] e ele estava como Coordenador pedagógico na escola. Por muito tempo a escola teve professores contratados para essas aulas. Só depois de 2014 que entraram você e a XXXX[69] e ficamos com o quadro de efetivos quase completo.

LAÍS PAIVA: Bem, por enquanto eu acho que é só isso! Obrigada por me ajudar. Vou começar a escrever e se surgirem mais dúvidas eu volto a te procurar. Pode ser?

PROFESSORA A: Combinado!

LAÍS PAIVA: Posso usar essas informações na minha pesquisa?

PROFESSORA A: Pode sim.

LAÍS PAIVA: Mais uma vez, muito obrigada!

PROFESSORA A: Disponha.

APÊNDICE E –Transcrição da Entrevista V

Entrevistado(a): Professora A.

Data: 02/04/2020.

Local: Via aplicativo de mensagens.

LAÍS PAIVA: Bom dia XXXXX[70]. Tudo bem? Estou concluindo o texto da dissertação e colocando as últimas informações. Eu cito seu nome e agradeço por ter me ajudado a juntar material para o meu estudo. Você quer que eu coloque alguma informação especifica? Se lembra de onde veio o dinheiro para a publicação? Como é o seu nome inteiro? A ideia de produzir os textos com esse tema foi de quem? Houve grande adesão dos professores para trabalhar em equipe esse projeto? Se você quiser mandar um áudio contando tudo que lembra pode ser... Quero que você esteja presente, afinal me ajudou muito!

[68] Os nomes de todos os membros da equipe escolar foram ocultados.
[69] Os nomes de todos os membros da equipe escolar foram ocultados.
[70] O nome do(a) entrevistado(a) foi ocultado e substituído apenas pela função exercida na unidade escolar pesquisada.

PROFESSORA A: Bom dia... agradeço por ter colocado. Os recursos foram do PNDE...o projeto foi iniciado pela Prof.ª de Língua Portuguesa homenageada em memória. Meu nome completo é XXXXXXXX[71].

LAÍS PAIVA: Na época você trabalhava na secretaria ou na sala de leitura?

PROFESSORA A: Na época do projeto eu trabalhava na sala de leitura. Depois durante a enquete já estava na secretaria.

LAÍS PAIVA: Houve grande adesão dos professores para trabalhar em equipe esse projeto?

LAÍS PAIVA: Você trabalhou na escola de que ano a que ano?

LAÍS PAIVA: A diretora que inscreveu o projeto do livro para receber recursos do PNDE?

PROFESSORA A: Sim...

LAÍS PAIVA: Você foi readaptada em que ano?

PROFESSORA A: Fui readaptada em 2008. Devido a causa da readaptação consegui ficar designada na Diretoria de Ensino de Araçatuba.

LAÍS PAIVA: Mas você está na escola desde 2005? Chegou a dar aula lá?

PROFESSORA A: Estou ficando velhinha...em 2005 entrei de licença...e readaptei em 2008.

LAÍS PAIVA: Obrigada pelos apontamentos

[71] Os nomes de todos os membros da equipe escolar foram ocultados.

APÊNDICE F –Transcrição da Entrevista VI

Entrevistado(a): Professora B[72] – 39 anos.

Data: 18/12/2019.

Local: Via aplicativo de mensagens.

LAÍS PAIVA: Há quanto tempo você trabalha na escola? Lembra em que ano se juntou a nossa equipe?

PROFESSORA B: Há 7 anos, desde 2013.

LAÍS PAIVA: Você se lembra como aconteceu a produção e publicação do livro?

PROFESSORA B: Quando tomei conhecimento do projeto do livro, ele já estava para ser finalizado e a equipe de produção me convidou para participar como revisora dos textos.

[72] O nome do(a) entrevistado(a) foi ocultado e substituído apenas pela função exercida na unidade escolar pesquisada.

LAÍS PAIVA: Qual foi a sua participação no projeto?

PROFESSORA B: Ajudei a classificar os gêneros textuais do que os alunos produziram e revisão gramatical de alguns textos. Só tem um texto de aluno meu. A maior parte dos textos foi produzida por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, e eu sempre pego as aulas dos 6º e 7º anos.

LAÍS PAIVA: Você se lembra de algumas atividades que foram desenvolvidas?

PROFESSORA B: Foram solicitados dos alunos que produzissem desenhos, textos dentro dos gêneros textuais que cada professor de Língua Portuguesa já havia trabalhado durante as aulas com suas turmas. Também me lembro de alguns estudantes que produziram uma peça de teatro e músicas.

LAÍS PAIVA: Quem produziu os textos e os desenhos?

PROFESSORA B: Alunos, docentes.... Todos podiam contribuir com algum texto.

LAÍS PAIVA: No começo do livro tem alguns textos informativos que não aparecem o nome do autor. Você se lembra que os escreveu?

PROFESSORA B: É uma pesquisa, eu acho... mas não sei quem elaborou nem as fontes dos dados. Na época, durante a revisão, me lembro de ter perguntado sobre a autoria, mas nenhum dos envolvidos souberam informar.

LAÍS PAIVA: Na página 13 tem um desenho que, segundo a legenda, foi produzido por uma aluna. Mas na página 2 o nome dela aparece como se ela estivesse matriculada em outra escola. Você se lembra desse caso?

PROFESSORA B: Não me lembro dessa garota. Não sei nem te dizer em que ano ela estava, mas suponho que ela deveria ser aluna da nossa escola durante a execução do projeto em 2012, mas no momento do lançamento do livro em 2013, possivelmente estivesse matriculada na outra escola, que é bem próxima.

LAÍS PAIVA: Na página 40 do livro tem uma paródia de música intitulada “Agora eu fiquei prenha”. O que você acha que as alunas quiseram dizer nesse texto? Acredita que elas estavam tratando a gestação ou a gestante de forma pejorativa?

PROFESSORA B: Não dei aulas para esta turma, mas me lembro dessas alunas. A palavra “prenha” era utilizada no dia-a-dia de forma muito comum entre os estudantes daquela turma, não sendo necessariamente de uma forma negativa. Era algo muito comum ao vocabulário

deles. Mas nessa paródia a menina grávida é colocada alguém "gorda" e comparada a fruta pão, nessa parte sim acho que a intensão foi mais pejorativa. Não fui eu quem corrigi esse texto. Por mim não estaria no livro.

LAÍS PAIVA: Você considera que houve boa participação da equipe no projeto?

PROFESSORA B: Sim, houve muita contribuição de textos e ilustrações e envolvimento com as atividades propostas para os alunos.

LAÍS PAIVA: Você se lembra quem dava aula de Sociologia na escola na época?

PROFESSORA B: Não me lembro. Se tinha, não era efetivo. Provavelmente algum professor de História deve ter pego essas aulas na Diretoria de Ensino.

LAÍS PAIVA: Quantos professores efetivos de História a escola tinha nessa época (2012/2013)?

PROFESSORA B: Me lembro apenas do XXXX[73], mas ele estava afastado da sala de aula. Na época trabalhava como Coordenador Pedagógico na escola. Durante anos a nossa escola não tinha o quadro completo de professores efetivos nas disciplinas de Ciências Humanas. Em 2014 chegaram os professores de História e Geografia que foram aprovados no concurso de 2013, mas desde que eu estou lá não me lembro de termos professores efetivos de Sociologia e Filosofia. Essas aulas eram sempre atribuídas tanto pela casa quanto pela Diretoria de Ensino aos professores de Geografia e História, principalmente de História. E continua assim.

LAÍS PAIVA: Como você acha que a publicação do livro foi recebida pela comunidade? Se lembra se teve algum evento para o lançamento?

PROFESSORA B: Houve uma cerimônia chamada "Lançamento do livro 'Gravidez na adolescência'" em um clube da cidade, próximo à escola, cedido gentilmente pelo presidente do sindicato do comércio da cidade. Os pais dos alunos autores foram convidados, toda a comunidade escolar foi convidada. Também estiveram presentes ex-alunos da escola que atualmente são pessoas de destaque na sociedade. Os alunos sentaram-se em uma mesa e distribuíram autógrafos nos livros. E um jantar finalizou a cerimônia de lançamento.

LAÍS PAIVA: Bem, por enquanto eu acho que é só isso! Obrigada por me ajudar. Vou começar a escrever e se surgirem mais dúvidas eu volto a te procurar. Pode ser?

[73] Os nomes de todos os membros da equipe escolar foram ocultados.

PROFESSORA B: Combinado!

LAÍS PAIVA: Posso usar essas informações na minha pesquisa?

PROFESSORA B: Sim.

LAÍS PAIVA: Mais uma vez, agradeço pela colaboração.

PROFESSORA B: Eu que agradeço a oportunidade.

APÊNDICE G –Transcrição da Entrevista VII

Entrevistado(a): Professora C[74] – 66 anos.

Data: 02/04/2019.

Local: Via aplicativo de mensagens.

LAÍS PAIVA: Em que período você trabalhou na escola?

PROFESSORA C: Trabalhei entre o final de 2005 e início de 2017.

LAÍS PAIVA: Esteve envolvida na produção e publicação do livro Gravidez na adolescência – gravidez não é brincadeira?

[74] O nome do(a) entrevistado(a) foi ocultado e substituído apenas pela função exercida na unidade escolar pesquisada.

PROFESSORA C: Sim. Na época que o livro foi produzido eu trabalhava na Sala de Leitura da escola e trabalhei na seleção dos textos e dos desenhos que seriam publicados. Sempre em parceria com os outros professores.

LAÍS PAIVA: Se lembra como se deram as atividades que culminaram na produção dos textos e ilustrações?

PROFESSORA C: Foi um trabalho grande, que envolveu a equipe toda em 2012. Muitos professores trabalharam o tema, cada um nas suas aulas. Tivemos apresentação de teatro, música, dança. Foi muito gostoso.

LAÍS PAIVA: Como os textos e ilustrações que iriam para o livro foram escolhidos?

PROFESSORA C: Uma equipe formada pelas professoras de Língua Portuguesa da escola e as professoras que trabalhavam na sala de leitura escolheram os textos e desenhos que tinham mais a ver com o tema. Não foi uma tarefa fácil. Imagina... tinham textos e desenhos da escola toda!

LAÍS PAIVA: Na página 13 tem uma ilustração que foi produzida por uma estudante,. Mas na página 2 o nome dela aparece como se ela fosse aluna de outra escola. Você se lembra desse caso?

PROFESSORA C: Não me lembro desse caso. Mas acho que ela deveria estar matriculada na nossa escola e participou do projeto em 2012, mas quando o livro foi lançado em 2013 ele devia estar matriculada na outra escola.

LAÍS PAIVA: Você considera que houve um engajamento de toda a equipe?

PROFESSORA C: Sim. Todo mundo se envolveu. Trabalho em equipe mesmo. Especialmente da diretora.

LAÍS PAIVA: Você se lembra quem dava aula de Sociologia na escola na época?

PROFESSORA C: Não me recordo.

LAÍS PAIVA: Quantos professores efetivos de Sociologia a escola tinha nessa época (2012/2013)?

PROFESSORA C: Me lembro de nenhum professor de Sociologia efetivo. Normalmente as aulas dessa disciplina são atribuídas para algum professor de História tanto na escola, quanto na Diretoria de Ensino.

LAÍS PAIVA: Nessa época (2012/2013) a escola tinha professores efetivos de História?

PROFESSORA C: Só me lembro do XXXX[75], mas ele estava na Coordenação. Estava afastado da sala de aula.

LAÍS PAIVA: Você acha que a publicação do livro foi bem aceita pela comunidade?

PROFESSORA C: Sim. Os alunos se envolveram e depois do lançamento o SBT Interior e o Jornal Folha da região produziram reportagens sobre o lançamento do livro pela escola.

LAÍS PAIVA: Muito obrigada pela colaboração.

[75] Os nomes de todos os membros da equipe escolar foram ocultados.